

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**

**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**Mestrado em Economia e Política Social**

## **A POBREZA INFANTIL e os DIREITOS HUMANOS**

**Rita Maria Sousa Fernandes**

**Orientação:** Professor Doutor José António Correia Pereirinha

Lisboa, Dezembro 2006

**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA**  
**INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

**Mestrado em Economia e Política Social**

## **A POBREZA INFANTIL e os DIREITOS HUMANOS**

**Rita Maria Sousa Fernandes**

**Orientação:** Professor Doutor José António Correia Pereirinha

**Júri:**

**Presidente:** Doutor José António Correia Pereirinha

**Vogais:** Doutora Amélia Cristina Marçal Alves Bastos

**Doutora Maria Leonor Bastos de Vasconcelos Ferreira**

**Lisboa, Dezembro 2006**



## **Siglas**

BM - Banco Mundial

CC - Código Civil

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CP - Código Penal

CRP - Constituição da República Portuguesa

ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias

INE - Instituto Nacional de Estatística

IOF - Inquérito aos Orçamentos Familiares

IPF - Inquérito à Privação das Famílias

LBSS - Lei de Bases da Segurança Social

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PEADP - Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados

PNAI - Plano Nacional de Acção para a Inclusão

PNUD - Programa para o desenvolvimento das Nações Unidas

SNS - Serviço Nacional de Saúde

UE - União Europeia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## **A POBREZA INFANTIL E OS DIREITOS HUMANOS**

**Rita Maria Sousa Fernandes**

Mestrado em: Economia e Política Social

Orientador: Professor Doutor José António Correia Pereirinha

### **RESUMO**

O objectivo desta dissertação é construir um conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos das crianças, a partir do qual se possa contribuir para a reflexão teórica em termos de conceptualização e medição do fenómeno. Nesta dissertação, a pobreza infantil é entendida como a negação dos direitos humanos fundamentais das crianças, resultante da escassez ou ausência de recursos económicos, materiais e imateriais. A pobreza infantil é encarada como um estado de privação em termos de bem-estar definido em função desses direitos humanos.

O ponto de partida desta investigação consistiu na formulação de três questões essenciais para o estudo do fenómeno: 1) Quais são as especificidades da criança e da infância que justificam o estudo da pobreza infantil de forma autónoma ao da pobreza em geral? 2) Qual o conceito de pobreza infantil? 3) Quais os indicadores mais relevantes para medir a pobreza infantil de acordo com o conceito definido?

Na primeira parte desta dissertação, apresentam-se algumas das principais abordagens sobre a criança e a infância, essenciais para compreender a análise sobre a pobreza infantil. Esta opção alerta para a necessidade de desenvolver abordagens mais amplas do fenómeno, onde a escassez de rendimento é apenas um dos aspectos relevantes.

Na segunda parte, constrói-se o conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos das crianças. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas faculta o quadro legal necessário para a abordagem multidimensional do fenómeno.

A avaliação da situação de pobreza infantil, enquanto estado de privação, pressupõe a observação directa do bem-estar das crianças, no sentido de identificar as que estão abaixo de um padrão de bem-estar mínimo socialmente aceite. Assim, na terceira e, última parte, apresenta-se um conjunto de indicadores específicos com vista à aferição directa das situações de privação existentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza infantil; Privação; Bem-estar das crianças; Direitos humanos das crianças; Medidas de privação; Portugal.

## ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to elaborate a concept of child poverty based on the human rights of children. The main goal is to contribute to the theoretical thinking of the conceptualisation and measurement of the phenomenon.

In the following dissertation, the concept of child poverty refers to the denial of children's fundamental human rights, resulting from lack of access to economic, material and non-material resources. Child poverty is understood as a situation of deprivation from a standard well-being, which is determined according to those human rights.

Three questions essential to the study of the phenomenon frame the starting point of this research: 1) which are the specificities of the child and their childhood justifying an approach to child poverty different and independent from poverty analysis? 2) What is the concept of child poverty? 3) Which are the most relevant indicators for child poverty measurement, more adequate to the concept presented?

The first part of this dissertation presents the main approaches on the child and their childhood, essential to understand the relevance of a concrete analysis of child poverty. This option emphasises the need for development of wider approaches, where low income is but one dimension.

The second part develops the concept of child poverty based on the human rights of children. The 1989 United Nations Convention on the Rights of the Child sets the required normative framework for the multidimensional approach of the phenomenon.

The identification of a situation of child poverty as a state of deprivation implies a direct observation of children's well-being. The aim is to identify those children below a socially accepted minimum standard of well-being. Hence, the third and last part of the dissertation focuses on the presentation of a set of specific indicators to measure existing situations of deprivation.

**KEYWORDS:** Child Poverty; Deprivation; Children's well-being; Children's human rights; Measures of Deprivation; Portugal.

## **Agradecimentos**

Gostaria de expressar a minha gratidão a todos aqueles que contribuíram de diferentes formas para a elaboração desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor José Pereirinha, todo o seu conhecimento científico, rigor, estímulo, apoio, bem como as suas sugestões que me permitiram evoluir ao longo do processo de investigação.

Durante os últimos anos, tenho tido a oportunidade de realizar trabalho conjunto com a Carla Machado e a Teresa Bomba sobre temas que se relacionam com esta dissertação. Às minhas amigas e colegas, agradeço-lhes não só incentivo que me deram, mas também as suas leituras atentas e comentários pormenorizados. O rigor metodológico da Carla e o sentido crítico da Teresa foram imprescindíveis para o desenvolvimento desta dissertação.

Estou particularmente grata também à minha amiga Joana Henriques pelas suas palavras de incentivo, troca de ideias, diálogo constante e as suas sugestões. Não posso deixar de referir a imensa sorte que tive de ter partilhado com a Joana uma das grandes experiências da minha vida que constituiu o meu primeiro contacto directo com crianças. Refiro-me à experiência inesquecível de ambas como voluntárias no Brasil.

Gostaria ainda de manifestar os meus agradecimentos ao Professor Alfredo Bruto da Costa, com o qual tive oportunidade de partilhar algumas ideias.

Não posso deixar de agradecer à Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, em particular ao José Luís Albuquerque e à Rute Guerra, que colocaram sempre à disposição algumas das condições indispensáveis à elaboração desta dissertação, nomeadamente, a facilidade de horário e o apoio logístico.

Finalmente, agradeço ao Ricardo pelo seu forte apoio, paciência, interesse em partilhar e discutir ideias ao longo de todo o trabalho. Aos meus amigos e à minha família, em especial aos meus pais, pelos conselhos, incentivo constante e que, ao longo do tempo, suportaram algumas ausências necessárias. À tia Camila, que com amizade se disponibilizou para ler cuidadosamente a versão pré-final, deixo um agradecimento especial.

Dedico esta dissertação a todos os ex-mirins, para que na caminhada de suas vidas cultivem os valores que os fazem crescer, sonhando com o que desejam ser, pois são eles hoje que determinam o amanhã.

Rita Fernandes

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
<b>Capítulo 1: A natureza da infância .....</b>	<b>8</b>
1.1 A perspectiva histórica .....	9
1.2 A perspectiva desenvolvimentalista .....	11
1.3 A perspectiva sociocultural .....	12
1.4 A nova visão sobre as crianças e a infância .....	13
<b>Capítulo 2: Contextos da pobreza infantil.....</b>	<b>18</b>
2.1 A pobreza infantil em Portugal.....	18
2.2 Portugal no contexto internacional.....	22
2.2.1 Portugal no contexto dos países da UE .....	22
2.2.2 Portugal no contexto dos países da OCDE.....	24
2.3 Principais limitações da abordagem tradicional .....	25
2.4 Necessidade de um conceito de bem-estar mais alargado .....	28
<b>Capítulo 3: Conceptualização da pobreza infantil .....</b>	<b>29</b>
3.1 A relação entre necessidades , capacidades e direitos na análise da pobreza ...	30
3.1.1 A abordagem às necessidades .....	30
3.1.2 A abordagem de Amartya Sen às capacidades.....	33
3.1.3 A abordagem aos direitos e a sua relação com necessidades e capacidades .....	34
3.2 Pobreza, direitos humanos e desenvolvimento.....	37
3.3 A perspectiva das organizações internacionais sobre a pobreza .....	39
3.3.1 A visão da UNICEF sobre a pobreza infantil.....	40
3.4 O conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos .....	41
3.4.1 Abordagem centrada na criança ou na família? .....	42
3.4.2 A pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos .....	44
3.4.3 Direitos que integram o conceito de pobreza infantil .....	45
3.4.4 As múltiplas dimensões da pobreza infantil .....	53
3.4.5 A ideia de relatividade da pobreza infantil.....	55

<b>Capítulo 4: Os direitos humanos das crianças .....</b>	<b>57</b>
4.1 Contexto histórico dos direitos da criança .....	57
4.2 A Convenção sobre os Direitos da Criança .....	60
4.2.1 Conteúdo e objectivos fundamentais da Convenção .....	60
4.2.2 Portugal e a Convenção sobre os Direitos da Criança .....	76
4.2.3 Os direitos da criança em Portugal .....	79
4.2.4 Tornar os direitos da criança uma realidade .....	89
 <b>Capítulo 5: Proposta de Medição da Pobreza infantil.....</b>	 <b>91</b>
5.1 Abordagem geral sobre medidas de privação .....	93
5.1.1 Indicadores sociais .....	93
5.1.2 Indicadores de privação .....	94
5.1.3 Contributo da Teoria Fuzzy Set para a medição da privação .....	98
5.2 Proposta metodológica de medição da privação infantil .....	100
5.2.1 Construção de um Índice Agregado de Privação Infantil .....	102
5.2.2 Determinação do Risco de Privação Infantil .....	110
5.3 Fontes estatísticas disponíveis e principais limitações .....	111
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	 <b>114</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	 <b>122</b>
 <b>ANEXO I - Linhas gerais de orientação relativas à forma e conteúdo dos relatórios iniciais a submeter pelos Estados Partes da Convenção .....</b>	 <b>141</b>
<b>ANEXO II - Convenção sobre os Direitos da Criança.....</b>	<b>144</b>
<b>ANEXO III - O contributo da Teoria Fuzzy Set para a medição da privação infantil .....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO IV - Dimensões e indicadores para a construção de um Índice Agregado de Privação .....</b>	<b>166</b>



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Risco de pobreza infantil, 2004 .....	23
Gráfico nº 2 - Incidência da pobreza infantil nos países da OCDE no final dos anos 90 e início de 2000 .....	25

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 - Necessidades e direitos .....	35
Figura nº 2 - A abordagem de Sen às capacidades .....	36
Figura nº 3 - Pobreza infantil.....	44
Figura nº 4 - Realização de direitos .....	46
Figura nº 5 - As dimensões de privação das crianças .....	54
Figura nº 6 ■ Construção de um Índice Agregado de Privação Infantil .....	109

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 - Direitos da criança relevantes para a pobreza infantil .....	48
--	----

## INTRODUÇÃO

A pobreza infantil constitui o **tema** central de investigação, a partir do qual se pretende contribuir para a reflexão teórica em termos de conceptualização e medição do fenómeno.

Nesta dissertação, a pobreza infantil é entendida como a negação dos direitos humanos fundamentais das crianças, resultante da escassez ou ausência de recursos económicos, materiais e imateriais.

A pobreza infantil é encarada como um estado de privação em termos de bem-estar definido em função de um conjunto de direitos humanos fundamentais, os quais formalizam necessidades consideradas como normas sociais. As crianças estão em situação de privação quando o seu bem-estar realizado (direitos realizados) é inferior ao bem-estar mínimo (direitos humanos considerados fundamentais).

Colocar a ênfase nos direitos humanos contrasta com a análise tradicional que identifica a pobreza infantil como uma consequência imediata da pobreza das famílias. Esta perspectiva considera a família como unidade de observação e centra a análise em termos de recursos económicos (rendimento ou despesa) das famílias para medir o fenómeno.

As especificidades da infância e da criança justificam por si só o estudo da pobreza infantil de forma autónoma ao da pobreza em geral. Isto não significa, contudo, menosprezar o contexto familiar onde a criança se insere. Nesta dissertação, a criança é considerada como a unidade de observação, pelo que é possível identificar as dimensões de bem-estar mais relevantes das crianças e, consequentemente, conhecer a situação de pobreza das crianças.

A definição desse bem-estar em função de um conjunto diversificado de direitos humanos das crianças torna possível uma análise multidimensional do fenómeno, na qual os recursos económicos são apenas um dos aspectos relevantes. O rendimento pode, de facto, ser um meio importante de reforçar as capacidades dos indivíduos para realizar o seu bem-estar, mas esse bem-estar depende de outros factores determinantes, tais como a educação, saúde, habitação, etc.

Se os direitos humanos das crianças correspondem às suas necessidades essenciais e permitem realizar o seu bem-estar, então faz sentido orientar os objectivos globais de redução

da pobreza para o reforço dos direitos humanos, mais do que incidir apenas em alguns meios específicos, como é o caso do rendimento.

O **objectivo** desta dissertação é construir um conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos fundamentais das crianças, a partir do qual se possa efectuar uma proposta metodológica que permita a sua operacionalização, nomeadamente através da medição multidimensional do fenómeno.

Relativamente às **motivações** que estiveram na base desta dissertação, importa, por um lado, mencionar o interesse pessoal e profissional em aprofundar as questões relacionadas com a pobreza, em particular a pobreza das crianças. No contexto em que a redução da pobreza infantil é um dos principais objectivos do século XXI, constitui um desafio explorar uma abordagem que se apresenta como uma possibilidade científica distinta das que têm vindo a ser desenvolvidas até ao momento. Por outro lado, interessa referir que a operacionalização do conceito de pobreza infantil, assente nos direitos humanos, poderá ser extremamente útil no processo político e técnico de elaboração da política social, do qual o próprio investigador faz parte.

No que se refere à **relevância da investigação**, importa referir quatro principais aspectos. O primeiro tem a ver com a necessidade de reforçar o quadro teórico de referência sobre a pobreza infantil, contribuindo para o seu aprofundamento e consolidação.

O segundo aspecto refere-se à actualidade e pertinência da abordagem em termos de direitos humanos ao nível europeu e mundial. O objectivo de redução da pobreza infantil está na ordem do dia, ainda que presente de forma muito diferenciada nas agendas políticas.

O terceiro aspecto relaciona-se com o facto de que a privação de direitos vivida pelas crianças durante a infância poder ter consequências graves e irreversíveis em todo o ciclo de vida. Embora haja pouca investigação sobre este tema em Portugal, existem vários estudos noutros países que mostram a existência de um ciclo geracional da pobreza. As crianças pobres tornam-se frequentemente pais pobres que, por sua vez, fazem com que os seus filhos cresçam na pobreza (UNICEF, 2005b, p.15). Torna-se vital reduzir a pobreza infantil e quebrar os mecanismos de transmissão que existem entre as gerações e ao longo da vida. Para tal, é necessário que as estratégias desenvolvidas assegurem às crianças a realização dos seus direitos humanos fundamentais com vista a garantir o seu bem-estar.

O quarto, e último, aspecto reside na necessidade de operacionalizar conceitos de pobreza infantil que possam produzir resultados úteis para o processo político de elaboração da política

social. Espera-se que a proposta metodológica, apresentada nesta dissertação, com vista à medição do fenómeno, possa vir a contribuir para a realização de diagnósticos sobre a situação das crianças, a partir dos quais as entidades públicas e privadas responsáveis no processo possam fundamentar as suas decisões. Só através de um diagnóstico aprofundado da realidade é que é possível desenhar medidas de política de combate à pobreza e de prevenção de riscos sociais já conhecidos e/ou de eventuais novos riscos.

Quanto ao **quadro conceptual de referência** que esteve na base da construção do conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos, há que referir as principais influências.

A abordagem assenta na visão pioneira da UNICEF, através da qual se defende que as crianças em situação de pobreza vivem em privação dos recursos materiais, espirituais e emocionais, impedindo-as de realizar os seus direitos, o seu potencial pleno ou de participar completa e igualitariamente na sociedade. As crianças têm de enfrentar privações de muitos dos seus direitos: sobrevivência, saúde e nutrição, educação, participação, e protecção contra danos, exploração e discriminação (UNICEF, 2005b, p. 18). A UNICEF tem defendido nos seus relatórios que a pobreza constitui o principal obstáculo à sobrevivência e desenvolvimento das crianças, negando-lhes os direitos fundamentais (UNICEF, 2000, 2000a).

A abordagem de Amartya Sen oferece também uma orientação teórica imprescindível na fundamentação do conceito de pobreza infantil. De acordo com o autor, as capacidades individuais correspondem às liberdades fundamentais que permitem aos indivíduos escolher o tipo de vida que acham mais adequado. Uma pessoa pobre será aquela que tem liberdades restritas, privando-a das suas capacidades básicas. A pobreza é avaliada em função da privação das capacidades básicas e não apenas em termos de escassez de rendimento (Sen, 1999, p.123).

O alargamento da liberdade é visto, simultaneamente, como tendo um papel constitutivo e um papel instrumental (Ibid., p.50). O primeiro refere-se à importância das liberdades concretas para o enriquecimento da vida humana, incluindo capacidades mais elementares como forma de evitar privações básicas. O segundo diz respeito às liberdades instrumentais onde a liberdade é vista como um meio e não um fim do desenvolvimento. Estas liberdades contemplam os diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações que contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo desta forma, o desenvolvimento.



A ideia de capacidade-liberdade pode ser associada à ideia de capacidade-direitos e obrigações, permitindo que a pobreza possa ser conceptualizada em função dos direitos humanos fundamentais. As liberdades e os direitos humanos correspondem ao que as pessoas devem ter ou às condições que devem existir para que efectivem o seu bem-estar. Sen salienta que a afirmação ética dos direitos excede o valor da liberdade correspondente, na medida em que recai sobre alguém a responsabilidade de contribuir para o cumprimento desse direito, havendo, por vezes, boas razões para o fazer (Ibid., p. 241).

De facto, a existência de direitos confere aos indivíduos o poder de reivindicar, de forma livre e sustentada, junto dos governos, as medidas necessárias para melhorar o seu bem-estar. Isto significa que a pobreza deixa de ser vista como uma obrigação moral para ser uma obrigação legal, exigindo o respeito de tratados e convenções internacionais de direitos humanos. Os dispositivos institucionais existentes são também influenciados pela realização dos direitos, nomeadamente através da participação individual nas escolhas sociais e no processo de tomada de decisões públicas, que são aspectos essenciais para induzir a melhoria do bem-estar.

Apesar da relação entre pobreza infantil e os direitos humanos ainda estar pouco explorada, existem alguns investigadores que, individualmente ou em colaboração com organizações internacionais, têm dedicado alguma atenção a esta questão nos últimos anos (Gordon et al., 2001, 2003, 2003a). Convém, no entanto, salientar que estes estudos constroem o conceito de pobreza infantil tendo por base o contexto dos países em vias de desenvolvimento.

Os estudos sobre pobreza infantil com base nos direitos inserem-se no **contexto** actual de elevado reconhecimento do quadro internacional de direitos humanos das crianças nas sociedades contemporâneas.

O discurso em termos de direitos humanos reflecte-se ao nível internacional na Declaração do Milénio das Nações Unidas (2000) e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio para 2015, onde a redução da pobreza para metade e a erradicação da pobreza infantil até 2015 constituem dois grandes desafios. A crescente adesão a convenções, tratados e outros instrumentos jurídicos internacionais de direitos, traduz igualmente o compromisso de cada país para com as crianças, tendo por base um quadro normativo de obrigações comuns que exercem pressão sobre os governos.

O consenso quase generalizado por parte de todos os governos do mundo em torno da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reforçou o trabalho no sentido de reduzir as

violações de inúmeros direitos indispensáveis nas estratégias de combate à pobreza infantil em vários países. A Convenção tem tido um papel fundamental na promoção das crianças como prioridade na elaboração das políticas públicas, não só nos países em vias de desenvolvimento como também nos países desenvolvidos.

Na União Europeia, os direitos das crianças fazem parte dos direitos humanos que os Estados membros e a própria UE se comprometeram a respeitar, de acordo com os tratados europeus e internacionais, em particular a Convenção sobre os Direitos da Criança e os seus Protocolos opcionais, a Convenção Europeia sobre os Direitos Humanos, a Carta Europeia de Direitos Fundamentais, a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança e a Carta Social Europeia revista.

Apesar dos inúmeros esforços, a revisão sobre os avanços conseguidos face aos objectivos estabelecidos, realizada pela UNICEF em 2000, revelou que as tendências negativas dos anos 80 e 90 se aprofundaram. Os dados mostram que as diferenças entre os países ricos e os pobres aumentaram, quer em termos de rendimentos, quer em termos de resultados sociais (UNICEF, 2000). Estas tendências chamam a atenção para a necessidade de reforçar o compromisso internacional através de estratégias nacionais de redução da pobreza mais adequadas e da monitorização por parte de todos os governos nacionais, do sector não governamental e de todos os restantes responsáveis (incluindo pais e comunidade).

A Comissão Europeia identificou os direitos das crianças como uma das principais prioridades na sua Comunicação sobre os Objectivos Estratégicos 2005-2009: "deve ser dada uma prioridade especial à protecção efectiva dos direitos das crianças, tanto contra a exploração económica como contra todas as formas de abuso, devendo a União ser fonte de inspiração para o resto do mundo" (COM (2005, p.11). Em Março de 2006, o Conselho Europeu pediu aos Estados membros para "tomar as medidas necessárias para reduzir a pobreza infantil de forma rápida e significativa, dando a todas as crianças iguais oportunidades, independentemente do seu contexto social" (Council of the European Union, 2006, p.25). Em Julho de 2007, a Comissão Europeia propõe uma estratégia alargada para promover e assegurar os direitos das crianças nas políticas internas e externas da UE e, ao mesmo tempo, garantir apoio aos Estados membros neste campo (COM, 2006). Nesta estratégia, as crianças são entendidas como as pessoas com idade inferior a 18 anos, à semelhança do que foi estabelecido na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Neste contexto, o enfoque nos direitos humanos tem permitido o desenvolvimento de novas abordagens, sobretudo no que se refere à construção de indicadores específicos sobre a situação das crianças em termos de direitos humanos e à medição do bem-estar da criança em termos multidimensionais.

A **metodologia** de investigação adoptada nesta dissertação consistiu, numa primeira fase, na análise detalhada de diversas fontes bibliográficas, tais como documentos de trabalho e publicações académicas, textos oficiais e publicações de organismos internacionais. A análise de legislação, nomeadamente de convenções internacionais e diversos instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, ajudou a elaborar o quadro teórico de análise.

Salienta-se, em particular, a Convenção sobre os Direitos da Criança, na medida em que constitui o instrumento base na construção do conceito de pobreza infantil. Procedeu-se à sua análise detalhada com o objectivo de perceber as inter-relações entre os vários tipos de direitos e a relação destes com a pobreza. Procurou-se clarificar os tipos de direitos presentes em cada um dos artigos e a forma como têm sido transpostos para a realidade portuguesa. Os artigos da Convenção foram organizados e agrupados consoante os seus objectivos, científicos ou políticos. A partir daqui, foi possível organizar os direitos por tipologia, concretamente em direitos à provisão, à protecção e à participação, e reflectir sobre a sua importância na pobreza infantil.

Procurou-se complementar a proposta ao nível conceptual com a apresentação de um conjunto de indicadores chave, com o objectivo de contribuir, no futuro, para uma medição da pobreza infantil, recorrendo a índices agregados de privação que tenham em conta as múltiplas dimensões de privação infantil.

A presente dissertação **estrutura-se** em torno de cinco capítulos, os quais procuram concretizar o objectivo estabelecido inicialmente.

No capítulo 1, apresentam-se algumas das principais abordagens em torno da criança e da infância. O conhecimento que tem vindo a ser produzido sobre a infância, no âmbito de inúmeras áreas científicas, tem permitido conhecer melhor a criança e a sua natureza. Assim, é possível conhecer as especificidades da criança, resultantes do reconhecimento da infância como uma fase crucial no ciclo de vida e do estatuto especial das crianças distinto do mundo dos adultos. Este reconhecimento constitui a base da reflexão seguinte sobre necessidades e direitos específicos da criança, considerado um aspecto essencial para compreender a pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos.

No capítulo 2, faz-se um breve survey de literatura relativamente à pobreza infantil em Portugal, apresentando os principais estudos desenvolvidos, tanto numa perspectiva tradicional como numa perspectiva mais alternativa e abrangente. Segue-se uma apresentação dos dados oficiais sobre pobreza infantil no contexto dos países da UE e da OCDE. Uma vez que estes dados traduzem apenas a situação de ausência ou escassez de recursos económicos, chama-se a atenção para as principais limitações desta abordagem e para a necessidade de desenvolver abordagens mais amplas, que correspondam à realidade das crianças, onde a falta de rendimento é apenas uma das facetas.

O capítulo 3 é dedicado à conceptualização da pobreza infantil. Pretende-se demonstrar, inicialmente, que a pobreza infantil constitui uma problemática distinta da pobreza em geral, podendo ser estudada de forma autónoma, sem menosprezar, contudo, o contexto familiar em que as crianças vivem. De seguida, a partir da relação estabelecida entre pobreza e os conceitos de necessidades, capacidades e direitos, constrói-se um conceito de pobreza infantil assente na perspectiva dos direitos humanos das crianças. Tendo por base esse conceito, chama-se a atenção para as múltiplas privações que as crianças podem enfrentar, as quais podem colocar em causa o pleno desenvolvimento das crianças ao longo da sua vida.

No capítulo 4, após uma breve descrição da evolução histórica dos direitos das crianças, apresenta-se, em pormenor, o conteúdo e objectivos fundamentais da Convenção sobre os Direitos da Criança, enquanto principal instrumento de direito internacional a conceder força jurídica aos direitos da criança a nível mundial. Neste contexto, destacam-se as principais referências ao nível da legislação nacional que melhor expressam os direitos da criança em Portugal.

O capítulo 5 começa por apresentar uma abordagem geral sobre indicadores sociais e medidas de privação, à qual se segue uma proposta metodológica de medição da privação infantil. Esta proposta inclui a descrição das diversas etapas de medição e suas principais opções metodológicas.

Finalmente, apresenta-se a conclusão geral da dissertação.



## Capítulo 1: A NATUREZA DA INFÂNCIA

De uma forma geral, as sociedades tendem a dividir o ciclo de vida em duas fases distintas: a infância e a vida adulta. Não existe, contudo, uma definição clara de ambas as fases. Isto deve-se principalmente ao facto de não existirem limites precisos entre elas.

Qual o conceito de criança e qual o significado de infância na sociedade contemporânea? A experiência de cada indivíduo em ter sido criança não significa que todos saibamos a resposta à questão. De uma forma geral, todos os indivíduos têm noção do ciclo de vida biológico, entendendo-o como um ciclo contínuo em que todos os indivíduos são crianças apenas uma vez na vida, tornam-se adultos e, à medida que a idade avança, serão idosos. No entanto, a verificação empírica não permite estabelecer facilmente as fronteiras entre cada uma dessas etapas. Existe um conjunto complexo de ideias por detrás de cada das fases do ciclo de vida, cuja interpretação depende da natureza da sociedade a que pertencem os indivíduos.

A experiência da criança não pode ser entendida como algo universal de duração fixa. Trata-se de uma experiência construída que reflecte características específicas, as quais devem ser interpretadas à luz da realidade a que a criança pertence.

Este primeiro capítulo tem como objectivo compreender o significado da infância nas sociedades contemporâneas, contribuindo para a clarificação do objecto em estudo (pobreza infantil). Os estudos sobre a infância, em áreas científicas, tais como as áreas da psicologia, educação e sociologia, têm-se tornado áreas de investigação cada vez mais reconhecidas, debruçando-se principalmente sobre a infância em termos conceptuais e sobre as crianças enquanto grupo social específico.

De seguida, apresentam-se algumas das perspectivas mais recentes em torno da criança e da infância que permitem saber como é que a infância tem sido entendida ao longo do tempo, nomeadamente sob o ponto de vista histórico (ponto 1.2), desenvolvimentalista (ponto 1.2) e sociocultural (ponto 1.3). Por último, no ponto 1.4, apresenta-se uma nova visão sobre as crianças e a infância, sobre a qual assentará o conceito de pobreza infantil.

## 1.1 A perspectiva histórica

O conceito de criança e a sua representação no mundo dos adultos tem evoluído ao longo do tempo, tal como o entendimento sobre a infância. Grande parte dos estudos contemporâneos sobre a infância têm uma trajectória histórica que permite compreender melhor o momento presente.

Durante muito tempo, a criança foi entendida como um ser humano passivo que tinha de ser protegido de uma realidade severa. Esta ideia reflecte dois discursos principais, relevantes para a compreensão contemporânea da criança e da infância. Por um lado, o discurso tabula rasa, assente no trabalho desenvolvido pelo filósofo John Locke (1632-1704). A criança é como uma tabula rasa, em que a sua natureza vazia só pode ser moldada pela sociedade e pelo ambiente que a rodeia. Só através da educação e formação é que pode desenvolver-se e tornar-se um ser humano racional. Enquanto não alcança esse estatuto, ela constitui uma versão incompleta do adulto, pelo que os pais têm a obrigação de lhes garantir a educação e protecção até ao momento em que serão adultos e cidadãos responsáveis. Por outro lado, o discurso romântico, desenvolvido a partir do trabalho do filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em que a criança é vista como frágil, inocente, próxima da natureza, livre de se expressar, em que ela própria tem um papel activo no seu desenvolvimento, colocando as influências ambientais para segundo plano.

Segundo alguns historiadores, o conceito de infância enquanto fase distinta do ciclo de vida não existiu na sociedade ocidental antes do final do século XVIII.

Philippe Ariès desenvolveu um dos primeiros estudos históricos sobre a infância. Este constituiu, durante vários anos, a única referência sobre as alterações históricas da infância. O seu livro *Centuries of Childhood* (1962) teve um impacto extraordinário na história social bem como noutras áreas disciplinares.

O autor afirma que o conceito de infância na Europa ocidental é relativamente recente. Na sociedade medieval, a ideia de infância não existia, o que não significava que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. Não se deve confundir infância com afecto às crianças: a infância corresponde à consciência da natureza específica da infância, uma natureza particular que distingue a criança do adulto. Esta consciência não existia na sociedade medieval Ariès (1962, citado em Archard, 2004, p. 19).

Segundo o autor, o desenvolvimento do conceito de criança e de infância foi fortemente influenciado pelas mudanças significativas na estrutura familiar e pelo processo de

industrialização. O desenvolvimento da família nuclear e o sistema de educação fez com que as crianças, pelo menos entre as classes mais altas, fossem separadas da sociedade dos adultos. A infância começa a ser entendida como uma fase claramente distinta no ciclo de vida dos indivíduos. No entanto, Ariès salienta que nada se alterou para as classes trabalhadoras, nas quais as crianças continuaram a viver com os seus pais e a desempenhar o mesmo tipo de funções.

O processo de industrialização teve também implicações significativas no conceito de infância, nomeadamente através da distinção entre casa e lugar de trabalho, da eliminação gradual da função meramente económica da família, do aumento da divisão do trabalho entre homens e mulheres e da marginalização económica das mulheres. Este último aspecto parece ter reforçado o papel da mulher como mãe, atribuindo-lhe a responsabilidade pelos cuidados primários da criança no contexto familiar. As novas exigências da sociedade industrial, nomeadamente a necessidade de educar os mais novos para fazer face às várias formas de produção não agrícola, exerceram pressão no sentido de alterar o conceito de infância predominante.

Embora existam diversas abordagens históricas da infância, Gittins (2004) integra-as em três categorias: (1) o estudo de mudanças nas condições materiais das famílias ao longo do tempo, principalmente alterações nas condições socioeconómicas; (2) o estudo da reconstrução e compreensão das alterações psicológicas e emocionais nas crianças, bem como a experiência da infância no passado, realizado por historiadores do psicológico, a partir da teoria de Freud; (3) o estudo do impacto de alterações políticas e jurídicas nas atitudes governamentais para com a criança, desenvolvido por indivíduos interessados na história da política social.

Independentemente das conclusões de cada uma das abordagens históricas, interessa salientar que o trabalho de Ariès foi, de facto, pioneiro e teve um impacto extraordinário sobre o estudo da criança e da infância desenvolvido por historiadores e cientistas sociais. Mike O'Donnell no seu livro *A new introduction to sociology* (1985) salienta que Ariès introduz aquilo que se tem tornado a característica central na maior parte da análise social científica contemporânea sobre a idade, ou seja, a ideia de que a idade é um fenómeno construído socialmente e não um fenómeno meramente biológico.

## 1.2 A perspectiva desenvolvimentalista

O estudo do desenvolvimento da criança, nos nossos dias, faz parte da análise mais alargada do desenvolvimento humano, abrangendo todo o ciclo de vida, da concepção até à morte. O crescimento e o desenvolvimento ocorrem ao longo da vida, embora sejam mais evidentes durante a infância.

Na segunda metade do século XIX, a infância tornou-se objecto de investigação científica pela psicologia. A infância foi concebida como um estágio de desenvolvimento humano. O desenvolvimento da criança é entendido como o estudo científico do modo como as crianças mudam ou permanecem, desde o momento da concepção até à fase da adolescência. Os desenvolvimentalistas debruçam-se sobre as mudanças desenvolvimental, quantitativa e qualitativa, enquanto mudanças sistémicas e adaptativas.

Embora a infância seja considerada actualmente um conceito global, não existe nenhuma teoria sobre o desenvolvimento humano que seja universal e que explique todas as suas facetas. Neste sentido, ultrapassa as grandes teorias clássicas, como seja, a de Sigmund Freud (1856 - 1936) e a de Jean Piaget (1896 - 1980). Existem, no entanto, diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento da criança. As mais influentes são, de facto, (i) a psicanalítica, que se preocupa com as emoções e instintos; (ii) a aprendizagem, que salienta o comportamento observável; (iii) a cognitiva, que se centra nos processos de pensamento; (iv) a etológica, que se interessa pelas bases evolucionistas do comportamento; (v) e a contextual, que estuda o impacto do contexto social e cultural (Feldman, Olds e Papalia, 2001, p.18).

No entanto, algumas questões desenvolvimentais têm sido motivo de grande debate entre os diversos meios teóricos. Uma primeira questão tem a ver, por um lado, com os que consideram os factores inatos fundamentais (hereditariedade) e, por outro, os que salientam principalmente a experiência (influências ambientais, incluindo influências da família, pares, escola, sociedade e cultura). Outro tipo de questões consiste em saber se as crianças exercem influência activa no seu desenvolvimento ou se aceitam de forma passiva o que lhes é transmitido. Por último, temos as questões que procuram saber se o desenvolvimento ocorre ou não por estádios.

Do ponto de vista da psicologia, os processos físicos e psicológicos do desenvolvimento são iguais para todas as crianças, mas o resultado que daí resulta é, de facto, diferente. Neste contexto, é essencial compreender os factores que influenciam os indivíduos e o que leva a que uma criança se torne diferente de outra.

Apesar do papel central da psicologia na compreensão da temática, muitos sociólogos têm criticado esta perspectiva, pelo facto da psicologia do desenvolvimento encarar a criança como indivíduo potencialmente adulto e a infância como um mero estado com vista à vida adulta. Do ponto de vista da sociologia, o adulto não deve ser visto como o culminar da sequência de vários estágios cujo principal objectivo é o desenvolvimento.

A abordagem pós-desenvolvimentalista sobre a infância tem reflectido sobre o papel da psicologia no estudo da infância, procurando analisar as mudanças que têm ocorrido na posição social e económica das crianças e dos adultos. Desta forma, a psicologia tem procurado ultrapassar os dualismos mais evidentes entre a sociologia e a psicologia, propondo alternativas à mera substituição de tudo o que é individual por social ou o que é interior por exterior. É neste sentido que tem procurado entender de que forma as crianças de determinadas idades se tornam sujeitos com práticas específicas e como é que essas práticas operam dentro de circuitos complexos. Pretendem também saber até que ponto os aspectos clássicos (a aprendizagem, o raciocínio e as emoções) são produzidos como práticas sociais (por exemplo, compreender as crianças como sujeitos activos dentro de práticas educativas).

### **1.3 A perspectiva sociocultural**

A infância entendida como construção social tem-se tornado uma perspectiva comum nos estudos contemporâneos. Os autores James e Prout (1990, citado em Jenks, 2004, p. 77-78) têm contribuído de forma significativa para a perspectiva inovadora da sociologia da infância.

Os autores identificam um conjunto de ideias-chave que caracterizam um novo paradigma no pensamento existente: (i) a infância é uma construção social que permite contextualizar os primeiros anos de vida dos indivíduos e não um pré-estado com uma trajetória relativamente definida; (ii) a infância, enquanto variável de análise social, não pode ser analisada separadamente de outras variáveis, nomeadamente classe, género e etnia; (iii) as relações socioculturais devem ser estudadas independentemente da perspectiva, da preocupação e dos interesses dos adultos; (iv) a análise comparativa revela a existência de diversas infâncias e não um fenómeno universal; (v) as crianças devem ser vistas como sujeitos activos, capazes de influenciar as suas próprias vidas, a vida de quem os rodeia e as próprias sociedades onde vivem; (vi) a etnografia tem um papel relevante para o estudo da infância, na medida em que permite às crianças ter uma voz activa e participar na produção de dados sociológicos.

Para os percursoros, a construção deste novo paradigma da sociologia da infância constitui um passo fundamental no processo de reflexão e reconstrução da infância. Representa uma tentativa de alterar o carácter universal atribuído ao desenvolvimento da criança, segundo a qual as crianças são socialmente construídas e essa construção insere-se num contexto histórico particular.

A perspectiva sociocultural advém de três ideias principais. A primeira é a de que não é correcto considerar o que é biológico como um conjunto de factos imutáveis. Teoricamente constroem-se diferenças entre os adultos e as crianças, representando ideias articuladas em vários discursos científicos. A segunda ideia refere-se aos factos de natureza biológica não serem imutáveis ao longo do tempo, nem entre culturas. Por exemplo, as crianças de hoje podem ser consideradas como menos imaturas do que no passado. A construção da maturidade é influenciada por diversos factores de ordem económica, social, política e geográfica. A terceira, e última ideia, tem a ver com o facto de não ser totalmente correcto reduzir a abordagem apenas ao que é biológico ou ao que é societal. De facto, deve-se assumir que a infância é um período de imaturidade e que deve ser compreendida de forma distinta entre diferentes sociedades e períodos históricos.

É nesta base que a sociologia procura contextualizar os primeiros anos de vida dos indivíduos. A infância não é entendida como imaturidade biológica nem como uma característica universal dos seres humanos, porque difere de acordo com o contexto sociocultural das sociedades. A partir da perspectiva sociocultural, surgem diversos tipos de discursos que mais não são do que diferentes interpretações da realidade. A criança pode assumir diversas identidades consoante os espaços e os contextos que a envolvem. Pode também desenvolver diversos tipos de conhecimento, dependendo dos indivíduos e da sociedade em geral com quem tem de interagir.

#### **1.4 A nova visão sobre as crianças e a infância**

Se em épocas passadas as crianças eram vistas à luz das necessidades da sociedade, actualmente têm um estatuto próprio distinto da esfera dos adultos. O reconhecimento desse estatuto tem resultado de esforços no sentido de compreender o que é ser criança numa dada sociedade. Embora possam existir sociedades em que a separação entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos não é claramente distinta, não significa que não exista o conceito de criança e o reconhecimento da infância.

Interessa, em primeiro lugar, fazer a distinção entre conceitos e concepções. O conceito de infância existe a partir do momento em que se faz a distinção entre crianças e adultos. A especificação das características associadas a cada um desses grupos leva-nos a uma concepção de infância. Dito de outra forma, o conceito consiste em reconhecer que as crianças estão numa fase distinta da dos adultos enquanto que a concepção consiste em explicitar as diferenças entre essas duas fases (Archard, 2004).

Desta forma, é possível que existam várias concepções de infância conducentes a diferentes formas de ser criança ou de lidar com as crianças. Todas as sociedades têm o seu conceito de criança e de infância, justificando o seu estudo como sendo um estudo de infâncias. Existem, no entanto, diferenças relativamente à duração da infância (quando termina), à sua natureza (características que distinguem a criança do adulto) e ao seu significado (a importância dessas diferenças).

Neste contexto, Archard distingue três aspectos básicos relativamente às concepções de infância: (1) fronteiras; (2) dimensões; (3) divisões. A definição de fronteiras tem a ver com o limite a partir do qual se estabelece que uma criança deixa de o ser e passa a ser adulto. Há necessidade de saber o momento em que acaba a infância e começa a idade adulta. Além disso, é importante conhecer o momento em que os indivíduos iniciam a sua infância.

A maioria das sociedades assinala a passagem para a vida adulta através de rituais relacionados com acontecimentos específicos ou com a aquisição de determinados direitos e liberdades. A idade em que se atinge a maioridade constitui uma das principais fronteiras. A sociedade pode ter também práticas formais que contribuem para a delimitação de uma fronteira, por exemplo, a existência de cerimónias para celebrar a infância ou a passagem à fase adulta.

O segundo aspecto, no qual as concepções de infância podem variar, tem a ver com as dimensões. A infância pode ser entendida sob diferentes perspectivas. Do ponto de vista jurídico, as crianças podem não ter a plena capacidade de exercício dos seus direitos. Do ponto de vista epistemológico, as crianças podem não ter o conhecimento ou racionalidade dos adultos dada a sua falta de maturidade. Na perspectiva política, as crianças podem não ser capazes de contribuir e participar na sociedade à semelhança dos adultos.

A existência de várias dimensões da infância não tem necessariamente de convergir numa única definição. Pode assumir-se que os indivíduos aceitam a existência de várias infâncias com as suas especificidades, consoante as perspectivas adoptadas, ou reconhecem a

existência de uma concepção única de infância que consegue integrar as diferentes dimensões de forma consistente. Esta última opção pressupõe que a infância se prolonga até um dado momento, integrando as restantes dimensões. Isto pode significar a eliminação da fronteira da infância numa dada dimensão para ser aplicada a outra. Por exemplo, pode-se procurar estabelecer um limite máximo de idade para a infância que não seja válido em termos jurídicos.

O terceiro e último aspecto, no qual as concepções de infância podem ser diferentes, tem a ver com a forma como a infância pode ser dividida. A infância pode referir-se a um conjunto de períodos relacionados entre si. Por exemplo, nas sociedades ocidentais a fase de adolescência constitui uma transição fundamental entre a infância e a idade adulta, na medida em que implica mudanças importantes ao nível físico, cognitivo e psicossocial, pelo que, num sentido mais restrito, poderia não ser incluída na concepção de infância.

Em suma, independentemente da concepção de infância adoptada, ela varia de acordo com a forma como se estabelecem as suas fronteiras, como se ordenam as suas dimensões e como se gerem as suas divisões. As opções sobre estes aspectos determinarão a concepção de infância numa dada sociedade. É claro que todas as opções reflectem princípios, valores e prioridades dos indivíduos e da sociedade (Ibid., p.35).

### **Criança enquanto sujeito de direitos**

O conhecimento que tem vindo a ser produzido sobre a infância, do ponto de vista da psicologia, da educação e da sociologia, tem permitido conhecer melhor a criança e a natureza da infância. As sociedades actuais conferem às crianças um valor bastante mais elevado por comparação a sociedades de épocas passadas, embora sempre tenham existido concepções de infância.

Existe uma separação clara e fundamentada entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. As crianças passam a ser vistas à luz das suas necessidades específicas e dos seus direitos fundamentais. A ideia actual dominante é a de que as crianças são cidadãos e, como tal, são sujeitos de direitos. Esta ideia altera formas de pensar que vigoraram durante muito tempo e discursos mais recentes centrados nas necessidades básicas das crianças.

O discurso sobre as necessidades básicas das crianças data dos anos 40, época em que se desenvolveu a noção de Estado de Bem-Estar em Inglaterra. O Estado tinha a



responsabilidade de assegurar que essas necessidades eram satisfeitas, de acordo com a Declaração sobre os Direitos da Criança Nações Unidas (1959).

O estudo sobre as necessidades básicas das crianças desenvolveu-se, inicialmente, no âmbito da psicologia do desenvolvimento. Schaffer (2004) afirma que a Declaração traduz a existência de uma consciência definida sobre as necessidades psicológicas das crianças e que a sociedade tem de cumprir com a obrigação de satisfazer essas necessidades. O tipo de necessidades das crianças identificado correspondia fundamentalmente a necessidades de natureza psicológica, variando de acordo com o estágio de desenvolvimento em que as crianças se encontravam. Desta forma, as crianças são dependentes psicologicamente e são emocionalmente vulneráveis. Não têm as mesmas capacidades que os adultos (por exemplo, no que se refere à racionalidade, autonomia e responsabilidade), necessitando de cuidados específicos e atenção especial para o seu pleno desenvolvimento.

Desde os anos 70 que a sociologia da infância tem procurado ultrapassar esta visão, embora com dificuldades em ultrapassar certos dualismos, como seja, o de entender a infância como exclusivamente biológica ou apenas como uma fase construída socialmente.

O discurso face às necessidades tem vindo a evoluir para um discurso em termos de direitos, principalmente a partir da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989). O trabalho em torno da Convenção iniciou-se em 1979 e foi necessário uma década para que fosse adoptada. Envolveu uma negociação exaustiva entre governos, agências internacionais, organizações não governamentais e um enorme esforço de investigação em torno de diferentes interpretações culturais da infância. Embora as crianças não estejam numa fase de desenvolvimento semelhante à dos adultos, não significa que devam ser vistas como seres humanos incompletos. Elas têm as suas próprias necessidades e ambições bem como direitos que devem ser respeitados. Woodhead (1996, citado em Rogers, 2004, p134).

Interessa salientar que os direitos constituem o reconhecimento formal das necessidades das crianças, conforme se constatará em capítulos seguintes. Daí que as crianças ao realizarem os seus direitos estejam, simultaneamente, a satisfazer as necessidades correspondentes.

O reconhecimento das necessidades básicas das crianças na lei, através dos direitos humanos fundamentais, constitui um passo essencial para que as crianças consigam realizar o seu bem-estar e, conseqüentemente, evitar situações de pobreza.

A Convenção sobre os Direitos da Criança constitui o primeiro tratado internacional de direitos humanos que define um conjunto de direitos universais das crianças num único instrumento

legal. Representa, assim, o culminar de um processo de reconhecimento de direitos das crianças e do estatuto especial da infância, reflectindo as necessidades actuais das crianças.

Nos termos da Convenção, a criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo (artigo 1). As crianças são vistas como sujeitos de direitos e, como tal, são-lhes reconhecidos, assegurados e garantidos, direitos humanos fundamentais. Reconhece-se, desta forma, que todas as crianças têm direitos humanos intrínsecos.

A particularidade da sua condição reside no facto de que a criança é uma pessoa que possui direitos, mas que não tem capacidade de os exigir por si. A criança geralmente não conhece os seus direitos, pelo que não consegue defender-se sozinha nem detém as condições que lhe permite satisfazer as suas necessidades básicas por si própria. As crianças, por se encontrarem em pleno desenvolvimento físico, mental, afectivo e espiritual, necessitam de cuidados e protecção especial.

É neste sentido que existem vários instrumentos de protecção com o objectivo de fazer valer os direitos da criança, permitindo-lhes o melhor desenvolvimento possível. A Convenção, enquanto quadro normativo de referência, constitui o instrumento primordial para alterar formas de pensar e de agir dos seres humanos, individualmente ou em grupo. Por outro lado, pode induzir mais facilmente a produção de alterações jurídicas, a reorganização de instituições e de acções. Os países que estão vinculados ao cumprimento da Convenção, comprometeram-se a promover, proteger e realizar os direitos da criança. Este compromisso universal traduz o reconhecimento global da importância da realização dos direitos das crianças, enquanto passo crucial no desenvolvimento pleno da criança nos nossos dias e na garantia do desenvolvimento humano sustentável<sup>1</sup> das gerações futuras.

Importa, no entanto, referir que o valor atribuído à criança, enquanto ser humano capaz de gerir mudanças e dar continuidade às gerações futuras, deve por si só mobilizar o conjunto dos cidadãos e os poderes públicos e privados em torno da defesa dos direitos das crianças.

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento humano sustentável é entendido como o aumento das escolhas por todas as pessoas e a criação de oportunidades em condições de igualdade de forma a realizar o seu pleno potencial. Este objectivo só é possível de ser atingido se todos os direitos humanos forem promovidos, preservados, defendidos e realizados (UNICEF, 1999).

## **Capítulo 2: CONTEXTOS DA POBREZA INFANTIL**

A pobreza representa uma das principais ameaças à infância no mundo de hoje. Apesar dos compromissos assumidos na redução da pobreza infantil, ao nível nacional e internacional, a evidência estatística sobre o problema apresenta um quadro desolador.

Os números e tendências actuais requerem o compromisso de governos, do sector privado, da comunidade internacional e de todos os restantes responsáveis (incluindo pais e comunidade), no sentido de agir pelos grandes objectivos de redução da pobreza infantil e por um mundo melhor para as crianças. Pedem também o aprofundamento do conhecimento sobre a problemática, através de abordagens amplas que identifiquem as várias facetas da pobreza para melhor agir sobre o problema.

Este capítulo pretende colocar em evidência o 'estado de arte' da investigação sobre pobreza infantil em Portugal, mostrando que os dados actuais não permitem uma análise completa do fenómeno. No ponto 2.1 apresenta-se um breve survey de literatura sobre pobreza infantil em Portugal. Posteriormente, no ponto 2.2, recorre-se aos dados estatísticos mais recentes para contextualizar o problema no quadro dos países da UE e da OCDE. No ponto 2.3, salientam-se algumas das principais limitações da abordagem tradicional sobre pobreza infantil. Finalmente, no ponto 2.4, chama-se a atenção para a necessidade de um conceito mais amplo de pobreza de pobreza infantil, onde o rendimento é apenas um dos aspectos relevantes.

### **2.1 A pobreza infantil em Portugal**

Os estudos sobre pobreza infantil são escassos e, de uma forma geral, seguem a perspectiva tradicional de analisar a pobreza infantil, a qual considera a família como unidade de observação, significando que a pobreza infantil é tida como um subproduto da pobreza das famílias. Desta forma, todas as crianças que pertencem a famílias pobres também o são.

Esta opção repercute-se na metodologia adoptada, que se traduz na observação indirecta da pobreza infantil, mediante a avaliação dos recursos económicos disponíveis. Recorre-se, por um lado, ao padrão de consumo das famílias (despesa), e, por outro lado, ao rendimento que as famílias dispõem, podendo este ser observado em função do montante monetário realmente recebido (rendimento monetário) ou complementado pelo montante monetário de bens em géneros (rendimento não monetário).

Os primeiros estudos sobre pobreza infantil optaram sobretudo pela despesa, embora, actualmente, a maioria utiliza o rendimento disponível das famílias como proxy da pobreza infantil.

Até ao início da década de oitenta, a pobreza em Portugal não era reconhecida como um problema, pelo que não constituía prioridade na agenda política nem sequer era considerada como objecto de investigação. As primeiras referências à pobreza em Portugal surgem no âmbito de um estudo académico pioneiro (Silva, 1982) que serviu essencialmente para alertar para a problemática. A necessidade de tornar visível o fenómeno da pobreza deu origem a uma série de estudos aplicados a Portugal (Silva, 1984; Costa, 1984; Costa et al., 1985). Estes permitiram estimar dados importantes sobre a incidência da pobreza, recorrendo ao Inquérito às Receitas e Despesas das Famílias em 1980/81 do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Por sua vez, os estudos sobre pobreza vieram a ser fundamentais para o reconhecimento político do fenómeno e consequente definição de estratégias de combate à pobreza em Portugal. A entrada de Portugal na UE, em 1986, constituiu um dos factores primordiais para que a pobreza começasse a ser motivo de discussão ao nível nacional<sup>2</sup>.

Os programas comunitários de luta contra a pobreza, no início da década de noventa, contribuíram de forma determinante para o desenvolvimento de novos estudos sobre pobreza (Ferreira et al., 1992). Ao mesmo tempo, surgem as primeiras teses de doutoramento sobre a pobreza que dão um impulso significativo na produção científica nacional sobre o fenómeno e as suas principais características (Pereirinha, 1988; Costa, 1993; Ferreira, 1997).

Os novos estudos sobre a pobreza e a sua mensuração tornaram-se mais compreensivos e tiveram como objectivo apresentar a gravidade do problema e incentivar formas sistemáticas de o abordar. A maioria desses estudos aponta para valores extremamente elevados de pobreza e para alguns subgrupos populacionais mais vulneráveis<sup>3</sup>. A pobreza infantil,

---

<sup>2</sup> Em Junho de 1988 realizou-se em Portugal, pela primeira vez, um debate sobre pobreza no Parlamento.

<sup>3</sup> Em 1974 cerca de 43.4% de agregados e 43.2% de indivíduos viviam com menos de 75% da despesa média dos agregados (Silva, 1982). Em 1980, os dados apontavam para 48% de agregados pobres, definido com base em 75% da despesa por adulto equivalente (escala da OCDE que atribui 1 e 0.7, respectivamente ao 1º adulto e a cada um dos restantes). Além disso, cerca de 35% dos agregados vivia em situação de pobreza absoluta, sendo o limiar de pobreza definido a partir do custo mínimo da despesa alimentar, utilizando coeficientes de Engel médios para diferentes agregados consoante a sua dimensão (Costa et al., 1985). De acordo com Ferreira (1993), a incidência da pobreza em 1990 era de 9.4%, 22.3% ou 29.1%, consoante o limiar de pobreza adoptado, respectivamente 50%, 66% ou 75% da mediana do rendimento disponível equivalente, utilizando-se para o efeito a escala modificada da OCDE. Todos os resultados foram estimados com base no Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1973/1974, 1980/1981 e 1989/1990.

entendida como uma das consequências mais imediatas da pobreza das famílias, passa a ser motivo de preocupação, à semelhança de outros grupos vulneráveis.

O primeiro estudo em Portugal sobre pobreza infantil (Silva, 1991) surge, no início da década de noventa, a pedido da UNICEF. Teve como principal objectivo analisar a incidência da pobreza infantil e as suas características, bem como estudar o impacto do crescimento económico e da política social sobre o bem-estar das crianças em Portugal entre 1950 e 1988. De acordo com o estudo, a ideia prevalecente é a de que a privação social e económica das crianças reflecte o empobrecimento das suas famílias e é decorrente de um conjunto de problemas estruturais e institucionais do país.

Nessa perspectiva, o estudo realizado por Ferreira (1994) permitiu conhecer melhor a realidade das crianças no início e final da década de oitenta. A análise incidiu sobre a pobreza monetária, enquanto insuficiência de recursos económicos, complementada com indicadores directos de condições de vida para aprofundar o conhecimento sobre a realidade das crianças. No âmbito deste estudo, as crianças foram definidas como os indivíduos com idade inferior a 18 anos, no sentido de fazer corresponder essa definição à idade em que se atinge a maioridade em Portugal.

Em termos de resultados, o estudo revelou que a pobreza infantil (indivíduos com idade inferior a 18 anos que se situam abaixo de 50% da média da despesa por adulto equivalente, utilizando-se a escala de equivalência da OCDE modificada) sofreu uma diminuição, passando de 30.1% para 20.7% entre 1981 e 1990<sup>4</sup>. Esta evolução ficou a dever-se essencialmente ao decréscimo da incidência da pobreza nas famílias (de 25.4% para 22.2%) e à diminuição do número de crianças nas famílias de recursos mais baixos (Ferreira, 1994, p. 454). São as famílias com mais do que uma criança que demonstram ser mais vulneráveis à pobreza. Em 1990 existiam 16.5% de famílias com mais de uma criança em situação de pobreza (face a 4% para as famílias com uma única criança).

O estudo disponibiliza também alguns indicadores de condições de vida das famílias que, segundo a autora, procuram reflectir o bem-estar das crianças. Por um lado, a estrutura da despesa revela que: a despesa em alimentação representa mais de metade da despesa total das famílias e é bastante acentuada para as famílias pobres; a despesa em educação é muito

---

<sup>4</sup> Os dados tiveram por base os Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF). Apesar da despesa (expressa em termos de consumo) traduzir um indicador do nível de vida que melhor traduz o exercício do poder económico de uma família sobre os recursos, não é, contudo, uma opção pacífica, pelo que o estudo procedeu também ao cálculo de outras linhas de pobreza (40% da despesa média, 40% e 50% da despesa mediana) segundo a escala per capita.

reduzida na despesa total das famílias pobres; a despesa em saúde é também muito reduzida evidenciando contenção neste tipo de despesa. Por outro lado, ao nível das infra-estruturas básicas de habitação e bens de conforto, verificaram-se melhorias significativas ao longo da década de oitenta, ainda que se observem situações muito precárias para as famílias de menores rendimentos. Finalmente, face à educação e ao trabalho das crianças que vivem em famílias pobres, existem situações preocupantes de abandono escolar e de integração precoce no mercado de trabalho.

A perspectiva de análise sobre pobreza infantil em Portugal tem vindo a ser complementada por outro tipo de estudos, tendo em vista um conceito mais alargado e formas de medição alternativas do fenómeno. Bastos (1998, 1999) define a pobreza infantil como um estado de privação relativo às condições de vida presentes e às oportunidades futuras. A escassez de recursos económicos não se adequa ao conceito de pobreza infantil uma vez que tal escassez diz respeito aos responsáveis destas crianças e não constitui uma característica inerente ao seu modo de vida. O que lhes está inerente são as deficientes condições em que vivem ao nível da educação, da habitação, da alimentação e da inserção social (...), traduzindo situações ou estados de desvantagem social a vários níveis e, por isso, de privação (Bastos, 1998, p.1).

A autora propôs duas medidas específicas (um índice de privação infantil e um coeficiente de privação) para quantificar a pobreza infantil. A aplicação da metodologia a um estudo de caso<sup>5</sup> mostrou que, na amostra analisada, a pobreza infantil pode ser traduzida através de um conjunto de privações, designadamente, ao nível da educação, da saúde, da habitação e da inserção social, essenciais para a compreensão do fenómeno. Essa ligação foi comprovada através da modelização da pobreza infantil, assente em técnicas econométricas específicas.

A investigação empírica demonstrou também que o contexto familiar influencia o bem-estar das crianças, que existe uma percentagem significativa de crianças com níveis elevados de privação e que as crianças que não estão privadas apresentam alguns sinais de insuficiente acompanhamento por parte dos pais (Ibid., 1999, p.216).

Posteriormente, Bastos e Nunes (2006) analisam a incidência e a persistência da pobreza infantil com base no Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP)<sup>6</sup> de 1994 e

---

<sup>5</sup> Inquérito realizado junto de 384 crianças de escolas do 1º ciclo das freguesias da Ajuda, Alcântara, S<sup>ta</sup> Maria de Belém e São Francisco Xavier.

<sup>6</sup> Ou no acrónimo inglês designado por European Community Household Panel (ECHP). Os dados do ECHP cobrem o período de 1995 a 2001.

1998. Os resultados evidenciam a posição vulnerável das crianças, em termos de rendimento e noutros aspectos de privação. As crianças a viver em famílias com maior dimensão (6 ou mais elementos) e em famílias monoparentais são as que enfrentam maior risco de privação. Do ponto de vista da análise dinâmica, o risco de persistência de pobreza das crianças é significativamente mais elevado relativamente à população em geral.

Este tipo de estudos são extremamente úteis para aprofundar o conhecimento em torno da problemática, sobretudo porque permitem mostrar a influência de outros aspectos, além da componente monetária, determinantes no bem-estar das crianças.

## **2.2 Portugal no contexto internacional**

### **2.2.1 Portugal no contexto dos países da UE**

O conhecimento sobre a pobreza infantil e as condições de vida gerais das crianças tem vindo a ser solicitado no âmbito europeu. O aprofundamento desse conhecimento pode contribuir substancialmente para uma melhor adequação da estratégia europeia de inclusão para combater a pobreza infantil e proteger as crianças mais vulneráveis. Desde a Cimeira de Lisboa, realizada em 2000, que a luta contra a pobreza tem constituído um dos elementos centrais da modernização do modelo social europeu. Esta estratégia foi reforçada numa nova agenda social, no início de 2005, no sentido de dar um novo rumo à política social europeia até 2010, ano em que a Comissão Europeia propõe que seja o Ano Europeu de Combate à Exclusão e à Pobreza.

Neste sentido, é de todo relevante posicionar Portugal no contexto dos países da UE. As crianças constituem um dos grupos mais vulneráveis à pobreza. Em termos europeus, o risco de pobreza infantil é definido como a percentagem de crianças com idade inferior a 16 anos<sup>7</sup> situadas abaixo de 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente<sup>8</sup>. Em Portugal, o risco de pobreza infantil situava-se nos 23% em 2004<sup>9</sup>, constituindo um dos valores mais elevados quando comparado com a média da UE25 (20%). Entre 1995 e 2004, regista-se uma incidência nas crianças sempre superior à da população total (21% em 2004).

---

<sup>7</sup> As crianças são definidas como os indivíduos com idade inferior a 16 anos, no sentido de fazer corresponder essa definição com a idade mínima legal de admissão ao trabalho.

<sup>8</sup> A escala de equivalência utilizada corresponde à escala modificada da OCDE.

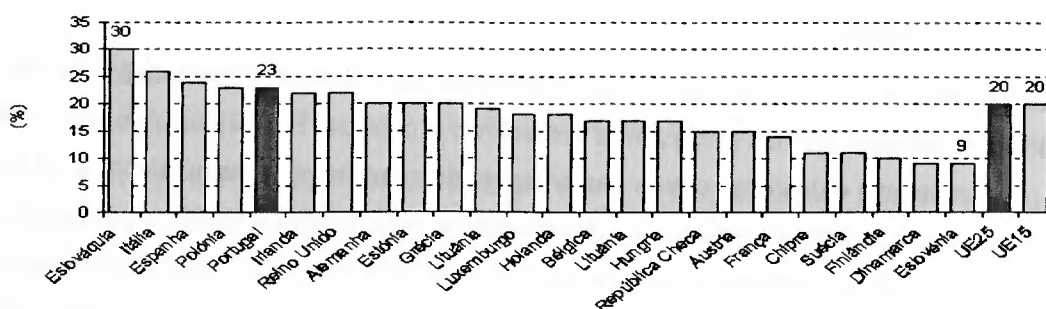
<sup>9</sup> Os dados mais recentes resultam do *European Statistics on Income and Living Conditions* (EU-SILC) 2004 que vem substituir o *European Community Household Panel* (ECHP) com informação para o período de 1995 a 2001.

A tipologia familiar revela também a situação de maior vulnerabilidade das famílias com crianças, sendo as crianças a viver em famílias numerosas (cerca de 34% nos agregados constituídos por dois adultos com três ou mais crianças, em 2004) e em famílias monoparentais (30% em 2004) as que estão em maior risco de pobreza. Além disso, o carácter persistente das situações de risco de pobreza infantil em Portugal está significativamente acima da persistência para a população em geral (22% para as crianças face a 15% para a população em geral, em 2001). O risco de persistência de pobreza infantil indicia um maior agravamento, entre 1997 e 2001, face à tendência quase constante da situação nacional.

Comparando os vários países da UE25 em 2004, Portugal situa-se no grupo de países com incidência de pobreza infantil mais elevada, conforme se pode evidenciar pelo gráfico seguinte. Contudo, é a Eslováquia que apresenta o valor máximo (30%), seguindo-se a Itália (26%) e a Espanha (24%). A Polónia acompanha os países do Sul da Europa ao evidenciar um risco de pobreza infantil igual ao de Portugal (23%).

A um maior risco de pobreza infantil na Europa está associado um grau de persistência de pobreza infantil mais elevado. Em 2001, 13% das crianças da UE15 viviam numa situação de pobreza persistente. Portugal (22%), Itália (18%), Espanha (16%) e Irlanda (15%) eram os países com pobreza persistente infantil mais elevada, enquanto que a Dinamarca (3%) e a Finlândia (4%) eram os países em que o fenómeno tem menor expressão.

**Gráfico nº 1 - Risco de pobreza infantil, 2004**



Fonte: Eurostat [Maio 2006], EU-SILC 2004

Notas: Dados de 2003 para República Checa, Estónia, Chipre, Letónia, Lituânia, Hungria, Holanda, Eslovénia e Reino Unido; Não existem dados disponíveis para Malta.



### **2.2.2 Portugal no contexto dos países da OCDE**

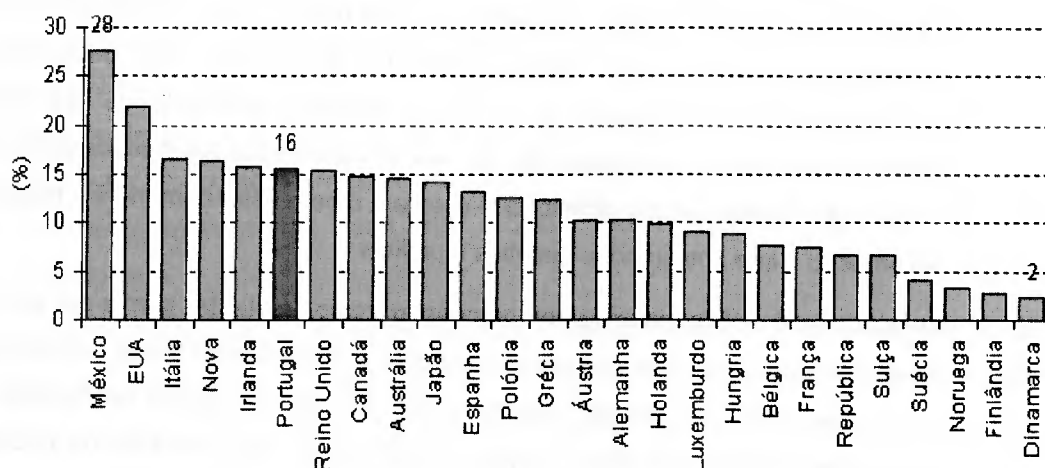
A estratégia Europeia enquadra-se numa estratégia de redução da pobreza ao nível mundial. A Cimeira do Milénio das Nações Unidas realizada em 2000 resultou num compromisso das nações do mundo para com a paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, apoiando princípios de dignidade humana, igualdade e equidade. A concretização desses compromissos resultou na definição dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que colocam o bem-estar humano e a redução da pobreza em primeiro plano nos grandes desafios mundiais.

Apesar da pobreza infantil na Europa atingir proporções muito contrastantes com a dos países em vias de desenvolvimento, não deixa de ser preocupante a existência de níveis elevados de incidência de pobreza infantil nos países industrializados. No contexto global dos países da OCDE, Portugal situa-se novamente entre os países com níveis mais elevados de pobreza infantil. Note-se que, neste contexto, a pobreza infantil é definida como a percentagem de crianças com idade inferior a 18 anos situadas abaixo de 50% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente.

O relatório da UNICEF (2005) revela que o México e os EUA são os países da OCDE com níveis de pobreza infantil bastante mais elevados, seguindo-se um grupo de países cuja incidência de pobreza infantil varia entre os 15% e os 17%. Entre esses países está Portugal, no qual 16% das crianças vivem em situação de pobreza. No topo dos países com níveis reduzidos de pobreza infantil está o grupo dos países nórdicos - Dinamarca, Finlândia, Noruega e a Suécia com menos de 5%.

Independentemente da medida de pobreza infantil utilizada, a situação das crianças tem vindo a deteriorar-se. A pobreza infantil aumentou na maioria dos países durante os anos noventa do século XX, entre os quais se destacam Portugal, México, Bélgica, República Checa, Luxemburgo e Polónia.

**Gráfico nº 2 - Incidência da pobreza infantil nos países da OCDE no final dos anos 90 e início de 2000**



Fonte: UNICEF (2005)

Notas: *Luxembourg Income Study* é a fonte estatística utilizada para a maioria dos países (accedida em Junho de 2004); Para Portugal, Irlanda e Nova Zelândia, a informação foi fornecida pela OCDE. Os dados sobre pobreza infantil em Portugal referem-se ao ano de 1999 e as alterações ocorridas têm por comparação o ano de 1991.

De acordo com os dados apresentados, é possível concluir que Portugal está entre os países com níveis de pobreza infantil mais elevados. Independentemente da escolha do escalão etário da criança (0-15 ou 0-17) ou da opção por várias proporções do rendimento (50% ou 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente) para definir pobreza infantil, os dados apresentados evidenciam uma situação preocupante.

Note-se que, os países que reduziram a pobreza infantil de forma significativa e sustentável só o conseguiram, orientando as suas estratégias simultaneamente para as questões económicas (por via de uma distribuição mais equitativa do rendimento) e sociais (por via da intervenção num conjunto de áreas, tais como, educação, saúde, habitação).

### 2.3 Principais limitações da abordagem tradicional

O conhecimento da situação de pobreza das crianças precede, geralmente, a tomada de consciência do problema. Daí que a informação actualizada sobre a pobreza infantil seja

fundamental para conhecer a realidade e para direccionar as intervenções no âmbito da política social nacional e europeia.

No entanto, o conhecimento dessa situação tem-se centrado na análise unidimensional da pobreza infantil, recorrendo tradicionalmente à utilização de recursos económicos para a sua medição. No contexto europeu (e internacional), os dados oficiais sobre o fenómeno traduzem apenas a situação de escassez de recursos económicos, a qual não lhes permite satisfazer as necessidades mínimas (pobreza monetária infantil).

Esta opção é frequentemente criticada por recorrer apenas ao rendimento disponível ou ao consumo dos indivíduos como proxy da pobreza infantil. Apesar destes recursos constituírem um input relevante para o bem-estar da criança, existem razões que fazem com que este tipo de abordagem não seja a mais adequada para estudar a pobreza infantil.

A análise da pobreza monetária infantil assume teoricamente que os recursos económicos são distribuídos de igual forma por todos os membros do agregado familiar, independentemente do acesso e controlo que os indivíduos têm sobre esses recursos. No entanto, esta hipótese de partida pode ocultar situações de pobreza distintas, como as que se relacionam com o género e a idade, sendo as crianças, as mulheres e os idosos, os grupos mais vulneráveis.

De uma forma geral, as crianças não beneficiam de igual forma da distribuição do rendimento dentro do agregado familiar (por exemplo, por comparação aos pais). Esta situação é mais frequente em agregados familiares de menores rendimentos, embora possa existir para as crianças que vivem em agregados de rendimentos mais elevados. No primeiro caso, a situação pode ser reforçada pelas próprias crianças que procuram proteger os seus pais das consequências da pobreza, abdicando de lhes pedir seja o que for que tenha impacto sobre o orçamento familiar.

De facto, além do rendimento disponível não ser distribuído de forma igual por todos os membros do agregado familiar, as crianças raramente têm acesso directo ao rendimento que é delas próprias (por exemplo, o acesso a prestações familiares direccionadas às crianças). O mesmo acontece relativamente aos benefícios resultantes do rendimento disponível do agregado familiar. Desta forma, um aumento do rendimento do agregado familiar não significa necessariamente um aumento de bem-estar para as crianças. Trata-se de um processo mais complexo do que uma mera relação causal.

O conhecimento da distribuição interpessoal dos recursos económicos com vista a precisar o bem-estar dos indivíduos e das famílias recorre, geralmente, a três principais abordagens,

nomeadamente, (i) a distribuição dos recursos económicos na óptica das famílias, (ii) a distribuição dos recursos na óptica dos indivíduos sem qualquer tipo de ponderação (per capita), e (iii) a distribuição dos recursos na óptica dos indivíduos com uma ponderação subjacente, através de uma escala de equivalência (adulto equivalente) (Bomba, Fernandes e Machado, 2006).

As escalas de equivalência ajustam o rendimento, permitindo efectuar comparações interpessoais de bem-estar. Essas escalas consideram as economias de escala existentes no agregado familiar, tendo em conta as necessidades de recursos de cada um dos membros desse agregado. O ajustamento é operacionalizado através de ponderadores atribuídos a cada um desses membros, de acordo com a dimensão e a composição do agregado. É desta forma, que o bem-estar de cada indivíduo é considerado.

No entanto, a escolha de escalas de equivalência pode fazer variar significativamente o bem-estar das crianças. Se a escala escolhida atribui uma ponderação que subestima o peso das crianças dentro do agregado, a pobreza infantil apresentará valores inferiores à realidade (e vice-versa). Isto é particularmente relevante em famílias com um número elevado de crianças dependentes.

A abordagem monetária ignora que as crianças têm necessidades diferentes dos adultos. A pobreza infantil não pode ser considerada como uma consequência imediata da pobreza em geral. A infância implica um espaço bem delimitado relativamente ao espaço dos adultos, no qual interessa conhecer as condições de vida nessa fase do ciclo de vida. Existem características específicas da infância que fazem com que a pobreza vivida pelas crianças seja diferente da pobreza dos adultos.

Por último, interessa salientar que o bem-estar das crianças não depende só da escassez de recursos monetários. Existe uma multiplicidade de dimensões da pobreza infantil que não são captadas pela escassez de recursos económicos. Por exemplo, o nível de rendimento não é sinónimo de segurança ou de acesso a determinados serviços, como seja, a saúde. As experiências de vida das crianças estão muito centradas na família e no espaço casa e escola, pelo que os afectos, a auto-estima e o tempo de lazer, são igualmente importantes para o bem-estar das crianças. A pobreza de educação, saúde, tempo de lazer, afectos, entre outras dimensões, podem privar a criança de tal forma que pode ter consequências graves no curto prazo ou na sua vida futura.

## **2.4 Necessidade de um conceito de bem-estar mais alargado**

O reconhecimento do fenómeno da pobreza infantil como uma problemática complexa e de natureza multidimensional coloca-nos perante a dificuldade de saber qual o conceito mais adequado para considerar a realidade que se pretende analisar.

Num país como Portugal, o estudo da pobreza infantil deve fundamentar-se num conceito relativo, ou seja, na observação do comportamento da sociedade em causa, a partir da qual é possível definir um padrão de referência de necessidades humanas fundamentais nessa sociedade.

Contudo a visão tradicional que define a pobreza infantil em termos de escassez dos recursos económicos é, de facto, limitada e não corresponde totalmente à realidade que se pretende analisar. A escassez de rendimento é apenas uma das facetas da pobreza infantil. Aumentar o rendimento não resolve todos os aspectos de privação, e em nenhum caso o faz tão rápido como se considerássemos a privação directamente (White, Leavy e Masters, 2003, p. 381).

Existe uma diversidade de aspectos que não passam exclusivamente pelos recursos económicos, os quais importa considerar no conceito de pobreza infantil. De uma forma geral, as crianças valorizam aspectos da vida que extravasam o bem-estar económico e material. Alguns trabalhos recentes sobre a participação (Alderson, 2000; Ridge, 2002), desenvolvidos junto das crianças em geral e das mais vulneráveis à pobreza, têm revelado alguns aspectos importantes de bem-estar que as crianças valorizam nas suas vidas. O tempo de lazer, as redes de sociabilidade, os afectos, a educação, a saúde e a habitação, constituem dimensões de bem-estar essenciais na vida das crianças que importa considerar.

A pobreza infantil, encarada como um estado de privação múltipla, tem consequências significativas nas decisões políticas, em particular na política social direccionada às crianças ou famílias com crianças. Pode ter implicações, por um lado, ao nível da concepção da política social e dos seus principais objectivos e, por outro, em termos de consequências sobre o tipo de medidas de política necessárias para concretizar esses objectivos.

Com efeito, numa perspectiva mais ampla da pobreza infantil, os objectivos de política social são também mais alargados, incluindo, por exemplo, a saúde, a educação e a habitação. Parece fazer mais sentido alargar a estratégia de redução da pobreza infantil para concretizar os diversos objectivos, recorrendo a medidas diversificadas no contexto da política social. Essa estratégia tem de ser capaz de integrar as múltiplas dimensões do fenómeno da pobreza, em particular quando atinge as crianças (White, Leavy e Masters, 2003).

### Capítulo 3: CONCEPTUALIZAÇÃO DA POBREZA INFANTIL

A abordagem à pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos apresenta-se como uma possibilidade científica distinta das que têm vindo a ser desenvolvidas até ao momento, assumindo uma importância crescente no contexto europeu e mundial em detrimento da perspectiva tradicional.

A análise dos direitos humanos com base em convenções, tratados ou outros instrumentos jurídicos internacionais é fundamental para o conceito de pobreza infantil, na medida em que: (i) reflecte o compromisso de cada país para com as crianças do mundo, tendo em conta valores universais; (ii) traz valor acrescentado, pois pressupõe um quadro normativo de obrigações que exerce pressão sobre os governos; (iii) atribui um menor enfoque nas falhas pessoais dos indivíduos para justificar a pobreza e passa a centrar-se nas falhas ao nível das estruturas macroeconómicas e políticas da responsabilidade do Estado e de outras instituições nacionais e internacionais.

A Convenção sobre os Direitos da Criança estabeleceu padrões internacionais dos direitos humanos das crianças, consagrando o direito de todas as crianças a "um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social" (artigo 27). O compromisso assumido, por parte dos vários países, para com os direitos da Criança, implica a existência de um conjunto de medidas legislativas, administrativas, entre outras, necessárias à realização desses direitos. No que se refere aos direitos económicos, sociais e culturais, os Estados tomam essas medidas no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional" (artigo 4). Cabe igualmente aos pais e à comunidade assegurar que as crianças realizem os seus direitos, evitando que vivam experiências de pobreza.

Neste contexto, a redução da pobreza infantil passa a ser considerada como uma responsabilidade legal e não apenas moral. Daí que a perspectiva dos direitos humanos fundamentais tenha vindo a ser integrada nos discursos sobre pobreza<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Por exemplo, Mary Robinson, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos em 1997, afirmou que a pobreza por si só constitui uma violação de numerosos direitos humanos básicos (Robinson, 1997). Em 2000, a Declaração do Milénio adoptou um conjunto de valores, princípios e objectivos para o século XXI que inclui a promoção e protecção dos direitos humanos internacionais (económicos, sociais e culturais) e estabeleceu metas e prazos para agir no sentido de erradicação da pobreza (UNDP, 2000).

Este capítulo pretende conceptualizar a pobreza infantil, contribuindo para o enriquecimento do quadro teórico actual sobre a problemática. No ponto 3.1 estabelece-se a relação entre pobreza e os conceitos de necessidades, capacidades e direitos. No ponto 3.2, apresenta-se, genericamente, a ligação entre a pobreza, os direitos humanos e o desenvolvimento. Segue-se, no ponto 3.3, uma análise sucinta sobre a forma como as organizações internacionais entendem a pobreza, salientando-se em particular a visão específica da UNICEF sobre a pobreza infantil. Finalmente, no ponto 3.4, apresenta-se o conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos fundamentais das crianças.

### **3.1 A relação entre necessidades, capacidades e direitos na análise da pobreza**

#### **3.1.1 A abordagem às necessidades**

O conceito de pobreza infantil é entendido, de uma forma geral, em termos de escassez dos recursos económicos das famílias para conseguir satisfazer necessidades mínimas. De uma forma abrangente, a pobreza infantil pode ser vista como a privação da satisfação das necessidades das crianças.

De acordo com Max-Neef et al. (1986), as necessidades humanas são essenciais e evoluem no tempo, embora não se alterem constantemente. O autor afirma que as alterações nos meios, ou nas formas possíveis de satisfação dessas necessidades, ocorrem mais frequentemente. As necessidades humanas podem ser divididas em necessidades existenciais, que se referem ao ser, ter, fazer e interagir, e em necessidades axiológicas, que dizem respeito à subsistência, à protecção, ao afecto, à compreensão, à participação, à criatividade, ao lazer, à identidade e à liberdade. A satisfação desse tipo de necessidades é o que permite suprimir a necessidade como um todo. Segundo o autor, as necessidades humanas formam um sistema que não deve ser hierarquizado, na medida em que todas as necessidades são essenciais.

Contudo, este último aspecto pode ser discutível. Esta concepção de necessidades humanas contraria as primeiras investigações sobre pobreza, realizadas na primeira metade do século XIX em Inglaterra. Essas necessidades restringiam-se às de subsistência física, tal como defendeu Rowntree (1901) ao definir pobreza primária como a situação em que os indivíduos ou famílias não têm os rendimentos suficientes para obter um padrão de

subsistência mínimo à manutenção da eficiência física. No entanto, esta abordagem rapidamente deu lugar a abordagens mais amplas, incluindo um maior leque de necessidades.

O conceito "necessidades" tem raízes históricas que importa compreender. Num contexto liberal, o Estado entendia que não era preciso intervir nas questões de natureza social, uma vez que a eficácia do mercado conseguiria fazer face aos problemas sociais emergentes. A situação de necessidade era vista como um problema do próprio indivíduo em necessidade, pelo que cabia à assistência social compensar as falhas ocorridas no passado e prevenir eventuais falhas no futuro.

Nos finais do século XIX, foram criados os primeiros seguros sociais públicos por Bismarck na Alemanha. O contexto social vigente, em que a classe operária assumia um papel preponderante no meio económico e político, fez com que a maior parte das necessidades passassem a ser determinadas por um contrato resultante da condição de exercício de uma actividade profissional. Existiam, no entanto, formas de protecção assistencialistas para responder a outro tipo de necessidades, sobretudo dos que se encontravam fora do sistema formal.

Após a Segunda Guerra Mundial, a protecção social foi alargada e generalizada a partir das propostas de William Beveridge, em Inglaterra, dando origem ao Estado de Bem-estar. Iniciou-se uma nova fase, na qual o modelo Keynesiano suportava as principais necessidades e os riscos da população da Europa central. Esta fase coincidiu com um período de crescimento económico elevado, em que a maioria da população acede a um nível de bem-estar material relativamente estável. Paralelamente, assistiu-se a uma evolução dos direitos civis, políticos e sociais, reconhecendo-se a cidadania plena, através da qual, o Estado passa a ter o dever de assegurar um mínimo essencial a todos os cidadãos.

Neste contexto, a pobreza é tida como algo residual, uma vez que se supunha que apenas uma minoria estaria fora do sistema universal. A abordagem em torno das necessidades de subsistência passa a ser dominada pelo discurso em termos de necessidades humanas básicas. Iniciou-se, assim, o debate em torno da noção de "necessidades", "carências" e mesmo do que se considera como "básico". Esse debate deu origem a um novo entendimento do fenómeno da pobreza.

Townsend (1979) afirma que as necessidades humanas básicas e os níveis mínimos em que ocorre a sua satisfação são relativos a padrões normativos definidos em cada sociedade. A pobreza passa a situar-se no tempo, considerando a estrutura social e institucional vigente,



não podendo ser traduzida apenas em função de um nível de rendimento disponível mais baixo (Ibid., 1993, p. 35). O autor defende um conceito relativo de pobreza, afirmando que a posição relativa dos indivíduos ou famílias na sociedade é o critério essencial para os considerar pobres.

Ao mesmo tempo, estabelece uma relação inovadora entre pobreza e privação. Os indivíduos, famílias e grupos de população estão em situação de pobreza quando não têm recursos que lhes permitam obter o tipo de alimentação, participar nas actividades e ter as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos amplamente encorajadas ou aprovadas nas sociedades a que pertencem (Ibid., 1979, p.31). A pobreza é interpretada em termos de privação da satisfação das necessidades mínimas ou básicas, materiais e imateriais.

O autor relaciona padrões de vida com o nível de recursos económicos, ou seja, quando os recursos dos indivíduos estão situados a um nível muito abaixo dos que dispõe o indivíduo médio, pode ocorrer que, a partir de determinado momento, os indivíduos diminuam ou deixam de participar nos padrões normais de vida, costumes e actividades de uma dada sociedade (Ibid., p. 57).

A pobreza resulta sobretudo da escassez de recursos económicos e materiais enquanto que a privação está relacionada com a falta de determinadas condições de vida que impede os indivíduos de viver de acordo com o padrão prevalecente.

A problematização da pobreza tem-se desenvolvido com base na definição do que são necessidades, sejam elas materiais ou imateriais. De outro modo, interessa saber o que as pessoas devem possuir, que condições devem estar presentes para que isso aconteça. Surge a questão de saber se as necessidades são absolutas (não dependem de condições específicas da sociedade) ou se, pelo contrário, são relativas (têm por referência as condições específicas da sociedade).

Se, por um lado, a abordagem de Townsend chama a atenção para o facto das necessidades terem como base a sociedade e evoluírem no tempo, há outros autores que salientam a universalidade das necessidades por oposição a desejos ou preferências individuais. Gough (2000, citado em Lavinias, 2003, p. 31) procurou redefinir o conceito de necessidades básicas, chamando a atenção para o carácter universal do conceito. Na perspectiva universalista, o ser humano poderá sofrer danos graves caso as necessidades básicas não sejam satisfeitas, colocando em risco a própria vida. O autor salienta que as necessidades básicas são cruciais

à participação dos indivíduos ao longo da sua vida, procurando que sejam sempre o óptimo em termos de saúde, alimentação, habitação, segurança, educação e autonomia. Só desta forma é possível assegurar a plena participação na sociedade e permitir que os indivíduos façam escolhas ao longo da sua vida.

### **3.1.2 A abordagem de Amartya Sen às capacidades**

Amartya Sen corrobora a importância atribuída às necessidades básicas, afirmando que o caminho mais vulgar para a identificação dos pobres passa pela especificação de um conjunto de necessidades básicas ou mínimas e pela observação da incapacidade de satisfazer essas necessidades como verificação da pobreza, sendo a pobreza claramente uma questão de privação (Sen, 1999a, p. 42-43).

Ao contrário de Townsend, o autor entende que a privação do ponto de vista relativo é essencialmente incompleta como abordagem da pobreza e complementa (mas não consegue suplantar) a abordagem da privação em termos absolutos (Ibid.). O facto dos indivíduos terem um padrão de vida inferior face a outros é certamente prova de desigualdade, mas por si só não pode ser prova de pobreza, a menos que saibamos algo mais sobre o padrão de vida dos indivíduos. ( ) As considerações absolutas não são inconsequentes para a conceptualização da pobreza (Ibid., 1984, p. 333).

O carácter relativo da pobreza é importante para a especificação das necessidades básicas numa sociedade e num dado momento, mas existe sempre um núcleo irredutível absoluto no conceito de pobreza (Ibid., 1999a, p. 44).

O conceito de pobreza de Sen desenvolve-se com base nas capacidades que, segundo o autor, representam as combinações alternativas do que uma pessoa é capaz de fazer ou ser, das várias realizações que pode conseguir. A pobreza é vista como um conceito absoluto no espaço das capacidades (ausência de capacidades, por exemplo, o bem-estar de um indivíduo depende da realização de requisitos nutricionais, de ser educado, etc.), mas assume formas relativas no espaço dos bens ou das características (falha no espaço dos bens que geram capacidades/a presença ou afluência de bens difere entre sociedades) (Ibid., 1983, p. 161). As necessidades podem ser absolutas no espaço das capacidades, mas relativas no espaço dos bens ou do rendimento necessário para as satisfazer. Daí que as necessidades sejam construídas socialmente.

A abordagem às capacidades tem sido defendida por vários autores, na medida em que: (i) está centrada nas privações que são verdadeiramente importantes para identificar a pobreza; (ii) considera que existem outras influências além do rendimento na produção de capacidades; (iii) reconhece a existência de diferentes níveis de recursos para realizar as mesmas capacidades, variando de indivíduo para indivíduo, consoante a comunidade ou o país em que se inserem. Contudo, uma das principais críticas à proposta de Sen tem a ver com o facto de não ter apresentado uma lista de capacidades básicas. Existem, porém, abordagens recentes que propõem um conjunto de capacidades, complementando o trabalho de Sen (Laderchi, Saith e Stewart, 2003; Nussbaum, 2000).

### **3.1.3 A abordagem aos direitos e a sua relação com 'necessidades' e 'capacidades'**

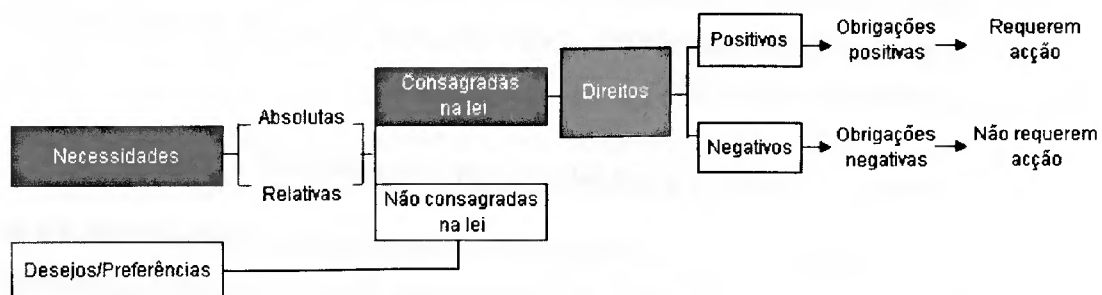
A tendência nas discussões recentes, nomeadamente nas organizações internacionais, é a de transição natural do discurso em termos de necessidades para o de direitos. Os direitos referem-se a um conjunto de normas sociais, correlacionadas e articuladas entre si, que formam um sistema e uma ordem designada por ordem jurídica. Neste sentido, a ordem jurídica, ou o direito, refere-se ao contexto da vida social, enquanto juridicamente valorizado.

As Constituições geralmente contêm dois tipos de direitos – direitos negativos e direitos positivos. Os direitos negativos (ou direitos-liberdade) dão a indicação ao governo do que não podem fazer, ou seja, impede o governo de interferir na forma de estar dos cidadãos, por exemplo, no que se refere à restrição das liberdades dos indivíduos. Incluem-se neste tipo de direitos, por exemplo, o direito à vida, à liberdade e à segurança. Por outro lado, os direitos positivos (direitos-crédito, que geram obrigações da sociedade) dizem ao governo o que deve fazer e aos cidadãos o que podem fazer. Incluem os direitos sociais, económicos e culturais sob a forma de garantias de bem-estar por parte do governo (por exemplo, o direito à educação e à saúde).

Qual a relação entre direitos e necessidades? Na perspectiva dos direitos, considera-se que há necessidades que estão consagradas como direitos, ou seja, referem-se a um conjunto de normas sociais influenciadas por diversos factores. Assim, para além das necessidades sentidas pelos indivíduos, ou definidas como essenciais por outros indivíduos, existem as necessidades que correspondem a direitos, conforme se evidencia na figura seguinte.

É necessário que esses direitos existam e sejam respeitados, garantindo, na medida do possível, a sua máxima eficácia, independentemente dos desejos e preferências das pessoas a quem se dirigem. É desta forma, como ordem normativa, que se caracteriza o direito.

Figura nº 1 - Necessidades e direitos



Outro aspecto relevante tem a ver com o direito, enquanto conjunto de normas, distribuir bens ou serviços entre as pessoas, garantindo a sua utilização. Às situações de vantagem atribuídas pela norma às pessoas com vista à utilização desses bens, no seu sentido mais amplo, também se chama direitos. É assim possível distinguir o direito objectivo (conjunto de normas) do direito subjectivo (situação de vantagem). O direito subjectivo concede vantagem aos indivíduos no sentido de poder de acção ou de reclamação, juridicamente protegido, para que os indivíduos possam viver com dignidade. No direito português, por exemplo, o direito de propriedade, o direito à vida, o direito de crédito referem-se a direitos subjectivos.

Desde o século XIX que se vem afirmando a ideia de direitos subjectivos que devem ser reconhecidos de forma generalizada a todos os indivíduos, por derivarem da natureza humana. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948 e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, aprovada pelo Conselho da Europa em 1950, constituem as primeiras referências fundamentais integradas nos preceitos constitucionais. Desde então, as convenções e tratados internacionais normativos assumem um carácter vinculativo para os países e para os cidadãos.

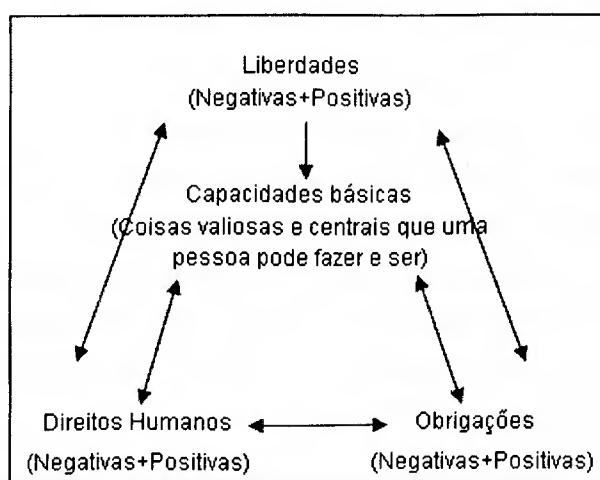
A Declaração Universal dos Direitos do Homem estabeleceu padrões internacionais na área da pobreza e dos direitos humanos, atribuindo o direito de todos a um nível de vida suficiente para assegurar a saúde e o bem-estar (incluindo alimentação, vestuário, alojamento, assistência médica e serviços sociais necessários), e a educação gratuita e obrigatória.

Por último, importa clarificar a relação entre direitos e capacidades. Do ponto de vista de Sen, as capacidades individuais correspondem a liberdades substanciais que permitem aos indivíduos seguir a vida que mais valorizam. Assim, a realização dessas capacidades depende das liberdades individuais, consideradas como liberdades instrumentais<sup>11</sup>.

Desta forma, uma pessoa pobre é aquela que tem liberdades restritas que privam a pessoa de realizar as suas capacidades mais básicas. A pobreza é encarada como privação dessas capacidades e não apenas em função do rendimento.

A ideia de capacidade-liberdade é associada à ideia de capacidade-direitos e obrigações, permitindo que pobreza possa ser conceptualizada em função dos direitos humanos fundamentais. As liberdades e os direitos humanos fundamentais reconhecem o que as pessoas devem ter ou as condições que devem existir para que efectivem o seu bem-estar. A relação tripartida entre liberdades fundamentais, direitos humanos e obrigações que caracteriza várias teorias éticas e políticas é mediada, no quadro conceptual de Sen, pelas capacidades (□), suportando a valorização de liberdades negativas e positivas e a elucidação das liberdades fundamentais e dos direitos humanos que se centram nas coisas valiosas que as pessoas podem fazer e podem ser (Vizard, 2005, p.18).

**Figura nº 2 - A abordagem de Sen às capacidades**



Fonte: Vizard (2005)

<sup>11</sup> Sen identifica cinco liberdades instrumentais essenciais para a capacidade genérica de uma pessoa, designadamente: (i) liberdades políticas; (ii) dispositivos económicos; (iii) oportunidades sociais; (iv) garantias de transparência; (v) previdência social (Sen, 1999, p. 51).

A afirmação ética de um direito apenas excede o valor da liberdade correspondente, na medida em que recai sobre outrem alguma exigência de contribuir para o cumprimento desse direito. Apesar de Sen considerar o discurso da liberdade suficiente, refere também que pode haver boas razões para sugerir ou exigir que outros ajudem alguém a realizar essa liberdade (Sen, 1999, p. 241). A existência de direitos atribui aos indivíduos o poder de os reivindicar, na medida em que esses direitos são legitimados pelo sistema legal em funcionamento na sociedade.

Para compreender a pobreza, é necessário olhar tanto para os direitos humanos fundamentais como para as forças existentes por detrás desses direitos. Apesar da relação entre direitos e pobreza estar ainda pouco explorada, a abordagem em termos de direitos concentra-se nos direitos que são fundamentais e vê a pobreza como a negação desses direitos por falta de recursos.

### **3.2 Pobreza, direitos humanos e desenvolvimento**

É comum em trabalhos sobre direitos humanos, incluir conceitos de erradicação da pobreza e de desenvolvimento humano, embora ao longo da história, esses conceitos tenham vindo a ser desenvolvidos separadamente. É talvez altura de reconhecer que as três áreas de trabalho se devem interligar, embora tenham estado sempre separadas, com os direitos humanos a constituir o chapéu (Gordon et al., 2003, p.7).

O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2000 procurou estabelecer a relação entre direitos humanos e o desenvolvimento humano, afirmando que ambos os conceitos têm aspectos semelhantes e partilham a mesma motivação, reflectindo um compromisso com a promoção da liberdade, bem-estar e dignidade dos indivíduos em todas as sociedades. Se o desenvolvimento humano se centra no reforço das capacidades e liberdades das pessoas, os direitos humanos representam as reivindicações pessoais sobre a conduta dos indivíduos, agentes colectivos e sobre o desenho de esquemas sociais para facilitar e assegurar essas capacidades ou liberdades (UNDP, 2000, p. 20).

A perspectiva dos direitos humanos consegue relacionar o desenvolvimento humano ao facto de outros indivíduos terem responsabilidades e deveres no reforço desse desenvolvimento. Os direitos humanos, enquanto conceito mais abrangente e multidisciplinar, estão legalmente estabelecidos, extravasando a abordagem centrada no ser humano e nas condições de vida reais das pessoas.

Qual a melhor forma de interligar os dois conceitos? Uma das formas possíveis de relacionar o desenvolvimento humano com os direitos poderá passar, no imediato, por colocar de parte a ideia de que o desenvolvimento humano tende a associar-se apenas aos direitos económicos e sociais enquanto os direitos humanos tendem a centrar-se nos direitos civis e políticos. O quadro actual sobre os direitos humanos reflecte a interdependência dos diversos domínios em que esses direitos se inserem, salientando a sua indivisibilidade. Essa interligação foi estabelecida ao relacionar-se os direitos humanos das crianças com o seu desenvolvimento. A introdução da linguagem internacional dos direitos humanos das crianças reconhece não só essa ligação, como relaciona ambos os conceitos com a pobreza.

Como é que se pode integrar esta visão emergente em termos de direitos humanos no conceito de pobreza? Passa sobretudo por reconhecer que a situação de pobreza é sinónimo da não realização de alguns direitos, impedindo o direito humano ao desenvolvimento. Mas será que a pobreza é constituída pela negação de todos os direitos humanos? Ou será que diz respeito só a alguns tipos de direitos?

Há quem defenda que a abordagem da pobreza assente nos direitos humanos é essencialmente sobre *empowering the poor* (Minujin et al., 2005, p. 42). A existência de direitos confere aos indivíduos o poder de reivindicar, junto dos governos, as medidas necessárias para combater a pobreza e melhorar as suas vidas. Isto significa que a redução da pobreza deixa de ser uma obrigação moral para passar a ser uma obrigação legal, exigindo o respeito dos princípios estabelecidos e assumidos nos tratados e convenções de direitos humanos.

Esta visão coloca a pobreza num contexto normativo que requer: (i) a participação activa de todos os indivíduos; (ii) a não-discriminação dos indivíduos; (iii) o empowerment, ou seja, a capacitação dos indivíduos para exercer os seus direitos, através da utilização dos instrumentos jurídicos existentes; (iv) a accountability dos intervenientes, isto é, a possibilidade de verificação das decisões tomadas pelos responsáveis em termos de direitos, responsabilizando-os e exigindo-lhes transparência nas suas acções (UNDP, 2003, p.5).

A abordagem da pobreza em termos de direitos humanos tende a ser uma abordagem holística, mas é provavelmente a única que possibilita uma maior compreensão das múltiplas causas e das diversas consequências do fenómeno (antítese dos direitos humanos fundamentais), essencial nas estratégias de combate à pobreza.

### **3.3 A perspectiva das organizações internacionais sobre a pobreza**

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem defendido desde sempre um conceito de pobreza em sentido amplo, colocando a tónica na satisfação das necessidades básicas.

Nestes termos, a pobreza é entendida em termos de privação da satisfação de necessidades mínimas, materiais e imateriais. A pobreza é identificada em termos de escassez de rendimento e recursos produtivos, fome e desnutrição, doença, sem-abrigo e alojamento inadequado, insegurança, discriminação e exclusão. É também caracterizada pela falta de participação no processo de decisão e na vida cultural, social e civil. ( ) A pobreza em termos absolutos é a condição caracterizada por privação severa de necessidades humanas básicas, como sejam a alimentação, o acesso a água potável, instalações sanitárias, cuidados de saúde, alojamento, educação e informação. Depende não só de rendimento, mas também do acesso a serviços sociais (UN, 1995).

Uma visão semelhante tem sido promovida pelo Programa para o desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), através dos Relatórios de Desenvolvimento Humano elaborados desde 1990. O Relatório de 1997 introduziu o conceito de pobreza humana, entendendo-o como a negação das oportunidades e escolhas essenciais ao desenvolvimento humano a viver uma vida longa, saudável, ser livre, viver com dignidade, ter respeito próprio e respeitar os outros (UNDP, 1997, p. 15). O desenvolvimento humano é identificado como um processo de alargamento das escolhas e aumento do nível de bem-estar dos indivíduos.

Paralelamente, o Banco Mundial (BM) tem concentrado esforços na redução da pobreza assente na perspectiva mais abrangente proposta pelo PNUD. A redução da pobreza está directamente relacionada com as necessidades da população pobre no que se refere às oportunidades económicas, empowerment e segurança. Por outro lado, as acções globais precisam de ser complementadas com iniciativas nacionais e locais com vista à maximização dos benefícios para as pessoas em situação de pobreza. Segundo o BM, estas são as ideias que podem contribuir de forma significativa para os fundamentos analíticos da estratégia para o desenvolvimento, formando a base teórica dos documentos de trabalho Poverty Reduction Strategy (PRSPs) (Banco Mundial, 2000).

Apesar das abordagens sobre pobreza terem estado desde sempre muito centradas na ideia de necessidades, a abordagem em termos de direitos humanos tem ganho terreno, nomeadamente através de tratados e convenções sobre direitos humanos assinados por vários países desde meados do século XX.



O Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (órgão das Nações Unidas de controlo da aplicação dos tratados em matéria de direitos humanos) defende uma abordagem multidimensional da pobreza que traduz a natureza interdependente e indivisível dos direitos humanos. A pobreza é definida como uma condição humana, caracterizada pela privação persistente de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para um padrão de vida adequado e para a realização de outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais (ECOSOC/CESCR, 2001).

### **3.3.1 A visão da UNICEF sobre a pobreza infantil**

À semelhança da discussão em torno do conceito de pobreza em geral, não há uma definição única e consensual para a pobreza infantil. Há, no entanto, contributos relevantes, nomeadamente de organizações internacionais que lidam directamente com as crianças, como é o caso do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Desde há muito tempo, a UNICEF chama a atenção para o facto das crianças viverem a pobreza de uma forma diferente dos adultos.

A maioria das organizações têm desenvolvido os seus planos de acção de combate à pobreza infantil tendo por base a Convenção sobre os Direitos da Criança. A ideia prevalecente é a de que a redução da pobreza infantil contribui para a realização dos direitos das crianças à sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação (e vice-versa). Isto implica que os principais responsáveis pelo bem-estar das crianças cumpram as suas obrigações inerentes às convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos.

A UNICEF, enquanto organização pioneira na abordagem aos direitos humanos para definir a pobreza infantil, afirma que as crianças pobres vivem uma situação de privação dos recursos materiais, espirituais e emocionais necessários à sua sobrevivência e ao seu desenvolvimento, o que as impede de gozar os seus direitos, de realizar o seu potencial pleno ou de participar completa e igualitariamente na sociedade (UNICEF, 2005b, p18). Essas crianças estão privadas de muitos dos direitos à sobrevivência, à saúde e nutrição, à educação, à participação, e à protecção contra danos, exploração e discriminação (Ibid.). Erradicar a pobreza infantil significará que as crianças conseguirão realizar os seus direitos.

Esta definição indica que a experiência de viver em situação de pobreza tem um forte impacto sobre as crianças, fazendo com que elas vivam o problema física, mental e emocionalmente (Ibid.). A pobreza material, por exemplo, o caso da criança ser obrigada a trabalhar

forçadamente numa tarefa perigosa, prejudica o crescimento físico e o desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança. Contudo, as crianças que não estão em situação de pobreza material podem estar também numa situação de risco. Veja-se o caso em que a família, ou os indivíduos com que a criança se relaciona dia a dia, não proporciona à criança qualquer tipo de afectos e um ambiente estimulante e protector. Nestas circunstâncias, os efeitos positivos da situação material não são suficientes, dada a ausência de outras componentes importantes.

Segundo a UNICEF, a adopção de estratégias de combate à pobreza infantil tem de partir de uma identificação clara das dimensões de pobreza que mais afectam as crianças. A natureza multidimensional e inter-relacionada do fenómeno chama a atenção para a questão dos direitos da criança:

A abordagem desenvolvida actualmente pelo PNUD combina princípios de necessidades básicas com direitos humanos fundamentais. A pobreza infantil é entendida como [a negação dos direitos sociais e económicos salientados nos artigos 26 e 27 da Convenção] (UNDP, 2004). O artigo 26 refere-se ao direito da criança de beneficiar da segurança social enquanto que o artigo 27 diz respeito ao direito da criança a um nível de vida suficiente que permita o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

Além do mais, esta abordagem contempla aspectos fulcrais para quebrar o ciclo geracional da pobreza e aumentar o bem-estar das crianças, tais como a segurança alimentar, alojamento, água e saneamento. Considera igualmente relevante a existência de normas e práticas sociais para que as crianças não estejam ao longo das suas vidas privadas das oportunidades sociais, económicas e políticas (Ibid., p.3).

### **3.4 O conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos**

A pobreza infantil pode ser encarada de diversas formas, embora o elemento comum seja sempre algum tipo de privação, resultante da falta de recursos, que faz com que a criança seja considerada [pobre]. Em sentido estrito, a pobreza infantil pode relacionar-se directamente com a falta de recursos económicos. Contudo, numa concepção mais ampla, essa ausência de recursos é apenas um dos aspectos de bem-estar relevantes.

Para compreender o fenómeno da pobreza infantil, interessa conhecer a situação das crianças que não conseguem realizar o seu bem-estar, pelo menos a um nível mínimo essencial. O

bem-estar mínimo das crianças é definido em função dos seus direitos humanos fundamentais que formalizam as necessidades humanas essenciais das crianças.

A análise é efectuada com base em várias dimensões de bem-estar, recorrendo para tal a diversos tipos de direitos. As crianças estarão privadas quando não conseguem realizar algum dos seus direitos humanos fundamentais (bem-estar realizado < bem-estar mínimo).

$BEm = f(d)$	[norma]
$P = BEm - BEr,$	se $BEr < BEm$
Em que:	
d - Direitos humanos fundamentais das crianças	
f(d) □ Função dos direitos	
P - Privação infantil	
BEm - Bem-estar mínimo	
BEr - Bem-estar realizado	

### 3.4.1 Abordagem centrada na criança ou na família?

A pobreza infantil é tradicionalmente analisada por referência aos adultos. Contudo, é crescente o interesse de investigadores e de organizações internacionais em efectuar uma análise independente. Isto significa que essa análise passa a centrar-se nas crianças, enquanto objecto de conhecimento independentemente dos seus pais ou do seu contexto familiar.

A abordagem centrada nas crianças pressupõe um estudo mais aprofundado sobre o seu bem-estar, definido em função dos seus direitos. A proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) constituiu o passo essencial para se avançar nesse estudo, embora não tivesse sido particularizada às crianças. Só mais tarde, a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989) permitiu esse aprofundamento, reconhecendo que os direitos das crianças diferem dos direitos dos adultos.

Embora a Convenção não tenha estabelecido qualquer tipo de ligação directa entre os direitos humanos e a pobreza infantil, os instrumentos jurídicos sobre os direitos das crianças garantem o quadro legal necessário para o estudo do problema. A Convenção, consubstanciada nos diversos artigos sobre os direitos da criança, constitui a base fundamental para estabelecer o conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos.

A Convenção sugere que a pobreza infantil tenha como unidade de observação as crianças, na medida em que as suas necessidades essenciais e os seus direitos humanos fundamentais são diferentes dos que se consideram para os adultos. As crianças durante a infância requerem uma atenção especial que lhes assegure a realização dos seus direitos com vista ao desenvolvimento e crescimento equilibrado. A não realização desses direitos pode levar a que as crianças vivam situações de privação com eventuais consequências graves no imediato e na sua vida futura.

É nesta base que algumas organizações internacionais chamam a atenção para as potencialidades da Convenção nas estratégias de redução da pobreza infantil ao nível mundial. Dada a diversidade de direitos, é possível contemplar as múltiplas facetas do fenómeno. A pobreza infantil é entendida como a antítese do direito humano ao desenvolvimento (□). Negar os direitos humanos é causa e consequência do problema. A pobreza constitui uma barreira aos direitos humanos fundamentais e um obstáculo à realização de todos os outros direitos humanos. Uma falha nesses direitos constitui um obstáculo à erradicação da pobreza □ Chinkin (2002, citado em Gordon et al., 2003, p. 8).

A abordagem à pobreza infantil em termos de direitos humanos implica, na prática, medir a pobreza através de um conjunto de indicadores directos que reflectam o bem-estar das crianças, em vez de recorrer apenas a indicadores indirectos sobre as condições de vida do agregado onde se inserem as crianças. A observação indirecta das crianças pode ocultar determinadas experiências das crianças. Pode dar-se o caso em que as crianças não realizam alguns dos seus direitos mesmo quando os seus pais ou os adultos do seu agregado familiar os realizam. Isto significa também que as crianças podem estar em situação de pobreza quando os seus pais não estão e vice-versa.

Existem, contudo, algumas áreas de bem-estar que se sobrepõem às crianças e aos pais. A Convenção reconhece que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão □, devendo ser plenamente preparada para viver uma vida individual na

sociedade. Este aspecto ilustra a dificuldade de separar algumas áreas de bem-estar das crianças do bem-estar dos adultos.

Apesar das dificuldades de mensuração, a Convenção confere às crianças diversos tipos de direitos, colocando-nos perante um duplo desafio: (a) traduzir esses direitos na prática; (b) integrar esses direitos na conceptualização da pobreza infantil.

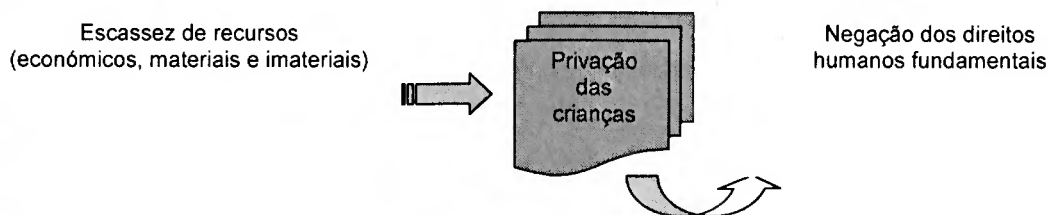
### 3.4.2 A pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos

Nesta dissertação, a pobreza infantil é entendida como a negação dos direitos humanos fundamentais das crianças, resultante da escassez ou ausência de recursos económicos, materiais e imateriais (Figura 3).

A pobreza infantil pode ser encarada como um estado de privação em termos de bem-estar, definido em função de um conjunto de direitos humanos fundamentais das crianças. Essa privação é múltipla, na medida em que se refere a diversos tipos de direitos.

A privação dos direitos significa que as crianças não estão a realizar o seu bem-estar nos mais diversos aspectos da sua vida. As dimensões de privação estão inter-relacionadas e são interdependentes, no sentido em que a privação de um dos direitos pode impedir na totalidade a realização de outros direitos e vice-versa.

Figura nº 3 - Pobreza infantil



Esta forma de privação reforça a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos das crianças. Esses direitos estão inter-relacionados, complementando-se e reforçando-se uns aos outros, pelo que cada um deles, individualmente e em conjunto, influencia o bem-estar das crianças.

O acesso a uma habitação condigna, a cuidados de saúde e a uma alimentação equilibrada, contribuirá para estimular as crianças, contribuindo, por exemplo, para o sucesso escolar. Pelo contrário, um alojamento sobrelotado, sem as mínimas condições de habitabilidade ou de

conforto, localizado numa zona degradada, será um factor prejudicial ao bem-estar das crianças, arrastando outro tipo de consequências graves, como sejam, problemas de saúde, insucesso e abandono escolar ou entrada precoce no mercado de trabalho. Por exemplo, se no imediato, a entrada no mercado de trabalho poderá ajudar a aumentar o rendimento das famílias, a médio prazo, constituirá um forte entrave à entrada dos jovens no mercado de trabalho formal, bem como, no longo prazo, poderá levar a situações precárias e de baixos salários.

Neste contexto, salienta-se o papel instrumental dos direitos na realização do bem-estar das crianças, capaz de gerar oportunidades, desenvolver capacidades e realizar o pleno potencial das crianças na sociedade em que vivem.

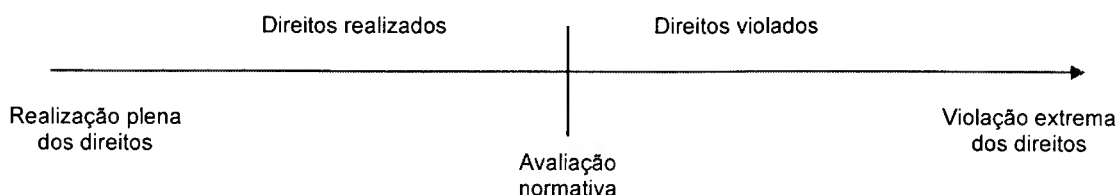
### **3.4.3 Direitos que integram o conceito de pobreza infantil**

A abordagem da pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos pressupõe uma análise detalhada dos direitos humanos consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança (Capítulo 4). Esta análise permite estudar os diversos tipos de direitos com o objectivo de os integrar na concepção de pobreza infantil.

Identificam-se, contudo, alguns problemas no uso da abordagem em termos de direitos que é necessário ultrapassar. Por um lado, a Convenção não liga directamente os direitos humanos à pobreza e, por outro, os direitos estabelecidos nem sempre são apresentados de forma objectiva, necessitando de uma maior interpretação e, por vezes, de serem complementados por outros instrumentos jurídicos, que ajudem a verificar se os direitos estão ou não a ser realizados.

Só faz sentido que a conceptualização de pobreza infantil tenha um carácter normativo se, de facto, for possível verificar se os direitos estão a ser ou não realizados (Figura 4). Além disso, é necessário saber até que ponto essa realização fica aquém do que efectivamente têm direito (grau de realização). Daí que seja útil recorrer a diversos instrumentos jurídicos, ao nível nacional e internacional, para clarificar ambiguidades na especificação dos direitos.

**Figura nº 4 - Realização de direitos**



Fonte: Adaptado de Gordon e Tonwnsend (2005)

O direito dirige-se a seres humanos, pelo que é essencialmente violável. É claro que esta violabilidade ocorre ao nível dos factos (embora seja exigida a escolaridade obrigatória, há muitas crianças que não a têm). A norma é inviolável no plano das consequências jurídicas. Por exemplo, se alguém proíbe a criança de ir à escola, esse alguém pode sofrer ou não algum tipo de punição, mas será com certeza responsável.

A proposta de integrar os direitos humanos na conceptualização da pobreza infantil implica saber que tipo de direitos humanos devem ser contemplados. A análise detalhada do conteúdo da Convenção e a sua transposição para a legislação portuguesa dos direitos fundamentais constituíram as principais fontes de informação (Capítulo 4.2).

Apesar da análise parecer demasiado exaustiva, procurou-se que não se tornasse complexa, pois o que está verdadeiramente em causa é um conjunto de condições fundamentais à existência das crianças. Essas condições não se reduzem apenas aos direitos mais elementares. Aproximam-se, de uma forma geral, à preocupação com a qualidade de vida, ou seja, ao bem-estar geral das crianças e não apenas aos recursos económicos que os indivíduos possuem.

Neste contexto, a abordagem à pobreza infantil tende a ser uma abordagem abrangente, ainda que possa colocar alguns obstáculos na sua operacionalização. Interessa não só assegurar direitos económicos, sociais e culturais, como sejam, o direito à saúde, à habitação, à alimentação e o direito à educação, mas também os direitos civis e políticos, como seja, o direito à segurança e à participação.

Os artigos da Convenção foram organizados em três domínios de direitos: provisão, protecção e participação. Este exercício permitiu reflectir sobre as relações entre os diversos direitos, que estão na base do reforço de estratégias de implementação dos direitos ou de redução da violação dos direitos. O reforço de acções num domínio específico poderá ter consequências

positivas ao nível da implementação de outros direitos, ajudando, desta forma, a definir prioridades de acção.

Embora possa não haver consenso em torno dos três domínios, foi efectuado algo semelhante por parte de organizações internacionais, designadamente a UNICEF e o Comité dos Direitos Humanos. No entanto, o exercício efectuado pelo Comité tem como principal objectivo avaliar a implementação dos direitos das crianças em cada país<sup>12</sup>. A intenção do Comité nunca foi fazer a correspondência entre direitos e pobreza, embora fosse desejável que o fizesse no futuro, sobretudo no contexto da estratégia internacional de redução da pobreza e na orientação para os objectivos do milénio.

Nesta dissertação, o conceito de pobreza infantil é construído a partir de um conjunto de direitos, organizados em torno dos três domínios, conforme se apresenta de seguida: a) no domínio da provisão, integrou-se a educação, a informação, a segurança social e económica, a saúde, a nutrição e a habitação; b) no domínio da protecção, contemplou-se a protecção contra maus-tratos, violência, negligência, protecção contra a exploração económica, protecção contra a venda, tráfico, exploração sexual e outras formas de exploração, protecção contra práticas perigosas, protecção contra conflitos armados e, por último, a justiça; c) no domínio da participação, inclui-se a liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião, a liberdade de associação e de reunião pacífica e, finalmente, os tempos livres e descanso. O quadro que se segue apresenta a organização efectuada em torno dos direitos, fazendo a devida correspondência aos artigos da Convenção.

Além dos diferentes domínios, há que ter em conta os princípios de direitos que não são considerados directamente, pelo facto de serem transversais a todos os direitos, designadamente os princípios: da não discriminação (artigo 2); do interesse superior da criança (artigo 3); do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6). Este último princípio está particularmente relacionado com o artigo 27 sobre as condições de vida, na medida em que estabelece que a criança tem direito a um nível de vida suficiente e adequado de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. É claro que também este direito está fortemente relacionado com os restantes, apenas é mais abrangente e revelador da ligação dos direitos à pobreza.

---

<sup>12</sup> À semelhança de outros Estados que ratificaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, Portugal assumiu o compromisso de entregar um relatório sobre a implementação dos direitos humanos das crianças de dois em dois anos, apresentando informação sobre: liberdades e direitos civis; meio familiar e outros tipos de protecção; saúde e bem-estar; educação; tempos livres e actividades culturais; medidas de protecção especial. Para maior detalhe ver no Anexo I.



Quadro nº 1 - Direitos da criança relevantes para a pobreza infantil

	Domínios de direitos	Artigos da CDC
Provisão	▪ Saúde e nutrição	23º, 24º,
	▪ Educação	28º, 29º
	▪ Informação	17º
	▪ Segurança social	26º
Protecção	▪ Nome, identidade e relações familiares	5º, 7º, 8º, 9º, 10º, 16º, 18º, 20º, 21º, 22º, 25º
	▪ Protecção contra maus-tratos, violência e negligência	19º
	▪ Protecção contra exploração económica	32º
	▪ Protecção contra venda, tráfico, exploração sexual e outras formas de exploração	11º, 34º, 35º, 36º, 37º
	▪ Protecção contra práticas perigosas	24º, 33º
	▪ Protecção contra conflitos armados	38º
	▪ Justiça	39º, 40º
Participação	▪ Liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião	12º, 13º, 14º, 30º
	▪ Liberdade de associação e de reunião pacífica	15º
	▪ Tempos livres e descanso	31º

Tendo por base os diversos domínios e princípios de direitos, é possível explicitar os aspectos fundamentais de privação das crianças:

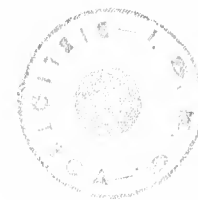
**Privação de saúde e de nutrição** – A privação das crianças do direito à saúde pressupõe que a criança não está a realizar o seu direito de acesso a medicamentos, vacinas, assistência médica e cuidados de saúde, pelo menos ao nível dos cuidados primários. Inclui-se também a privação das crianças ao direito à nutrição, significando que a criança não é capaz de obter uma alimentação equilibrada. A nutrição da criança está também relacionada com o acesso a água potável, saneamento adequado, higiene e salubridade do ambiente envolvente.

**Privação de habitação** – A privação ao nível das condições do alojamento significa que as crianças não estão a exercer o seu direito a uma habitação condigna. Isto traduz sobrelotação do alojamento, ausência de luz natural, fracas infra-estruturas básicas, más condições de construção, localização em ambientes degradados ou poluídos. As condições precárias do alojamento poderão reflectir-se negativamente na saúde das crianças, na aprendizagem, influenciando igualmente a sua personalidade e as suas atitudes.

**Privação de educação** – Existe uma forte ligação entre o direito à educação e a pobreza, pelo papel fundamental da educação no desenvolvimento social e pessoal e, portanto, capaz de reduzir a pobreza. A privação do direito de acesso a uma educação com qualidade pode ocorrer mesmo antes das crianças iniciarem o ensino básico. O acesso à rede pública de creches e pré-escolar para as crianças dos 0 aos 5 anos nem sempre é fácil. Ao nível do pré-escolar, todas as crianças com idade entre os 3 e os 5 anos têm direito a frequentar o ensino pré-escolar, embora não seja obrigatório. Mas caso as famílias assim o decidam (geralmente associado à tentativa de conciliação da vida profissional com a vida pessoal), deve-se assegurar às crianças esse direito. A existência de listas de espera para frequentar instituições da rede pública priva as crianças e as suas famílias dos seus direitos, levando-os a recorrer a alternativas com custos elevados ao nível da rede informal ou da rede privada.

A privação do direito à escolaridade obrigatória é determinante na formação geral de base, teórica e prática. A escola possibilita a interacção entre as crianças, essencial nas relações de sociabilidade e sentimentos de pertença. Por outro lado, a privação do direito à educação está além da escolaridade obrigatória. A tendência actual é a de alargamento dessa escolaridade num contexto de maior exigência em termos de qualificações e competências no início da vida activa.

Hoje em dia, a instituição escolar tende a aparecer cada vez mais, tanto às famílias como aos próprios alunos, como um logro, fonte de imensa decepção colectiva (Bourdieu e Champagne (1993, citado em Sarmento, 2002)). A qualidade da educação tem a ver não só com as questões de acesso, mas também tem a ver com as condições de igualdade em que ocorre. O contexto sócio económico, o género, a raça, a pertença a minorias étnicas entre outros factores podem criar desigualdades que devem ser tidas em conta na política educativa. Paralelamente, os conteúdos devem ser adequados às exigências actuais, reflectindo os valores e princípios fundamentais dos direitos humanos. A privação pode reflectir-se igualmente ao nível dos recursos materiais (manuais escolares e outro material de aprendizagem, aulas, bibliotecas, instalações e infra-estruturas escolares) e dos recursos



humanos (professores, directores e outros responsáveis). Todos estes aspectos se reflectem no aproveitamento escolar das crianças.

**Privação de informação** – A privação do direito à informação significa que a criança não acede a informação (por exemplo, através do acesso a rádio, televisão, telefone, internet e jornais) e a diversos documentos nacionais ou internacionais com vista à promoção do seu bem-estar social, espiritual e moral, bem como da sua saúde física e mental. Os média exercem actualmente uma grande influência na transmissão da informação ao nível do entretenimento e de promoção da imagem das crianças, ainda que nem sempre tenha uma influência positiva sobre o desenvolvimento das crianças. A não realização do direito à informação significa que as crianças estão privadas de educação num sentido mais amplo, incluindo todos os meios que lhes permitem estar bem informadas ao nível dos seus direitos, das suas oportunidades e de participarem na sociedade.

**Privação de segurança social e económica** – As crianças estão privadas quando não beneficiam do seu direito à segurança social. No âmbito da protecção familiar, as crianças têm direito a receber o abono de família bem como bonificações, com o objectivo de apoiar o seu sustento e educação. Por outro lado, sempre que se encontrem em situação de falta de meios de subsistência ou em situações mais graves, as crianças têm direito a determinadas prestações (por exemplo em caso de morte dos seus pais, têm direito à pensão de sobrevivência ou à pensão de orfandade) até atingirem a maioridade, emancipação, um certo limite de idade ou mesmo para sempre. Além disso, as crianças que não beneficiam de um conjunto de serviços e equipamentos sociais também estão privadas dos seus direitos a uma rede de segurança essencial para o seu desenvolvimento, determinante na conciliação da vida profissional e pessoal dos pais.

Os factores económicos têm impactos significativos na pobreza infantil, dada a sua influência nas condições de existência material das crianças. O facto das crianças obterem os recursos económicos através do rendimento dos seus pais, interessa salientar que elas podem estar privadas quando não partilham nem retiram os devidos benefícios desse rendimento.

**Privação de identidade e meio familiar** – Desde o nascimento, a criança pode ver-se privada da sua identidade e do meio familiar que lhe permite aceder a diversos bens e serviços. Este tipo de privação pode significar, entre vários aspectos, que a criança não foi registada imediatamente a seguir ao nascimento, não tem uma nacionalidade, não vive em meio familiar porque foi separada da sua família ou nem sequer conhece os seus pais. As crianças pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas podem estar privadas da sua

identidade quando não lhes é permitido ter a sua própria vida cultural, praticar a sua religião ou utilizar a sua própria língua em diversos contextos. Nalguns casos, por exemplo situações de elevado risco para a criança, é necessário assegurar protecção especial que garanta a realização dos direitos das crianças.

**Privação de protecção contra maus-tratos e negligência** – As crianças podem estar privadas do direito à protecção contra maus-tratos e negligência quando ocorrem situações de violência física, sexual e psicológica, bem como de negligência. Embora as problemáticas associadas às crianças variem de acordo com a idade, relacionam-se geralmente com os maus-tratos físicos e psicológicos, com situações de abandono, de negligência, com condutas desviantes, entre outras situações de perigo. Este tipo de situações pode ocorrer na escola, na própria casa ou instituições onde as crianças vivem.

**Privação de protecção contra a exploração económica** – A privação ocorre quando as crianças exercem um tipo de trabalho, para o qual ainda não têm a idade mínima legal, constituindo uma ameaça ao desenvolvimento saudável da criança. As que ainda não tenham a idade mínima nem tenham concluído a escolaridade obrigatória, estarão privadas se exercerem trabalhos que não sejam designados por trabalhos leves. Estão também privadas se exercerem um tipo de trabalho que prejudique a conclusão da escolaridade obrigatória, mesmo que a criança já cumpra o requisito da idade. Note-se que o trabalho infantil pode ocorrer em diversas situações, nomeadamente, em ambiente normal de trabalho (por exemplo o trabalho numa fábrica, num café ou noutro tipo de empresas), em casa, no seio da família, através de um conjunto de tarefas dependentes economicamente de uma empresa ou instituídas no âmbito das relações familiares.

**Privação de protecção contra a exploração, venda e tráfico** – As crianças estão privadas do direito à protecção a este nível sempre que forem abusadas ou exploradas sexualmente. Também a venda e o tráfico de crianças é totalmente ilícito, privando as crianças da vida humana. Este tipo de actos criminosos provoca geralmente danos físicos, psicológicos e sociais bastante graves, determinantes no desenvolvimento da criança.

**Privação de protecção contra práticas perigosas** – A privação em termos do direito à protecção contra práticas perigosas envolve a protecção contra práticas tradicionais que colocam em risco a saúde, como seja, a existência de cuidados preferenciais, casamento forçado ou outro tipo de práticas que resultem de escolhas forçadas e incompatíveis com os direitos da criança. As crianças podem estar privadas em resultado de outras práticas não tradicionais, mas que constituem também uma ameaça à sua saúde. É o caso do consumo

ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, o qual pode envolver igualmente as crianças ao nível da produção e tráfico desse tipo de substâncias.

**Privação de justiça** – As crianças estão privadas do seu direito à justiça sempre que, em situações de suspeita, acusação ou infracção da lei, não sejam respeitados os seus direitos à dignidade. Isto traduz-se na ocorrência de tratamentos desumanos ou degradantes para a criança. Além disso, no âmbito dos processos tutelares, a criança está privada sempre que: não é informada do seu processo, não pode participar nesse processo, não existe respeito pela sua vida privada nem recebe apoio dos pais, familiares ou outras pessoas da sua confiança. De uma forma geral, a criança está privada de justiça sempre que lhe sejam recusados os princípios orientadores da protecção de crianças e jovens.

**Privação da liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião** – De acordo com a idade e a maturidade, a liberdade e o respeito pelas opiniões da criança devem ser plenamente asseguradas. Caso contrário, a criança está privada da liberdade de se expressar e de dar as suas opiniões sobre todos os assuntos que possam, directa ou indirectamente, ter implicações na sua vida e na vida das suas famílias. Isto aplica-se a contextos familiares, escolares e a todos os assuntos públicos que possam influenciar o exercício dos direitos da criança. Isto significa também que a criança estará privada da sua autonomia, construída desde os seus primeiros anos de vida. Outro tipo de privação associada é a que se relaciona com o direito à liberdade de religião, em que a criança estará privada desse direito sempre que lhe for recusada a prática religiosa em que acredita.

**Privação da liberdade de associação e de reunião** – A criança está privada quando o seu direito à liberdade de associação e de reunião pacífica não é realizado. Sempre que a criança não tem a possibilidade de participação, ou é impedida de o fazer, individualmente ou através de um grupo, existe privação ao nível da participação activa nos assuntos que valoriza. Este tipo de privação, bem como a privação do direito à liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião, silencia as crianças, agravando as suas experiências de pobreza.

**Privação de tempos livres** – À semelhança do que acontece com os direitos económicos e sociais, a criança também está privada quando não realiza os seus direitos culturais. Isto significa que não realizam as actividades recreativas, artísticas e culturais ou efectuem apenas algumas dessas actividades, por vezes, em condições de insegurança. A escola assegura algumas actividades, integrando, por exemplo, a prática obrigatória do desporto na vida escolar, apesar de não esgotar os tempos livres das crianças e nem sempre ser adequada a certas necessidades especiais. As crianças podem também estar privadas de conviver, de

participar em actividades culturais e de lazer, com a sua família e amigos pelas mais diversas razões, desde o custo elevado de participação até à existência de factores discriminatórios por motivos de sexo, raça, língua, origem, religião, ideologias, situação económica ou condição social. A privação do lazer contempla também privação de tempo para descanso. Os momentos de férias e de lazer podem ser preenchidos por trabalhos que não possibilitem o descanso das crianças.

#### **3.4.4 As múltiplas dimensões da pobreza infantil**

Os domínios de direitos relevantes para a conceptualização da pobreza infantil, seleccionados a partir da análise exploratória dos direitos da Convenção, podem ser organizados por forma a constituírem as dimensões de privação de direitos na pobreza infantil.

De acordo com a figura nº 5, identificam-se doze dimensões de privação das crianças, designadamente, (1) educação; (2) informação; (3) segurança social e económica; (4) saúde e nutrição; (5) habitação; (6) identidade e meio familiar; (7) protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração; (8) protecção contra práticas perigosas; (9) justiça; (10) liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião; (11) liberdade de associação e de reunião; (12) e tempos livres.

**Figura nº 5 - As dimensões de privação das crianças**



A pobreza infantil reflecte, deste modo, a natureza multidimensional das várias ameaças à infância. As crianças podem enfrentar privações de muitos dos seus direitos humanos fundamentais (privação múltipla). Cada privação reforça os efeitos das outras e, quando várias privações ocorrem em simultâneo, as consequências sobre as crianças podem ser bastante graves, provocando sofrimento no curto prazo e limitando, a longo prazo, o seu crescimento e desenvolvimento.

Conhecendo cada uma das dimensões de privação de direitos das crianças, é possível conhecer em maior detalhe os principais aspectos que inibem a capacidade das crianças de realizar plenamente o seu potencial. Enquanto as crianças não forem capazes de realizar todos os seus direitos, a infância continuará a estar em risco.

### **3.4.5 A ideia de 'relatividade' da pobreza infantil**

A ideia de 'relatividade' da pobreza infantil tem a ver com a questão de saber até que ponto as crianças se distanciam de um padrão de bem-estar estabelecido num determinado espaço e num dado momento no tempo.

Na abordagem da pobreza infantil em termos de direitos humanos, o padrão de bem-estar das crianças é definido em função dos direitos humanos fundamentais acordados ao nível internacional posteriormente integrados na lei fundamental nacional. Nesta abordagem, o quadro de referência é, por um lado, o quadro nacional, pelo facto de ter integrado convenções e tratados internacionais no sistema jurídico nacional, complementando instrumentos jurídicos nacionais, e, por outro, o quadro internacional, na medida em que a Convenção sobre os Direitos da Criança (instrumento de base em toda a análise) está assente num pressuposto fortemente universalista de que as crianças do mundo partilham muitos valores comuns.

A perspectiva dos direitos humanos estabelece que todas as crianças são detentoras de iguais direitos. Isto permite ultrapassar o carácter arbitrário e pouco uniforme das necessidades, em que poderia dar-se o caso de existirem diferentes graus de necessidades para os membros da mesma sociedade, por exemplo, através de comunidades específicas que exigiam bens e serviços específicos. O que vigora na sociedade como necessidades humanas essenciais para as crianças está convencionado e corresponde a um conjunto de direitos humanos estabelecidos pela Convenção consagrados na lei fundamental de um país. As crianças esperam viver de acordo com o padrão de bem-estar estabelecido segundo esses direitos, caso contrário, estarão em situação de privação.

A privação, do ponto de vista relativo, resulta das privações dos direitos mais elementares a um conjunto de direitos mais abrangentes que proporcionam o bem-estar e as condições de vida segundo o padrão vigente na sociedade num dado momento. Os direitos humanos das crianças têm evoluído nos últimos anos, reflectindo a evolução das necessidades humanas das crianças. Deste modo, é possível afirmar que a pobreza infantil é relativa tanto no tempo como no espaço onde as crianças vivem.

Finalmente, pode colocar-se a questão de saber como se lida com as várias comunidades dentro de uma mesma sociedade, com formas de estar e de viver que seguem as suas origens, distanciando-se, por vezes, de práticas da sociedade em geral.



Da perspectiva dos direitos humanos, talvez seja uma questão que não levanta tantos problemas como à partida pode parecer. Seria muito difícil argumentar que as crianças pertencentes a minorias étnicas têm necessidades e direitos muito diferentes das que têm as restantes crianças para se aplicar uma concepção distinta de pobreza.

Seria também errado chamar a atenção para esse tipo de diferenças culturais quando existem outras mais relevantes, por exemplo, as que se relacionam com as crianças que vivem em zonas rurais ou zonas urbanas, que poderiam levar a diferentes definições de necessidades (Townsend, 1979, p. 53).

Esta dissertação tem por base a convicção de Sen quando diz que "os diferentes povos e culturas têm a capacidade de partilhar muitos valores comuns e de se porem de acordo sobre alguns propósitos conjuntos" (Sen, 1999, p. 253). Na realidade, à semelhança do valor da liberdade, também os direitos têm a característica de serem pressupostos fortemente universalistas.

## Capítulo 4: OS DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS

Este capítulo está dividido em duas partes. No ponto 4.1, apresenta-se uma breve contextualização histórica sobre os direitos das crianças. De seguida, no ponto 4.2, analisa-se, em pormenor, o conteúdo e os objectivos fundamentais da Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como se procura transpor esses direitos para a legislação portuguesa.

### 4.1 Contexto histórico dos direitos da criança

Os direitos humanos das crianças têm vindo a adquirir uma importância cada vez maior, suscitando o interesse de cientistas sociais, responsáveis políticos, da sociedade civil e dos cidadãos em geral. Será que a preocupação pelos direitos das crianças é um fenómeno relativamente recente ou, pelo contrário, sempre esteve presente nas nossas sociedades?

A primeira referência aos direitos da criança num instrumento jurídico internacional data de 1924. A existência de problemas sociais na Europa após a Primeira Guerra Mundial, como sejam, a situação das famílias em grave situação económica e o número elevado de crianças que perderam as suas famílias, constituíram algumas das principais preocupações ao nível internacional. A Assembleia da Sociedade das Nações aprovou, então, a Declaração sobre os Direitos da Criança, também conhecida por Declaração de Genebra. Os princípios estruturantes da Declaração consistiam no princípio da não discriminação, o princípio da prioridade de auxílio em caso de infortúnio e o princípio da recolha e protecção dos órfãos e dos abandonados.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas, fundado em 1945, recomendou que a referida Declaração de Genebra fosse, tanto quanto em 1924, adoptada pelos vários países do mundo, com o objectivo de chamar a atenção do mundo no pós-guerra para os problemas das crianças. Foi também criado o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças, com vista a um trabalho por um período longo e incerto<sup>13</sup>.

Em 1948, a Assembleia geral das Nações Unidas adoptou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, tornando-se o primeiro instrumento internacional que enuncia os direitos civis e

---

<sup>13</sup> O seu nome veio a alterar-se mais tarde para Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

políticos, bem como os de natureza económica, social e cultural, a que todos os seres humanos têm direito, inclusive as crianças. O artigo 25 da Declaração reconhece que a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistência especiais. Ao mesmo tempo, reconhece que todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimónio, gozam da mesma protecção social.

Onze anos mais tarde, em 1959, a Assembleia-geral das Nações Unidas promulgou a Declaração dos Direitos da Criança. A Humanidade deve dar o melhor de si mesma à criança, expressando a vontade moral dos Estados em proteger as crianças e fazer com que elas tenham as melhores oportunidades possíveis para se desenvolverem de forma saudável, livre e com dignidade. A Declaração faz a primeira referência aos direitos civis das crianças, reconhecendo os direitos das crianças, através do reconhecimento do direito a um nome e a uma nacionalidade.

Em 1978, a Polónia apresentou uma proposta de Convenção sobre os Direitos da Criança à Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas com o objectivo de adoptar essa Convenção no ano seguinte (Ano Internacional da Criança). Contudo, o texto não reuniu consenso pelos restantes países e organizações internacionais por ser demasiado semelhante ao da Declaração dos Direitos da Criança, não reflectindo a evolução dos direitos das crianças, e por não conter um conjunto de direitos relevantes nem orientações práticas.

Desde então, a Comissão dos Direitos do Homem passou a dedicar uma atenção especial a essa questão, criando um grupo de trabalho específico de composição ilimitada<sup>14</sup> para estudar a possibilidade de concretização de uma Convenção sobre os Direitos da Criança. Finalmente, a 20 de Novembro de 1989, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi adoptada, tendo sido aberta à assinatura e ratificação em 26 de Janeiro de 1990 e entrando finalmente em vigor a 2 de Setembro de 1990 (coincidente com o aniversário da Declaração dos Direitos da Criança). Nesse mesmo ano, o dia 20 de Novembro foi proclamado pelas Nações Unidas como o Dia Universal da Criança.

A Convenção passa a ser o instrumento com maior capacidade mobilizadora desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, passando a orientar a actuação nacional de todos os Estados que a aceitaram. É claro que a capacidade dos diversos Estados para realizar os direitos varia consideravelmente. Daí que a Convenção reconheça que os Estados

---

<sup>14</sup> Todos os Estados membros da Comissão dos Direitos do Homem podiam participar e todos os outros Estados membros das Nações Unidas podiam enviar observadores com direito a fazer intervenções. Nas discussões do grupo de trabalho, podiam participar organizações intergovernamentais e organizações não-governamentais com estatuto consultivo junto do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

partes devem realizar os direitos de forma progressiva e no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional (artigo 4).

Paralelamente à Convenção, outros instrumentos jurídicos têm vindo a ser aplicados regionalmente. Salienta-se a Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança adoptada pelo Conselho da Europa em 1996, cuja entrada em vigor ocorreu em 1 de Julho de 2000. A Convenção Europeia afirma que os direitos e interesses superiores das crianças devem ser promovidos e que, nesse sentido, as crianças devem ter a possibilidade de exercer esses direitos, em especial nos processos tutelares cíveis que lhes digam directamente respeito. A Convenção contém um conjunto de medidas que devem permitir às crianças fazer valer os seus direitos e garantir-lhes a sua participação em todos os procedimentos que lhes digam respeito.

A Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança, enquanto estudo alargado de jurisprudência do Tribunal Europeu e da Comissão dos Direitos Humanos sobre os direitos das crianças, é vista geralmente como um dos tratados de direitos humanos com mais sucesso. Isto deve-se essencialmente à existência de instituições e mecanismos robustos de implementação. O Tribunal Europeu de Direitos Humanos age de forma fundamentada e transparente, existindo um grau de confiança bastante elevado por parte dos Estados membros.

Vários autores afirmam que é esta natureza institucional que tem faltado à Convenção sobre os Direitos da Criança, embora reconheçam que tem inspirado muitos países e inúmeras organizações internacionais. Kilkelly (2001) diz que o fraco sistema de implementação e a inexistência de um mecanismo de petição individual constituem a principal fraqueza da Convenção.

A Carta Social Europeia revista, adoptada pelo Conselho da Europa em 1996 e com entrada em vigor em 1 de Julho de 1999, veio substituir a Carta Social Europeia adoptada em 1950<sup>15</sup>, considerada o maior tratado europeu dos direitos das crianças que, em várias circunstâncias, garantia os seus direitos desde a infância até à vida adulta. A criança foi definida como o ser humano com idade igual ou inferior a 15 anos. A maioria das questões previstas na Carta Social revista tem relevância específica para as crianças, por exemplo, o artigo 16 (direito da família à protecção social, jurídica e económica) que protege os direitos das crianças enquanto

---

<sup>15</sup> A Carta Social Europeia veio complementar a Convenção Europeia sobre os Direitos Humanos (1950/1953) no campo dos direitos sociais e económicos.

membros da família, e o artigo 11 (direito à protecção na saúde). Os direitos que se dirigem exclusivamente às crianças estão presentes no artigo 7 (direito das crianças e jovens à protecção) e no artigo 17 (direito das crianças e jovens à protecção social, legal e económica). O artigo 17 no ponto 1 contempla os direitos garantidos na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas.

À semelhança da Europa, outras regiões do mundo têm procurado adaptar a Convenção sobre os Direitos da Criança às diversas realidades. Por exemplo, em 1991, a então Organização da Unidade Africana desenvolveu a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança dirigida às crianças do continente africano. A Carta Africana estipula que a criança, enquanto ser humano com idade inferior a 18 anos, ocupa uma posição única e privilegiada na sociedade africana.

## **4.2 A Convenção sobre os Direitos da Criança**

### **4.2.1 Conteúdo e objectivos fundamentais da Convenção**

A Convenção sobre os Direitos da Criança constitui o primeiro instrumento de direito internacional a conceder força jurídica aos direitos da criança ao nível mundial. Ao contrário da Declaração de 1959 que contempla obrigações de carácter moral, a Convenção pressiona os Estados partes a ser juridicamente mais responsáveis pela realização dos direitos das crianças e por todas as acções direccionadas às crianças.

A Convenção é composta pelo preâmbulo e cinquenta e quatro artigos divididos em três partes. O preâmbulo clarifica a base jurídica da Convenção e define a sua filosofia, reconhecendo que a criança deve, por um lado, crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão e, por outro, viver uma vida individual na sociedade ( ) num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade, igualdade e solidariedade. A primeira parte define e regulamenta os direitos da criança; a segunda parte estabelece o órgão que examina os progressos realizados pelos Estados partes relativamente às obrigações que lhes cabem nos termos da Convenção, bem como a forma como é feita a monitorização da sua implementação; a terceira parte estabelece a forma regulamentar do próprio instrumento.

Independentemente do país do mundo a que pertence, a criança na Convenção é definida como todo o ser humano menor de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo (artigo 1).

O que torna a Convenção única? A Convenção é um instrumento abrangente, na medida em que é o único documento que abarca todo o conjunto de direitos humanos fundamentais das crianças. É também universal pelo facto de se poder aplicar a todas as crianças do mundo, sejam quais forem as condições em que se encontrem ou as realidades sociais, económicas, culturais e políticas dos vários países a que pertencem. É incondicional porque exige dos Estados partes um esforço para que tomem as medidas adequadas com vista à protecção dos direitos de todas as crianças. Ao mesmo tempo, salienta-se o seu carácter holístico, reconhecendo que todos os direitos são essenciais, indivisíveis, interdependentes e iguais.

Existem quatro grandes princípios gerais na Convenção que contêm uma mensagem própria e que podem orientar as estratégias nacionais com vista à sua implementação. Estes princípios estão formulados nos artigos 2, 3, 6 e 12 da Convenção, conforme se descreve de seguida:

- Não-discriminação (artigo 2): os Estados devem assegurar que nenhuma criança sofre algum tipo de discriminação. Isto aplica-se a todas as crianças, independentemente da raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação. A ideia presente é a de igualdade de direitos. Deve-se assegurar que: as raparigas tenham as mesmas oportunidades que os rapazes; as crianças que pertencem a grupos minoritários tenham os mesmos direitos que todas as outras crianças; as crianças com algum tipo de deficiência possam ter iguais oportunidades para viverem a sua vida de igual forma a todas as crianças.
- Interesse superior da criança (artigo 3): Todas as decisões que digam respeito às crianças devem ser tomadas com base nos seus interesses. Este princípio aplica-se a todas as decisões que são tomadas pelos tribunais, entidades administrativas, órgãos legislativos e instituições públicas ou privadas de solidariedade social. A implementação deste princípio constitui um desafio fundamental para todos os Estados, nomeadamente quando existem interesses da criança que colidem com outros interesses da sociedade e/ou instituições.
- Direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento (artigo 6): os Estados reconhecem à criança o direito à vida. Este direito inclui o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento, os quais devem ser assegurados na máxima medida possível. O desenvolvimento é entendido não só em termos de saúde física mas também em termos de desenvolvimento mental, emocional, cognitivo, social e cultural da criança.

- Respeito pelas opiniões da Criança (artigo 12): a criança deve dar a sua opinião de forma livre em todas as questões que lhe digam respeito. Essa opinião é considerada de acordo com a sua idade e maturidade. É igualmente importante assegurar que as crianças sejam ouvidas em qualquer processo judicial ou administrativo que as envolva directa ou indirectamente.

É à luz dos princípios gerais enunciados que devem ser analisados todos os direitos da criança presentes na Convenção. No âmbito de cada um desses direitos poderão ser colocadas questões base que servem para avaliar os avanços na implementação da Convenção por parte de cada Estado parte. Por exemplo, o direito à educação, à luz do interesse superior da criança, pode ser analisado a partir de questões tais como: será que os currículos escolares têm vindo a ser desenvolvidos no interesse superior da criança? Será que a orientação vocacional nas escolas tem utilidade para as crianças? O ensino desenvolve o respeito pelo meio ambiente? A resposta a estas e outras questões permite avaliar a evolução no domínio da educação em determinada sociedade. Assim, a transversalidade dos princípios gerais pode dar-nos pistas para eventuais reformas.

A interpretação internacional da Convenção dos Direitos da Criança tem agrupado os direitos das crianças em três tipos de direitos: provisão, protecção e participação. Os direitos à provisão referem-se ao direito das crianças à saúde, à segurança social, à educação, ao descanso e lazer, bem como a um padrão de vida adequado. Este tipo de direitos coincide, em larga medida, com os direitos sociais clássicos, que pressupõem uma forte estrutura socioeconómica e de solidariedade capaz de suportar a sua realização individual.

Os direitos à protecção referem-se ao direito das crianças a serem protegidas contra todas as formas de abuso, exploração, negligência e discriminação, incluindo protecção especial em certas situações, como seja a de conflitos armados.

Os direitos à participação incluem o direito das crianças em serem respeitadas como membros activos dentro da sua família, comunidade e sociedade, contribuindo com as suas opiniões em todas as matérias que lhe digam respeito. Pressupõe um maior envolvimento de acordo com a sua idade e maturidade, reflectindo a passagem da criança para a vida adulta.

#### **4.2.1.1 Direitos à provisão**

##### **Padrão de cuidados**

Os direitos à provisão assentam fundamentalmente no princípio do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento. Todas as instituições, serviços e estabelecimentos que asseguram a protecção da criança devem fazê-lo de acordo com as normas fixadas pelas autoridades competentes, nomeadamente nos domínios da segurança e saúde, relativamente ao número e qualificação do seu pessoal, bem como da existência de uma adequada fiscalização (artigo 3 nº3).

Atendendo às necessidades específicas de algumas crianças, é necessário assegurar o direito de beneficiar de cuidados especiais que lhes assegurem uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na comunidade (artigo 23 nº1). Além dos cuidados especiais, os Estados devem assegurar, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança, que reúna as condições requeridas, e àqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem ao seu cargo (artigo 23 nº2). Sempre que seja possível, essa assistência deverá ser gratuita, de acordo com os recursos financeiros dos pais ou dos que tiverem a criança a seu cargo.

A avaliação do padrão de cuidados é essencial para responder e adaptar as respostas às necessidades das crianças. A opinião dos principais responsáveis pelo bem-estar da criança pode ser extremamente útil nesta avaliação. Ainda que seja uma avaliação subjectiva, pode contribuir para a percepção do que pode ser melhorado.

##### **Cuidados de saúde**

A criança tem direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação (artigo 24 nº1). A redução da taxa de mortalidade infantil está entre os principais objectivos. Melhorar a assistência médica e os cuidados de saúde é essencial, não só para aumentar os níveis de rendimento e produtividade, mas principalmente para melhorar a qualidade de vida.



Os Estados devem assegurar que todas as crianças beneficiem de assistência médica e de cuidados de saúde necessários, em particular dos cuidados primários. Ao mesmo tempo, os Estados devem tomar as medidas necessárias para combater a doença e a má nutrição, no quadro de saúde primários, devido, nomeadamente, à utilização de técnicas disponíveis e ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em consideração os perigos e riscos da poluição do ambiente (artigo 24 nº2 c). A nutrição não é determinada apenas pela alimentação, mas também pelo acesso a serviços sociais básicos, à qualidade dos cuidados em casa, entre outros factores, reflectindo-se individualmente nas crianças e estendendo-se à família e à comunidade.

Além disso, é importante que toda a população tenha acesso aos conhecimentos básicos sobre saúde e nutrição da criança, sobre as vantagens do aleitamento materno, higiene e salubridade do ambiente, bem como sobre a prevenção de acidentes. Ao mesmo tempo. É necessário que se desenvolvam os cuidados preventivos de saúde e se promovam os conselhos aos pais, a educação sobre planeamento familiar e os serviços respectivos (artigo 24 nº2 e-f).

Existem, no entanto, práticas tradicionais muito enraizadas nalgumas sociedades que podem ser prejudiciais à saúde das crianças, por exemplo, a circuncisão feminina. Neste sentido, os Estados devem também tomar as medidas necessárias para evitar que determinadas práticas culturais sejam prejudiciais à saúde (artigo 24 nº3).

### **Segurança social**

A Convenção reconhece a todas as crianças o direito à segurança social. Os Estados devem tomar as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da legislação nacional (artigo 26 nº1). As crianças, cujos pais não possam assegurar os cuidados por estarem a trabalhar, têm direito a beneficiar de serviços e instalações de assistência às crianças, para os quais reúnam as condições requeridas (artigo 18 nº3).

### **Padrão de vida**

Cada criança tem o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. Os Estados devem, na medida das suas possibilidades e disponibilidade económica, garantir as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança. Devem igualmente tomar as medidas mais adequadas para

ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e assegurar, caso seja necessário, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento (artigo 27).

## Educação

O artigo 28 reconhece a educação como um direito de todas as crianças, cabendo aos Estados assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades.

Neste sentido, o ensino primário deve ser obrigatório e gratuito para todos. O ensino secundário deve estar disponível a todas as crianças e, caso seja necessário, devem ser introduzidas medidas específicas, como sejam, a gratuidade do ensino e o apoio financeiro. O ensino superior deve também estar acessível a todos, em função das capacidades de cada um. Também a informação, a orientação escolar e profissional, devem estar disponíveis a todas as crianças.

O artigo 29 identifica os objectivos da educação, reconhecendo o seu papel fulcral no desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus talentos e aptidões mentais e físicas, de acordo com as suas potencialidades. A educação deve transmitir à criança o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores nacionais. Além disso, a educação deve preparar a criança para assumir responsabilidades ao longo da sua vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena. Por último, a educação deve promover o respeito da criança pelo meio ambiente.

A educação pode ir mais longe do que o simples ensino formal, na medida em que tem de permitir à criança conhecer outras experiências de vida e integrar diversos processos de aprendizagem, através dos quais ela se desenvolverá, individual e colectivamente. Além disso, é essencial pensar nos conteúdos da educação, na medida em que, considerando as crianças de hoje como a geração futura de adultos, qualquer mudança tem de partir da educação assente nos valores e princípios fundamentais dos direitos humanos<sup>16</sup>. As crianças precisam

---

<sup>16</sup> A Comissão sobre a Educação para o século XXI acredita que a educação tem um papel fundamental no desenvolvimento social e pessoal. A educação é um dos principais meios disponíveis, capaz de fomentar uma forma mais profunda e harmoniosa de desenvolvimento humano e, portanto, capaz de reduzir a pobreza, exclusão, ignorância, opressão e guerra (UNESCO, 1996, p 13).

deste referencial de valores e princípios para viverem em equilíbrio e conseguirem enfrentar os desafios, ao longo da sua vida, marcados principalmente pela globalização, pelas novas tecnologias e algumas tensões que constituem a base essencial dos problemas do século XXI<sup>17</sup>.

O direito à educação, à semelhança dos restantes direitos, não ocorre isoladamente. Existe por detrás um quadro ético abrangente, conforme é referido no artigo 29 (1) e no preâmbulo da Convenção. No entanto, a educação enquanto processo, é gerador de valores cruciais para a realização de todos os outros direitos.

Interessa conhecer o contexto económico, social, cultural e ambiental, em que a criança está inserida para ser mais fácil adaptarem-se os conteúdos. Importa também adequar os métodos de ensino às características e às necessidades das crianças. O ensino tem de ser suficientemente interessante e útil para que as crianças consigam enfrentar os principais desafios ao longo das suas vidas, tais como, saber tomar decisões reflectidas, resolver conflitos de forma não violenta, adoptar formas de estar saudáveis, saber estar com os outros, ser responsável, desenvolver pensamento crítico, entre outras capacidades que fazem com que a criança possua os meios necessários para saber estar, relacionar-se e tomar as melhores decisões.

As escolas devem proporcionar um ambiente humano que favoreça o desenvolvimento pleno das crianças, ao mesmo tempo que a família deve assumir um papel fulcral neste processo.

### **Lazer e vida cultural**

As actividades recreativas, artísticas e culturais são também aspectos fundamentais da educação e da vida das crianças. A educação informal ocorre, desde o momento em que as crianças nascem, através do direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística (artigo 31). Convém ainda salientar que as crianças pertencentes a minorias étnicas, religiosas ou linguísticas têm direito, conjuntamente com os membros do seu grupo, à sua própria vida cultural (artigo 30).

---

<sup>17</sup> Tensões entre: o global e o local; o universal e o individual; a tradição e a modernidade; as considerações de longo prazo e as de curto prazo; a competitividade e a igualdade de oportunidades; a expansão do conhecimento e a capacidade do ser humano para o assimilar; o espiritual e o material (UNESCO, 1996, p 17-18).

#### **4.2.1.2 Direitos à protecção**

A protecção das crianças prevista na Convenção refere-se à protecção contra todas as formas de violência, abuso e exploração. Essa protecção centra-se no direito da criança em não ser prejudicada e no seu direito às condições necessárias para a sobrevivência, pleno desenvolvimento e realização pessoal. A não realização do direito à protecção condiciona o desenvolvimento da criança com repercussões significativas na vida adulta. Além disso, o não cumprimento das obrigações dos Estados para com as crianças, ao nível nacional e internacional, coloca em causa alguns dos principais objectivos estabelecidos ao nível mundial relacionados com a redução da pobreza.

#### **A criança, a família e o Estado**

O objectivo essencial da protecção da criança consiste em assegurar que todos os que têm o dever de proteger as crianças sejam capazes de o cumprir. Os principais intervenientes na vida das crianças são os seus pais e a sua família, podendo estes ser também fonte das principais formas de violência, abuso, negligência, discriminação e exploração.

A Convenção defende que o Estado deve respeitar o papel dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família, da comunidade, dos representantes legais ou outras pessoas que tenham a criança a seu cargo, de garantir o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos (artigo 5).

Se por um lado, a responsabilidade primária cabe aos pais, por outro lado, o Estado deve tomar as medidas necessárias para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual enquanto se encontrar sob a guarda dos seus pais (artigo 19 nº 1). Só em casos extremos é que estas medidas poderão, em ultimo recurso, separar a criança dos seus pais ou outros membros familiares. Os Estados partes garantem que a criança não é separada dos seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem que essa separação é necessária no interesse superior da criança (artigo 9).

Não existe definição jurídica, nem consenso a outros níveis, sobre o que é um ambiente protector, sendo, contudo, possível afirmar que a responsabilidade de garantir os direitos à protecção cabe não só ao governo e outras entidades responsáveis, como também à

sociedade em geral, através da alteração de determinadas atitudes, tradições e comportamentos que podem ser prejudiciais.

### **Nome, identidade e relações familiares**

A criança tem direito a ser registada assim que nasce, tendo a partir desse momento direito a um nome, a uma nacionalidade e a uma personalidade jurídica, bem como a um conjunto vasto de outros direitos (artigo 7 nº1). O direito ao nome, à nacionalidade e às relações familiares, é parte do direito à identidade que os Estados se comprometem a respeitar (artigo 8 nº1). Sempre que seja colocada em causa essa identidade, os Estados devem assegurar-lhes assistência e protecção adequadas, para que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível (artigo 8 nº2).

A identidade é desde cedo necessária para garantir o acesso a vários bens e serviços, como seja o acesso à escola e o acesso a serviços básicos de saúde. A prova de idade é igualmente essencial para assegurar que as crianças não sejam prematuramente privadas da protecção que a lei estipula, por exemplo, no caso do trabalho e serviço militar.

O direito à identidade é reforçado à medida que se estabelecem outras relações além das familiares, por exemplo, a amizade. Essas relações são fundamentais para a forma como os outros olham para as crianças e para a forma como as crianças se vêem a si próprias, bem como para o seu envolvimento no processo de participação na sociedade. Existe ainda um conjunto diversificado de direitos associados ao direito à identidade pessoal. No caso da criança não conhecer os seus pais, tem direito de os conhecer na medida do possível. No caso de adopção, a criança tem direito de conhecer os seus pais biológicos, de acordo com o interesse superior da criança.

Associado ao sentido de identidade, há ainda que garantir o respeito das tradições e valores culturais de cada sociedade para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da criança (Preâmbulo). O direito à protecção deve ter em atenção o contexto de origem da criança. Isto implica que nos Estados onde existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua (artigo 30).

## **As crianças e os conflitos armados**

O envolvimento de crianças em conflitos armados continua a ser uma realidade nos nossos dias em muitos países. Os Estados devem garantir que nenhuma criança com idade inferior a 15 anos participe em conflitos e que as crianças que ainda não completaram 15 anos façam parte de forças militares. No entanto, sempre que as crianças com idades entre os 15 e os 18 anos, inclusive, tenham que integrar forças militares, deve ser dada prioridade aos mais velhos (artigo 38).

O Protocolo Facultativo relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, adoptado em 2000, permitiu aos Estados assumirem maiores compromissos na protecção das crianças relativamente à participação em hostilidades. O Protocolo afirma que o recrutamento deve ocorrer a partir dos 18 anos e deverá ser voluntário. Os grupos armados de natureza governamental não podem, em nenhuma circunstância, recrutar indivíduos com menos de 18 anos. Os Estados que participaram em conflitos armados antes de assumirem compromissos com os direitos humanos devem assegurar às crianças a assistência física e psicológica necessária à sua reintegração na sociedade. A Convenção atribui aos Estados a responsabilidade de tomar todas as medidas necessárias para assegurar protecção e assistência às crianças afectadas por um conflito armado (Artigo 38 nº4).

Os Estados têm também de tomar medidas necessárias quando as crianças solicitam o estatuto de refugiadas. Os conflitos armados e outras situações de medo ou perseguição por motivos de religião, raça, opinião, podem fazer com que as pessoas decidam fugir do seu país. Neste tipo de situações, a criança que peça o estatuto de refugiado, ou que seja considerada como refugiada, esteja só ou acompanhada dos seus pais ou outras pessoas, deve beneficiar de adequada protecção e assistência humanitária. No caso da criança estar sozinha, o Estado deve desenvolver esforços para procurar os seus pais ou outros familiares de forma a reunir a família rapidamente (artigo 22). Caso não seja possível, a criança privada do seu ambiente familiar tem direito à protecção e cuidados especiais por parte do Estado. Os cuidados alternativos passam pelo acolhimento familiar, a kafala do direito islâmico, a adopção ou colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças (artigos 20 e 21).

## **Exploração e violência sexual das crianças**

As crianças têm direito à protecção contra todas as formas de exploração e de violência sexuais (artigo 34). O abuso sexual é por vezes utilizado para referir o abuso que ocorre em

casa e pela própria família da criança, enquanto que a exploração sexual se refere, a maioria das vezes, à prostituição infantil ou outras práticas ilícitas. Contudo, não existe clara distinção entre ambas as designações. As crianças têm direito à protecção contra todas as formas de exploração, tenham elas fins comerciais ou não.

O Protocolo Facultativo sobre a Venda das Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil define a prostituição infantil como o uso da criança em actividades sexuais para remuneração ou qualquer outra forma. Estas crianças são particularmente vulneráveis a outro tipo de problemas, em particular ao vírus HIV e outras doenças transmitidas sexualmente. É necessário que os Estados assegurem a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças.

Enquanto que a Convenção chama a atenção para a prevenção da exploração e violência sexual, o Protocolo enfatiza a criminalização da prostituição infantil e pornografia, estabelecendo que qualquer participação nesse tipo de actos está sujeita a penas graves.

### **Venda e tráfico de crianças**

A venda e tráfico de crianças são actos que ocorrem numa rede complexa ilícita em vários países do mundo. As crianças podem ser vendidas ou traficadas com vista à exploração sexual ou ao trabalho infantil, nomeadamente para fazerem trabalhos domésticos, para trabalharem em indústrias, na agricultura ou outros trabalhos pesados e perigosos. Podem ainda ser traficadas com vista a práticas ilegais de adopção.

Os Estados partes da Convenção devem tomar todas as medidas necessárias para impedir o rapto, a venda ou tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma (artigo 35). No caso de haver crianças que tenham sido vítimas deste movimento ilícito, os Estados devem ajudar na recuperação física e psicológica, bem como na reinserção social num ambiente que facilite a saúde, o respeito e a dignidade da criança (artigo 39). Ao mesmo tempo, deverá haver um esforço para preservar ou recuperar a identidade da criança o mais rapidamente possível (artigo 8).

### **Práticas perigosas**

Existem práticas tradicionais perigosas à saúde das crianças que é necessário alterar. Por exemplo, a mutilação genital, cuidados preferenciais, o casamento forçado, entre outras

práticas que não resultam de escolhas livres e que são incompatíveis com os direitos das crianças. A Convenção afirma que os Estados devem tomar todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças (artigo 24 nº3).

O consumo ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, embora não se inclua dentro de práticas tradicionais, são práticas igualmente perigosas para a saúde das crianças, as quais é necessário eliminar. Cabe aos Estados adoptar as medidas necessárias para proteger as crianças desse consumo ilícito e para prevenir a utilização das crianças na produção e no tráfico desse tipo de substâncias (artigo 33).

### **Violência e negligência**

A violência é um acto que inclui a violência física, sexual e psicológica, bem como a negligência. A organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como o uso intencional do poder ou força física, sob ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, grupo ou comunidade, resultando em agressão, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação.

A violência pode ocorrer na família, na escola, em instituições de acolhimento, na rua, entre outros lugares. Pode também resultar de práticas culturais ou de situações de conflitos. A consequência mais grave é a morte, mas os problemas que não deixam marcas visíveis nas crianças são igualmente sérios. Por medo, receio, vergonha ou provavelmente por acharem que têm culpa, as crianças não são capazes de pedir apoio, sofrendo em silêncio.

O Estado deve proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, enquanto ela estiver com os seus pais, representantes legais ou outras pessoas que tenham essa responsabilidade (artigo 19 nº1). No caso de se verificarem maus-tratos ou negligência por parte desses responsáveis, o Estado poderá intervir separando a criança dos seus pais (artigo 9 nº1).

### **Cuidados alternativos**

A criança que esteja privada do seu ambiente familiar tem direito a cuidados especiais. O artigo 20 prevê quatro tipos de protecção alternativa, designadamente, a forma de colocação



familiar, a kafala do direito islâmico, a adopção ou a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Deve-se, no entanto, assegurar a continuidade da educação da criança e preservar a sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

Em caso de necessidade de retirar a criança aos seus pais, o artigo 9 estabelece os padrões em que deve ocorrer essa separação e os devidos procedimentos. A adopção constituiu uma forma alternativa de protecção da criança, existindo condições específicas em que deve ocorrer (artigo 21). Acima de tudo, as diversas soluções devem procurar integrar a criança em ambiente familiar e não institucional. Devem também ser soluções permanentes e não temporárias, de preferência ao nível nacional. Os cuidados alternativos são culturalmente sensíveis, pelo que cada uma das opções de protecção pode ter significados relativamente diferentes, dependendo da sociedade.

### **Justiça juvenil**

Sempre que uma criança seja suspeita, acusada ou que tenha infringido a lei penal, a Convenção defende que essa criança tem direito à sua dignidade e ao respeito (artigo 40). Os Estados devem favorecer o sentido de dignidade e valor, reforçar o respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais de terceiros, ter em conta a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade.

A Convenção proíbe quaisquer tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes para a criança. A pena de morte e a prisão perpétua sem possibilidade de libertação não serão impostas por infracções cometidas por pessoas com menos de 18 anos (artigo 37).

Deverão existir leis, processos e instituições especializadas para analisar e avaliar a situação das crianças que sejam suspeitas, acusadas ou reconhecidas como tendo infringido a lei. O artigo 40 nº3 b) afirma que deve existir uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal. Nenhuma criança deve ser privada da sua liberdade de forma ilegal. A detenção ou prisão tem de estar de acordo com a lei e será utilizada como medida de último recurso. A lei deve assegurar que a criança é tratada de forma correcta sem colocar em causa a sua dignidade (artigo 37).

Presume-se que a criança é inocente até que seja comprovado o contrário, tendo o direito a ser informada de todo o processo e exigir que seja analisado o mais breve possível pelas entidades competentes e especializadas. Além disso, não deve ser obrigada a testemunhar ou

a confessar-se culpada. Em todo o processo, a vida privada da criança deve ser integralmente respeitada.

### **Trabalho infantil**

Ao longo do tempo, o trabalho infantil tem constituído uma solução para a sobrevivência dos que têm menores rendimentos, sendo uma forma de participação das crianças na vida social e uma experiência de aprendizagem para os que não passam pela escola. O trabalho infantil refere-se, por um lado, ao emprego das crianças que ainda não têm idade para trabalhar e, por outro, a um tipo de emprego perigoso para as crianças.

É essencial estabelecer idades mínimas de acesso ao mercado de trabalho com vista à protecção das crianças, nomeadamente do seu direito à educação. No entanto, muitas crianças substituem a escola pelo mundo do trabalho. Esta situação pode ocorrer pelo facto dos seus pais não conseguirem suportar os custos elevados ou por acharem que a qualidade do ensino é fraca e os conteúdos são pouco relevantes. A entrada precoce para o mercado de trabalho deve-se sobretudo a factores estruturais relacionados com a fragilidade dos sistemas económicos, sociais e educativos. Além disso, os factores culturais e as leis de determinado país são também factores decisivos. Por exemplo, a existência de idades mínimas de entrada no mercado de trabalho inferiores à escolaridade obrigatória é uma das condições facilitadoras do trabalho infantil.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresenta na Convenção nº 138 as piores formas de trabalho infantil. Estabelece também alguns limites de idade, designadamente a idade de 18 anos para trabalhos perigosos, 15 anos para trabalhar a tempo inteiro em trabalhos não perigosos e 13 anos para o que a OIT designa de trabalho leve, desde que não interfira com a educação.

A Convenção sobre os Direitos da Criança estabelece no artigo 32 que a criança tem o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de compreender a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social. Cabe aos Estados partes fixar uma idade mínima de admissão ao emprego e adoptar os regulamentos necessários sobre a duração e as condições de trabalho, em consonância com o que foi estabelecido pela OIT.

#### 4.2.1.3 Direitos à participação

A participação infantil é uma das ideias chave da Convenção. Trata-se de um aspecto de extrema importância para assegurar a implementação de todas as disposições da Convenção. É também o princípio mais inovador e, provavelmente, um dos mais controversos.

O artigo 12 da Convenção define claramente a liberdade e o respeito pelas opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade. A criança tem direito de se expressar livremente em todos os assuntos que lhe digam respeito e que possam influenciar, directa ou indirectamente, a sua vida na escola ou na comunidade onde estão integrados e a das suas famílias.

A participação infantil pode ser igualmente entendida como autonomia. As responsabilidades, direitos e deveres dos pais ou, em alguns casos específicos, dos membros da família, da comunidade, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança a seu cargo, devem assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos. Isto significa que, à medida que a criança cresce, essa orientação proporciona uma maior independência, autonomia e responsabilidade.

O desenvolvimento da autonomia das crianças está directamente relacionado com o direito à liberdade de expressão (artigo 13), à liberdade de pensamento, de consciência e de religião (artigo 14) e à liberdade de associação (artigo 15).

O direito à liberdade de expressão tem a ver com a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem que exista nenhum tipo de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança. As crianças devem ser capazes de formar as suas opiniões informadas.

Essa liberdade de expressão requer, por vezes, ajuda extra, como seja recorrer à linguagem simbólica para as crianças com necessidades especiais. Neste sentido, nunca é demais reforçar a ideia de que o direito à participação se aplica a todas as crianças sem discriminação alguma (artigo 2), de acordo com a sua identidade pessoal (artigo 7). As opiniões da criança devem influenciar as questões mais importantes da sua vida e dos que a rodeiam, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva. Uma criança mental e fisicamente deficiente tem o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na vida da comunidade (artigo 23).

O direito à liberdade de expressão está relacionado com o direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, na medida em que a criança tem liberdade de desenvolver o seu próprio pensamento, de formar as suas convicções e de procurar a sua própria religião, ao mesmo tempo que cabe aos pais em primeiro lugar orientar a criança no exercício deste direito, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.

A criança tem direito de participar não só individualmente, mas também como membro de grupos organizados. Assim, é-lhe reconhecido o direito à liberdade de associação e de reunião pacífica. A participação da criança, enquanto membro de um grupo, pode facilitar a comunicação com o mundo dos adultos. Por exemplo, as associações de estudantes podem mais facilmente influenciar a tomada de decisão num determinado contexto.

A participação efectiva depende da realização do direito ao acesso à informação. Os Estados devem assegurar o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visam promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental (artigo 17).

Note-se que, a função exercida pelos órgãos de comunicação social é de extrema importância no acesso da criança à informação com qualidade. Além da função de entretenimento e informação, os média podem exercer uma forte influência na promoção de imagens positivas da criança ou, pelo contrário, imagens negativas que frequentemente denigrem a sua imagem ou reforçam a ideia de fragilidade (Alderson, 2001).

O direito à participação estende-se à participação em actividades recreativas, artísticas e culturais. A criança tem direito ao descanso e ao lazer, bem como direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística (artigo 31).

A Convenção não prevê, contudo, a idade a partir da qual a criança pode expressar as suas opiniões livremente nem as circunstâncias em que isso deve ocorrer. A ideia subjacente é a de que as crianças podem manifestar-se sempre que queiram. Salienta-se, contudo, a necessidade de existirem mecanismos de participação eficazes, que permitam às crianças expressar as suas opiniões ou reivindicar os seus direitos. Por exemplo, o Comité sobre os Direitos da Criança chama a atenção para a importância de existirem, a nível nacional, meios eficazes e disponíveis a todas as crianças com vista à sua protecção contra todas as formas de violência.

Nas circunstâncias em que os direitos são colocados em causa, as crianças devem poder apresentar queixas de forma imediata e expedita. Para este fim, o artigo 12 prevê que a criança possa ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe digam respeito, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional. Sendo a participação um direito e não uma obrigação, é importante garantir a liberdade da criança em querer ou não participar. Assim, os Estados partes devem garantir que a criança na situação em que seja suspeita, ou acusada de ter infringido a lei, tenha a garantia de que não será obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada (artigo 40, 2b, iv).

Contudo, a criança tem direito a ser ouvida não apenas nos casos judiciais mas dentro da sua própria casa, tal como se pode deduzir a partir do artigo 9. Todas as partes interessadas devem ter a possibilidade de participar nas deliberações e de dar a conhecer os seus pontos de vista. Apesar deste artigo dizer respeito a uma situação específica, a de separação entre os pais da criança, pode, contudo, estender-se a outras situações familiares em que a criança deve expressar a sua opinião.

A participação infantil tem ainda um longo caminho a percorrer no que se refere ao reconhecimento da autonomia e responsabilidade das crianças, sendo muitas vezes mal entendida pelos pais no contexto familiar, pelos professores no contexto escolar, ou mesmo pelo próprio Estado.

#### **4.2.2 Portugal e a Convenção sobre os Direitos da Criança**

A Cimeira Mundial para a Infância realizada em 1990, em Nova Iorque, encorajou todos os Estados a ratificarem a Convenção. Três anos mais tarde, a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, realizada em Viena, estabeleceu que todos os Estados deviam ratificar a Convenção até 1995. Com efeito, a Convenção foi ratificada por 185 países no final desse ano e, em 2005, 192 países tinham já ratificado a Convenção. Os EUA e a Somália são os únicos países que ainda não o fizeram. O número de ratificações é inédito reflectindo algum sucesso deste instrumento internacional, apesar da existência de algumas reservas ou declarações de vários países.

Portugal ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança a 12 de Setembro de 1990, sem qualquer reserva ou declaração interpretativa. Manifestou, contudo, objecções relativamente à

existência de reservas por parte de outros países. Portugal também assinou e ratificou os dois Protocolos Facultativos à Convenção, respectivamente no ano de 2000 e 2003.

A Convenção por si só não introduziu mudanças imediatas em Portugal, mas tem vindo a influenciar a legislação nacional, a acção de determinadas instituições, medidas de política e programas de acção. Também tem contribuído para alterar certos comportamentos da sociedade em geral. A Convenção constitui a base essencial de uma abordagem integrada e transversal dos direitos da criança. Actuando em vários domínios, pretende concretizar o desenvolvimento pleno da criança através da realização dos seus direitos humanos fundamentais (direitos à provisão, à protecção e à participação).

As medidas de política nacionais constituem um dos principais meios geradores de mudança, pelo que o Comité Internacional para os Direitos da Criança estabeleceu que cada Estado, dois anos após a ratificação da Convenção, é obrigado a entregar um relatório que deve reflectir as medidas e acções tomadas no sentido de adaptar a legislação, as medidas de políticas e as diversas acções aos princípios estipulados na Convenção. Esse relatório tem a mesma estrutura para todos os Estados (ver Anexo I). É analisado pelo Comité e discutido entre este e representantes do Estado. As organizações internacionais podem também expressar as suas opiniões. O Comité emite as suas observações finais, salientando os aspectos positivos e os problemas identificados, para os quais recomenda as soluções que considera adequadas.

Até ao momento, Portugal submeteu dois relatórios ao Comité. O primeiro foi entregue a 16 de Setembro de 1994 e foi discutido a 9 e 10 de Novembro de 1995, enquanto que o segundo foi entregue a 8 de Outubro de 1998 e foi discutido a 17 de Setembro e a 5 de Outubro de 2001.

Importa destacar algumas observações finais do Comité ao último relatório entregue por Portugal. Em primeiro lugar, o Comité mostrou o seu agrado com as alterações positivas verificadas na legislação nacional em várias áreas. Salientando, em particular, a alteração na administração da justiça de menores que permitiu que o caso das crianças entre 12 e os 16 anos em situação de risco tivesse um tratamento independente das situações gerais qualificadas como crime. Destaca também o aumento da idade mínima do serviço militar para 18 anos e a adopção da Lei 15/98 com vista ao reforço da protecção dos refugiados, bem como de outros instrumentos internacionais relevantes para os direitos das crianças, como sejam, a Convenção nº 138 da OIT sobre a idade mínima legal de admissão ao emprego, a Convenção nº 182 da OIT relacionada com a proibição das piores formas de trabalho das crianças.

Em segundo lugar, o Comité identificou os principais problemas, fazendo as sugestões e as recomendações que melhor se adequam a Portugal.

No que se refere às medidas gerais de implementação, a preocupação tem a ver com a ausência de uma estratégia nacional alargada e de uma estrutura de coordenação nacional para a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança. Também a falta de informação estatística desagregada, abrangendo todas as áreas de direitos, constitui uma fragilidade nacional.

Relativamente aos princípios gerais da Convenção, é mencionado o facto das crianças em situação de pobreza, as que vivem em áreas rurais e urbanas menos desenvolvidas, bem como as de etnia cigana, sofrem algum tipo de discriminação. Além disso, a opinião das crianças ainda não é suficientemente considerada em todas as questões que lhe dizem respeito. Por último, o elevado número de acidentes, a violência e a negligência, são igualmente matéria de preocupação.

Nos aspectos que dizem respeito a todas as outras componentes de análise do relatório, destacam-se alguns dos principais problemas.

No meio familiar, destacam-se: o alojamento precário; o desemprego e a incidência elevada de alcoolismo entre os pais; a falta de serviços de cuidados gratuitos antes da idade escolar; e um número elevado de situações de abuso e negligência.

Na saúde e bem-estar, salientam-se: a mortalidade infantil elevada, particularmente nas áreas rurais do norte e na região dos Açores; a dificuldade de acesso ao serviço de cuidados primários nalgumas regiões do país; a despesa de saúde inferior a outros países na UE; a taxa de mães adolescentes elevada.

Na educação, lazer e actividades culturais, identificam-se: o número reduzido de crianças a frequentar o pré-escolar; os níveis elevados de abandono escolar; o uso limitado das novas tecnologias de informação nas escolas; o insuficiente apoio financeiro às actividades desportivas; e o número de crianças a praticar desporto muito inferior aos restantes países europeus.

Nas medidas de protecção especial, destacam-se: a ausência de procedimentos específicos para crianças que solicitem o estatuto de refugiados; a inexistência de garantias de acesso aos cuidados psicológicos, sempre que as crianças necessitem; a ausência de estudos e dados estatísticos sobre as crianças sem-abrigo; a falta de dados sobre as situações de consumo de drogas, álcool, tabaco; a insuficiente protecção das crianças com idade inferior a

16 anos no contexto dos processos tutelares considerados crime; a inexistência de um sistema de informação sobre as crianças em instituições; e a dificuldade das crianças de etnia cigana em aceder ao sistema educativo.

Finalmente, o Comité chama a atenção de Portugal para a necessidade de divulgar os Relatórios e dar a conhecer as discussões e as observações finais.

Ainda que o Comité reconheça alguns avanços em Portugal, entre o primeiro e o segundo momento em que apresenta os relatórios, muitos dos problemas identificados em 2001, prevalecem actualmente. Mais do que cumprir com procedimentos internacionais, é importante reflectir sobre o tipo de estratégias adequadas com vista à realização dos direitos humanos das crianças, envolvendo os principais intervenientes, entre os quais as crianças podem dar um contributo decisivo.

#### **4.2.3 Os direitos da criança em Portugal**

Portugal tem acompanhado as tendências internacionais no que se refere à evolução dos direitos humanos, em particular dos direitos humanos das crianças, procurando reflectir na legislação nacional as alterações necessárias. Apesar dos avanços significativos, ainda se verifica uma distância considerável entre o que se tem efectivamente avançado em termos de legislação e a prática de implementação.

A Constituição da República Portuguesa (CRP), enquanto lei fundamental do Estado, consagra os princípios essenciais da organização política e da ordem jurídica em geral, bem como os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos. A natureza fundamental da Constituição assegura que a criança tem direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições (artigo 69 n° 1).

Os direitos e deveres sociais constantes da Constituição são complementados por leis específicas aplicáveis à condição da criança e que contemplam, nomeadamente, o direito à educação e o direito à cultura, a proibição do trabalho de menores, o direito à integração familiar (e à adopção) e o direito à protecção contra todas as formas de exploração.



No âmbito da protecção, salienta-se a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo de 1999<sup>18</sup> como um dos instrumentos actualmente mais relevantes. Esta Lei, que entrou em vigor em simultâneo com a Lei Tutelar Educativa<sup>19</sup> no dia 1 de Janeiro de 2001, pretende regular a intervenção do Estado e outros agentes na promoção dos direitos e protecção das crianças e dos jovens em perigo. A aplicação de medidas com vista à promoção desses direitos cabe às Comissões de Protecção<sup>20</sup> e aos Tribunais.

A legislação nacional tem procurado reflectir as alterações que vão ocorrendo no direito internacional, sempre que aplicável à sociedade portuguesa, apesar da maioria dos instrumentos jurídicos internacionais serem, por vezes, adoptados com algum desfasamento no tempo. A maioria das normas e convenções com vista à protecção das crianças são por vezes normas programáticas de princípios e intenções. Corre-se o risco de terem um fraco impacto sobre as crianças que precisam de protecção. A simples ratificação não garante a implementação eficaz. A discrepância entre *law in books* e a *law in action*, é uma característica de Portugal, abundantemente demonstrada pela sociologia do direito (Santos, 1993). É fundamental que a assinatura ou ratificação de documentos relevantes tenha tradução no ordenamento jurídico nacional com os devidos efeitos práticos na sociedade portuguesa.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, reconhecida como o instrumento jurídico fundamental dos direitos humanos da criança, tem todo o suporte jurídico ao nível nacional, conforme mostra o exercício seguinte de transposição da Convenção para a legislação portuguesa.

#### **4.2.3.1 Direitos à provisão**

**Padrões de cuidados** □ Em Portugal, as crianças com deficiência física ou mental têm iguais direitos aos das crianças em geral. Têm igualmente direitos à prevenção, tratamento e reabilitação, bem como as suas famílias têm direito a receber apoios adequados. O Estado assegura a realização dos direitos destas crianças, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores (artigo 71 nº1 e nº2, CRP). Cabe também ao Estado ajudar as organizações que dão apoio às pessoas com deficiência, na medida em que são parte essencial na

---

<sup>18</sup> Lei nº147/99 de 1 de Setembro, com alterações da Lei nº31/2003 de 22 de Agosto.

<sup>19</sup> Lei nº166/99 de 14 de Setembro.

<sup>20</sup> Decreto-Lei nº98/98 de 18 de Abril.

realização dos direitos das crianças perante problemas específicos que exigem respostas especiais (artigo 71 nº3, CRP).

**Cuidados de saúde** □ Todas as pessoas têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover (artigo 64 nº1, CRP). Esse direito é realizado através do serviço nacional de saúde que é universal, geral e tendencialmente gratuito, consoante as condições económicas e sociais dos cidadãos. É ao Estado que compete assegurar o acesso de todos os cidadãos à protecção da saúde, independentemente das suas condições, bem como manter os padrões de qualidade necessários (artigo 64 nº3, CRP). A Lei de Bases da Saúde<sup>21</sup> reforça o direito à protecção na saúde, salientando a responsabilidade do Estado na garantia da igualdade no acesso aos cuidados de saúde, bem como garante a equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços.

**Segurança social** □ Todos têm direito à segurança social (artigo 63 nº1, CRP; artigo 2 nº1, LBSS<sup>22</sup>). O sistema de segurança social tem como principais objectivos: garantir a concretização do direito à segurança social; promover a melhoria das condições e dos níveis de protecção social e o reforço da respectiva equidade; proteger os trabalhadores e as suas famílias nas situações de falta ou diminuição de capacidade para o trabalho, de desemprego e de morte; proteger as pessoas que se encontrem em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência; proteger as famílias através da compensação de encargos familiares; promover a eficácia social dos regimes prestacionais e a qualidade da sua gestão, bem como a eficiência e sustentabilidade financeira do sistema (artigo 4, LBSS).

**Educação** □ O direito à educação, à cultura e ao ensino, com garantia de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar, constituem direitos fundamentais (artigos 73 e 74, CRP). O Estado deve assegurar que a educação contribui para o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva (artigo 73 nº2, CRP). A educação da criança destina-se também à promoção do respeito da criança pelo meio ambiente. Todos têm direito a um ambiente de vida humana, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender (artigo 66 nº 1, CRP). Os cidadãos com necessidades especiais devem poder aceder de igual forma a todos os graus de ensino, beneficiando de apoios, sempre que necessário, através de um tipo de ensino especial (artigo 74 nº2, CRP). O Estado deve assegurar um ensino básico universal e gratuito, com duração

---

<sup>21</sup> Lei nº 48/90 de 24 de Agosto.

<sup>22</sup> Lei nº32/2002 de 20 de Dezembro.

de nove anos, desenvolver o sistema geral da educação pré-escolar, eliminar o analfabetismo, bem como garantir a todos os cidadãos o acesso a graus de ensino mais elevado. Está previsto o direito de acesso ao ensino superior para quem completou o ensino secundário com aproveitamento, garantindo-se a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino, consoante as necessidades de quadros qualificados do país (artigo 76 nº1, CRP).

**Lazer e vida cultural** □ As crianças em Portugal têm protecção especial no que se refere à efectivação dos seus direitos culturais, à semelhança do que acontece com os direitos económicos e sociais. Todos têm direito à cultura física e ao desporto (artigo 79 nº1, CRP). Cabe ao Estado, em colaboração com as famílias, as escolas, as empresas, as associações e outras organizações culturais, promover o direito à vida cultural das crianças (nº2 do artigo 70 nº2 e artigo 79 nº2, CRP). Devem igualmente promover a vida cultural das crianças que pertencem a minorias étnicas, respeitando o princípio da igualdade (artigo 13, CRP). Todas as crianças deverão poder brincar e usufruir dos espaços públicos de lazer em condições de segurança. Além disso, a escola procura assegurar a realização do direito ao desporto, integrando-o na vida escolar, enquanto parte da actividade educativa, conforme estabelecido na Lei de Bases do Sistema Educativo<sup>23</sup> e na Lei de Bases do Desporto<sup>24</sup>.

#### 4.2.3.2 Direitos à protecção

Em Portugal, as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições (artigo 69 nº 1, CRP).

**A criança, a família e o Estado** □ A protecção da criança é assegurada, em grande parte, através da protecção da maternidade e da paternidade. Os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país (artigo 68 nº1, CRP). O poder parental é atribuído aos pais como direito fundamental, conferindo-lhes a guarda dos filhos, a sua educação, a representação e administração dos seus bens (artigo 36 nº 3, 5, 6 e artigo 26, CRP; artigo 1878 nº1, CC). O poder paternal deve ser exercido com vista ao desenvolvimento físico,

<sup>23</sup> Lei nº 46/86 de 14 de Outubro, alterada pela Lei 115/97 de 19 de Setembro.

<sup>24</sup> Lei nº 30/2004 de 21 de Julho. Revoga a Lei n.º 1/90, de 13 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 19/96, de 25 de Junho (Lei de Bases do Sistema Desportivo).

intelectual e moral dos filhos (artigo 1885 nº1, CC), bem como ao acesso gradual da criança à sua própria liberdade. De acordo com a maturidade dos filhos, os pais devem ter em conta a sua opinião nos assuntos familiares, reconhecendo-lhes autonomia na organização da sua própria vida (artigo 1878 nº2, CC). O Estado deve abster-se de interferir neste poder, mas deve proteger a criança e a sua família. A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros (artigo 67 nº1, CRP). O dever de assistência aos filhos pelos pais também está previsto na lei, compreendendo a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, de acordo com os recursos próprios, para os encargos da vida familiar (artigo 1874 nº2, CC). Entende-se por alimentos, tudo o que se considera indispensável ao sustento, habitação, vestuário, instrução e educação (artigos 2003, 1978, 1979, 1885, CC).

**Nome, identidade e relações familiares** O direito à identidade pessoal e à dignidade social constitui um direito fundamental. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação (artigo 26 nº1, CRP) bem como todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei (artigo 13 nº1, CRP). Este direito pressupõe um conjunto de outros direitos a que todas as crianças devem ter acesso após o nascimento, designadamente o direito à declaração do seu nascimento, o direito ao nome, o direito a adquirir uma nacionalidade, o direito ao vínculo de filiação e o direito a pertencer a uma família, receber o seu respeito, auxílio e assistência.

O direito à declaração do nascimento da criança é de registo civil obrigatório por parte dos pais no sentido de ser efectuado o reconhecimento da maternidade e paternidade. No que se refere ao direito ao nome, os pais têm liberdade para decidir o nome próprio e apelidos (artigo 1875 nº1, CC). Relativamente à nacionalidade, todas as crianças têm direito a uma nacionalidade, independentemente da sua condição ou situação. As crianças têm igualmente direito ao vínculo de filiação, tendo direito a conhecer os seus pais biológicos, mesmo que, para tal, seja necessário iniciar processos de verificação oficiosa da maternidade e/ou paternidade. Por último, a criança tem direito a uma família, a ser respeitada, apoiada e assistida por essa família. Em termos de leis, nada se refere ao direito de pertencer a uma família, mas a CRP refere que os filhos não podem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumprirem os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão

judicial (artigo 36 nº6, CRP). Os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação e a lei ou as repartições oficiais não podem usar designações discriminatórias relativas à filiação (artigo 36 nº4, CRP). A adopção constitui uma alternativa à forma de pertencer a uma família, sempre que não exista o meio familiar considerado normal (artigo 36 nº4, CRP). O direito ao respeito pressupõe o direito ao pleno desenvolvimento físico, intelectual e moral, conforme estabelece a CRP nos artigos 69, 70, 67, 68 e 64 e o CC no artigo 1885 nº1. Ao mesmo tempo, pressupõe o reconhecimento de todas as suas ligações psicológicas e afectivas, o direito a ser ouvida em todas as situações que a envolvam, bem como o direito ao respeito pela sua intimidade e integridade moral e física.

Associado ao sentido de identidade, está o respeito das tradições e valores culturais das crianças pertencentes a minorias étnicas. Todos têm o direito à identidade de expressão e informação, liberdade de consciência, religião, liberdade de criação cultural, direito à reunião e associação. Ninguém pode ser privado de qualquer direito por motivos de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social (artigo 13, CRP).

**As crianças e os conflitos armados** A legislação nacional proíbe o recrutamento voluntário de pessoas com idade inferior a 18 anos. Portugal reforçou essa ideia ao ratificar, em 2003, o Protocolo Facultativo relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados, declarando que em relação ao artigo 2 do Protocolo, Portugal reitera que teria preferido que o Protocolo excluísse todos os tipos de recrutamento de pessoas menores de idade quer esse recrutamento seja voluntário ou não e declara que irá aplicar a legislação nacional a qual proíbe o recrutamento voluntário de pessoas com idade inferior a 18 anos e que, nos termos do artigo 3 nº 2 do protocolo, irá depositar uma declaração com força obrigatória fixando a idade mínima para o recrutamento voluntário em Portugal.

**Exploração e violência sexual das crianças** A lei penal, reforçada pela Lei 65/98 de 2 de Setembro, permitiu fazer a distinção entre os vários tipos de crimes puníveis. O abuso sexual e os actos sexuais com crianças (artigo 172 ao 175, CP) bem como a coacção sexual, violação ou outro tipo de abuso sexual (artigos 16, 164, 176, CP) constituem crimes punidos pela lei penal, na medida em que violam o direito fundamental das crianças à protecção na infância, previsto na Constituição Portuguesa (artigo 69). A revisão do Código penal reforçou a lei contra crimes que impedem a liberdade e autodeterminação sexual praticados contra as crianças menores de idade. Portugal ratificou o Protocolo facultativo relativo à Venda das

Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil no sentido de reforçar as medidas contra este tipo de crimes.

**Venda e tráfico de crianças** □ Em Portugal, o tráfico de pessoas e o rapto de crianças, com o objectivo de práticas de prostituição ou de actos sexuais, é fortemente punido (artigos 160 e 169, CP). A ratificação de convenções europeias e internacionais para a supressão do tráfico de pessoas, rapto internacional ou da exploração da prostituição, têm vindo a ser integradas no direito nacional, reforçando a necessidade de medidas mais eficazes para evitar que tais crimes ocorram e punir aqueles que violem os direitos das crianças<sup>25</sup>.

**Práticas perigosas** □ Portugal tem revisto a legislação de combate à droga, adaptando, por um lado, legislação nacional à lei internacional relevante nesta área, designadamente as convenções internacionais sobre tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas e, por outro, potencializando os meios jurídicos de cooperação internacional existentes em matéria penal<sup>26</sup>.

**Violência e negligência** □ A Constituição consagra o direito das crianças à protecção por parte da sociedade e do Estado, com vista ao desenvolvimento integral das crianças, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições (artigo 69 n.º1, CRP). As crianças têm o direito de serem protegidas contra todas as formas de violência que constituem um atentado à sua integridade e dignidade. Para essa protecção, o CP prevê um conjunto de acções punitivas para quem ousar violar o direito das crianças. O infanticídio (artigo 136, CP), a exposição ou abandono (artigo 138, CP) são actos criminosos, pelo que são severamente punidos. A violência através de maus-tratos ou incumprimento de regras de segurança, tais como, a ausência de cuidados de saúde, a permissão para o desempenho de actividades perigosas à vida humana ou que representem uma sobrecarga física e psicológica, constituem sérios obstáculos ao desenvolvimento da criança. Desta forma, são também actos puníveis (artigo 152, CP).

**Cuidados alternativos** □ O Estado português garante especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou privadas de um ambiente familiar normal (artigo 69 n.º2, CRP). A alternativa para as crianças desprovidas do meio familiar normal passa pela colocação familiar, adopção

---

<sup>25</sup> Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (Resolução da Assembleia da República n.º 31/91, de 10 de Outubro).

<sup>26</sup> A Lei n.º 45/96 de 3 de Setembro que alterou o Decreto-Lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro, define o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

ou pela colocação em estabelecimentos de assistência às crianças. A colocação consiste no acolhimento transitório e temporário, por famílias idóneas, de crianças cuja família natural não tem condições de exercer as suas funções sócio-educativas (artigo 1º, Decreto-Lei nº 190/92 de 3 de Setembro). Este tipo de solução só existe quando for de todo impossível à família cumprir com as funções que tem para com a criança e, em simultâneo, seja incapaz de lidar com os apoios que lhe possam ser dirigidos. As famílias de acolhimento passam a ser responsáveis pela orientação e educação das crianças, enquanto se mantiver a situação de incapacidade da família natural para cumprir com as suas funções. A adopção é identificada como uma das melhores soluções no âmbito da política de protecção à infância e à juventude, na medida em que é semelhante à filiação natural. Porém, em vez de se reger por laços de sangue, estabelece-se legalmente entre duas pessoas (artigo 1973, CC)<sup>27</sup>. Portugal também aprovou para ratificação a Convenção Europeia em Matéria de Adopção de Crianças<sup>28</sup>, embora com algumas reservas, bem como ratificou a Convenção Europeia de 29 de Maio de 1993 referente à protecção das crianças em matéria de adopção internacional.

Existe outra forma alternativa que consiste no acolhimento de crianças e jovens em equipamentos sociais, tendo por objectivo proporcionar-lhes as estruturas necessárias à satisfação das suas necessidades e o exercício dos seus direitos fundamentais em condições igualitárias àquelas que teriam em meio familiar normal. Esse tipo de resposta concretiza-se, por exemplo, através de lares para crianças e jovens. Os centros de acolhimento temporário também constituem um tipo de resposta, embora de cariz diferente do dos lares. Estes centros pretendem assegurar às crianças e jovens em risco o acolhimento em situações urgentes e transitórias, resultantes, por exemplo, de casos de abandono, maus-tratos e negligência.

**Justiça juvenil** □ A administração da justiça de menores em Portugal enquadra-se no regime jurídico da Organização Tutelar de Menores (OTM)<sup>29</sup>. São aplicáveis ao processo tutelar os princípios orientadores da intervenção previstos na lei de protecção de crianças e jovens em perigo<sup>30</sup>, ou seja, o interesse superior da criança, a privacidade, a intervenção precoce, a intervenção mínima, a proporcionalidade e actualidade, a responsabilidade parental, a

<sup>27</sup> A adopção está prevista no Código Civil (artigos 1973 a 2002º - D), na Organização Tutelar de Menores, no Código de Registo Civil, bem como no Decreto-Lei nº 185/93, de 22 de Maio (alterado pelo Decreto-Lei nº 120/98 de 8 de Maio).

<sup>28</sup> Resolução da Assembleia da República nº4/90.

<sup>29</sup> Decreto-Lei nº 314/78, de 27 de Outubro - Actualizado até Lei 147/99, de 01.09, a qual revogou as normas da OTM contrárias a essa Lei. OTM alterada pelo Decreto-Lei 185/93, de 22.05, Decreto-Lei 48/95, de 15.03, Decreto-Lei 120/98, de 08.05, Lei 133/99, de 28.08 e Lei 166/99, de 14.09.

<sup>30</sup> Decreto-Lei nº332-B/2000, de 30 de Dezembro.

prevalência da família, a obrigatoriedade da informação, a audição obrigatória e a participação e, por último, a subsidiariedade. O direito da criança em ser ouvida e participar constitui um dos direitos que decorreu directamente da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Os processos tutelares, qualificados pela lei penal como crime (designados como processos de promoção e protecção), obedecem a certas disposições fundamentais para assegurar a promoção dos direitos e a protecção das crianças. Sempre que exista responsabilidade penal, as crianças têm direito ao respeito da sua vida privada em todas as fases do processo. Está assegurado o carácter reservado do processo, sendo proibida qualquer identificação e transmissão de elementos, sons ou imagens que possibilitem a identificação da criança. Além disso, as crianças têm direito ao acompanhamento e assistência dos pais, tutores, responsáveis legais ou outras pessoas da sua confiança.

**Trabalho infantil** □ O trabalho de menores em idade escolar é proibido nos termos da lei portuguesa (artigo 69 n.º 3, CRP). O quadro normativo do trabalho de menores<sup>31</sup> procura estabelecer normas que, acima de tudo, assegurem o desenvolvimento equilibrado ao nível físico, mental e moral das crianças, garantindo em simultâneo a sua educação, formação, saúde e segurança. Neste sentido, o quadro normativo estabelece que a idade mínima de admissão ao trabalho é de 16 anos para fazer corresponder a idade mínima com a escolaridade obrigatória de nove anos, desde que estejam em boa capacidade física e psíquica adequadas ao trabalho que irão desempenhar. Contudo, as crianças com idade inferior a 16 anos que tenham concluído a escolaridade obrigatória podem exercer trabalhos leves. □ As crianças com 16 anos que ainda não tenham completado a escolaridade obrigatória podem exercer trabalho apenas quando esse exercício não seja prejudicial à conclusão da escolaridade, embora necessitem sempre que os seus representantes legais validem o contrato celebrado directamente com a criança. Salienta-se, por último, que as normas e os princípios do direito internacional fazem parte do direito português, pelo que Portugal ratificou a Convenção n.º138 da OIT sobre a idade mínima de admissão ao emprego.

#### **4.2.3.3 Direitos à participação**

A Constituição prevê os direitos da criança à participação por via dos direitos a diversas liberdades. A liberdade de expressão aparece associada ao direito à informação, onde todos têm direito de se exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem

---

<sup>31</sup> Regime Jurídico do Contrato Individual do Trabalho aprovado pelo Decreto-Lei n.º 49 408, de 24 de Novembro de 1969, com a redacção do Decreto-Lei n.º 369/91 de 16 de Outubro e da Lei n.º58/99, de 30 de Junho.



ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações (artigo 37, nº1, CRP). As crianças têm liberdade de expressar livremente as suas próprias opiniões, assente em todo o tipo de informação que acharem necessária. Note-se, contudo, que todo o tipo de publicidade oculta, indirecta ou dolosa, é proibida (artigo 60 nº 1 e nº 2, CRP).

A liberdade de expressão e informação está também relacionada com a liberdade de consciência, de religião e de culto que é inviolável, através da qual todas as crianças são livres de terem as suas convicções ou práticas religiosas (artigo 41, CRP).

Todos os cidadãos têm o direito de se reunirem autonomamente ou de se manifestarem publicamente de forma pacífica (artigo 45, CRP). Ao mesmo tempo, os cidadãos podem associar-se a outros ou formar os seus próprios grupos ou associações de forma livre e independente (artigo 46, CRP). Desta forma, a criança tem liberdade de se reunir ou de se associar a outras crianças ou adultos, prosseguindo livremente os seus objectivos.

O direito a participar em actividades de lazer, aproveitando os seus tempos livres, constitui um direito constitucional especialmente dirigido às crianças (artigo 70 nº1 alínea e, CRP). Embora o destaque seja dado às actividades físicas e desportivas, na medida em que o Estado assegura que todas as crianças possam usufruir desse tipo de actividades nas escolas, existem outro tipo de actividades de lazer que as crianças valorizam.

A participação nos assuntos públicos do país constitui outro direito fundamental de todos os cidadãos. Ao mesmo tempo, os cidadãos têm direito a serem esclarecidos sobre todos os actos do Estado e outras entidades públicas, bem como serem informados sobre os assuntos públicos (artigo 48, CRP). No que se refere à educação, à semelhança dos professores, os alunos têm direito de participar na gestão democrática das escolas (artigo 77, CRP).

No caso específico em que as crianças se encontrem em situações de perigo, o processo de promoção dos direitos e de protecção da criança, levados a cabo pelas comissões de protecção ou tribunais, assegura a participação das crianças no processo. Para tal, existe a possibilidade de audição da criança, em que as crianças com mais de 12 anos (ou com idade inferior desde que tenham capacidade para compreender o sentido da intervenção) são ouvidas pela comissão de protecção ou juiz sobre a sua situação. A criança pode ser ouvida

individualmente ou pode fazer-se acompanhar pelos pais, representantes legais, advogados ou outras pessoas da sua confiança<sup>32</sup>.

#### **4.2.4 Tornar os direitos da criança uma realidade**

Por via do artigo 4 da Convenção dos Direitos da Criança, os Estados partes comprometem-se a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras que sejam necessárias para aplicar a Convenção. No caso dos direitos económicos, sociais e culturais, os Estados devem adoptar essas medidas no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional.

Os Estados devem rever a legislação para assegurar que ela é compatível com a Convenção, por forma a dispor de leis específicas e criar mecanismos, nacionais e locais, para coordenar as políticas e acompanhar a aplicação da Convenção. Para tal, é necessário verificar se os procedimentos existentes que garantem a realização dos direitos das crianças estão a ser verdadeiramente considerados por todas as estruturas nacionais, Parlamento, e entidades de nível regional e local. Além disso, é preciso averiguar que as crianças e os seus representantes estão a ter, de facto, a oportunidade de serem ouvidos.

Outro aspecto essencial tem a ver com a necessidade de verificar se existe informação estatística disponível e fidedigna, ou melhorar a que já existe, sobre a situação das crianças com vista à fundamentação das medidas a adoptar perante determinadas problemáticas. Ao mesmo tempo, é importante formar as pessoas que trabalham junto de crianças, como é o caso, por exemplo, dos educadores de infância, professores, psicólogos, assistentes sociais, pediatras, médicos e outro pessoal de saúde, bem como polícias e outros agentes da força de segurança pública. A sensibilização para a Convenção, por parte da população em geral, é um factor propício à sua aplicação. O artigo 42 da Convenção obriga os Estados a divulgar estas informações junto dos adultos e das crianças, devendo também difundir os seus relatórios sobre a implementação dos direitos (artigo 44 nº6).

Por último, convém salientar que os Estados se comprometem a ajudar-se entre si com vista à protecção dos direitos da criança, ainda que cada um tenha as suas obrigações. Neste sentido, a Convenção atribui uma importância especial à cooperação e ajuda internacionais. O Comité dos Direitos da Criança considera-as meios importantes e necessários na protecção efectiva dos direitos das crianças. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do

---

<sup>32</sup> Lei 147/99 de 1 de Setembro (artigo 84).

Homem, cujo mandato abrange a cooperação internacional para a promoção e protecção dos direitos humanos, garante assistência e encoraja os governos a reagir favoravelmente às recomendações do Comité.

As alterações estruturais, por exemplo, ao nível da saúde ou da educação, não acontecem de um dia para o outro, mas de forma progressiva. Assim, torna-se crucial não só a adaptação da legislação nacional às convenções e tratados internacionais, mas também a criação de formas efectivas de realização dos direitos das crianças e o envolvimento de todos os intervenientes com algum tipo de responsabilidade. Convém, no entanto, salientar que todo o processo que envolve a realização dos direitos da criança pode ser colocado em causa quando os principais intervenientes, ou seja, as crianças, não são ouvidas nem participam activamente.

## Capítulo 5: PROPOSTA DE MEDIÇÃO DA POBREZA INFANTIL

A pobreza infantil nos países industrializados é geralmente mensurada recorrendo a limiares de pobreza que assentam sobre o rendimento. A evolução ao nível conceptual, no sentido de construir um conceito de pobreza infantil que traduza a natureza multidimensional do fenómeno, não tem tido reflexos imediatos ao nível metodológico. A visão da pobreza, enquanto privação por falta de recursos, coloca em questão se o rendimento disponível dos indivíduos ou das famílias será o indicador mais adequado para traduzir situações de pobreza infantil.

Os desenvolvimentos em termos de medição da pobreza infantil nos países da UE têm ocorrido em dois principais contextos, designadamente: (i) literatura científica; (ii) política social europeia. No contexto da literatura científica, a medição multidimensional da pobreza desenvolveu-se a partir dos trabalhos inovadores de Townsend (1979) e de Mack e Lansley (1985) e, mais tarde, de Nolan e Whelan (1996). Os autores foram pioneiros na utilização de indicadores não monetários de privação. Contudo, as análises centradas na criança, enquanto unidade de análise, são pouco comuns, embora seja possível destacar alguns trabalhos recentes sobre privação das crianças (Hussain, 2002; Bastos et al., 2004; Bastos e Nunes, 2006).

No contexto da política social europeia, houve necessidade de desenvolver indicadores comuns para monitorizar os resultados dos Estados membros em termos de pobreza. Desde o primeiro Programa Europeu de Combate à Pobreza (1976-1980) que se procurou convencionar uma medida de pobreza, a partir do conceito apresentado pelo Conselho de Ministros em 1975, através do qual os indivíduos ou famílias eram pobres quando os seus recursos eram tão escassos que faziam com que eles não conseguissem seguir os padrões de vida aceitáveis nos Estados membros onde viviam. Com esta definição, estabeleceu-se, por um lado, que os recursos são centrais para o conceito de pobreza e, por outro lado, rejeitou-se a ideia de um padrão europeu comum, defendendo a ideia de relatividade entre países e ao longo de tempo (espacial e temporal) no conceito de pobreza.

A incidência de pobreza começou por ser medida através de um limiar de pobreza definido como 50% da média do rendimento disponível no país em questão. A incidência da pobreza infantil continuou, no entanto, a ser um subproduto do fenómeno da pobreza dos indivíduos em geral. Apesar do segundo Programa Europeu de Combate à Pobreza (1985-1989) ter

contribuído para um conceito mais alargado de recursos, incluindo recursos materiais, culturais e sociais, as estimativas de pobreza continuaram a basear-se na mesma definição de limiar de pobreza. Destacam-se os estudos do Eurostat, ISSAS (1990) e de O Higgins e Jenkins (1989), no sentido de harmonizar conceitos e metodologias entre países, bem como estudar a possibilidade de se utilizarem limiares de pobreza alternativos. Contudo, a definição de recursos continuou centrada nos recursos económicos (rendimento ou despesa), alternando-se a opção pela média ou mediana e por várias proporções desses recursos (40%, 50%, 60%, 70%), bem como a opção por várias escalas de equivalência no sentido de perceber quais as suas consequências em termos de distribuição de recursos e pobreza<sup>33</sup>.

A ideia de que a pobreza infantil não pode ser vista apenas por relação às crianças inseridas em famílias com rendimentos baixos, mas em termos de privação, reflecte preocupações teóricas entre o que pode ser entendido como medida indirecta ou medida directa de pobreza. Segundo Ringen (1985, p. 102), o bem-estar tem de ser medido pelo uso de algum indicador ou indicadores. O rendimento tem sido, e continua a ser, um importante indicador de bem-estar, mas em estudos baseados no conceito amplo de bem-estar, o rendimento só por si não é suficiente. O autor defende que o rendimento é um indicador inadequado mesmo quando se pretende medir somente os recursos económicos (Ibid., p. 103).

Apesar do rendimento monetário ser um elemento chave dos recursos disponíveis das famílias ou indivíduos, ele não é o único. Interessa salientar que o rendimento oscila ao longo do tempo e que existem outros recursos importantes que influenciam igualmente o bem-estar. A evolução dos recursos, ao longo do tempo, influencia a posição dos indivíduos ou famílias na sociedade. Por outro lado, as experiências individuais também influenciam o bem-estar. Por exemplo, as crianças que vivem em famílias onde existem indivíduos que estão, ou já estiveram, desempregados poderão ter níveis mais elevados de privação, face às crianças que vivem em famílias onde os indivíduos sempre tiveram um emprego estável<sup>34</sup>.

As análises resultantes da utilização de medidas de privação directa sugerem que o rendimento baixo não é, de facto, uma medida adequada (Callan et al., 1989; Mc Gregor e Boroach, 1992; Nolan e Whelan, 1996). Ringen (1985, p. 103) afirma que a alternativa ao método indirecto é o método directo, ou seja, tentar medir o bem-estar directamente, ou pelo

---

<sup>33</sup> As escalas de equivalência podem classificar-se em três grandes famílias: as escalas de equivalência normativas, as escalas de equivalência baseadas no consumo e as escalas de equivalência baseadas na avaliação directa do bem-estar. (Ferreira, 2000, p. 120 a 139).

<sup>34</sup> Para mais detalhes ver em: Jarvis e Jenkins (1998); Nolan e Whelan (1996); Layte, Maître, Nolan e Whelan (2000).

menos, de forma menos indirecta. O autor propõe, então, dois tipos de abordagens: (i) abordagem à qualidade de vida baseada no uso de indicadores subjectivos; (ii) abordagem às condições de vida, através da qual o bem-estar é medido com base em diversos indicadores objectivos. Nesta segunda abordagem, o rendimento seria apenas uma das componentes relevantes. O conceito de condições de vida não é um conceito alternativo ao rendimento (recurso económico), mas um conceito amplo do bem-estar associado a uma abordagem multidimensional.

O rendimento é um indicador inadequado ou insuficiente do bem-estar em geral, pelo que há razão para acreditar que também não serve para a pobreza, enquanto aspecto específico do bem-estar (Ibid., p. 104).

De seguida, no ponto 5.1, apresenta-se uma abordagem geral e sintética sobre indicadores sociais e medidas de privação. Posteriormente, no ponto 5.2, efectua-se uma proposta metodológica de medição da privação infantil em Portugal. Esta proposta inclui a descrição das várias etapas de medição e respectivas opções metodológicas. Neste processo, salienta-se em particular o contributo metodológico no que se refere à selecção de indicadores e à avaliação da unidade de observação. Finalmente, no ponto 5.3, descrevem-se as fontes estatísticas disponíveis para analisar o problema em estudo e destacam-se as suas principais limitações.

## **5.1 Abordagem geral sobre medidas de privação**

### **5.1.1 Indicadores sociais**

Desde os anos 60, os indicadores sociais têm vindo a ser desenvolvidos de forma a traduzir, cada vez melhor, o bem-estar social dos indivíduos. A vantagem deste tipo de indicadores reside no facto de serem medidas que incidem directamente sobre o bem-estar, embora na prática nem sempre seja possível medir todos os fenómenos dessa forma, e na sua natureza normativa, de acordo com o tempo e o espaço em estudo.

Nos países industrializados tem sido comum recorrer a vários indicadores não monetários com vista à comparação do bem-estar entre países, regiões do mundo ou entre regiões dentro de um dado país. Os indicadores sociais não monetários, como seja, a esperança de vida, a taxa de mortalidade infantil, a taxa de literacia, as condições da habitação, têm sido utilizados por vários investigadores e organizações internacionais com o objectivo de complementar as

medidas monetárias dos recursos económicos. A utilização do PIB para medir o valor total dos recursos económicos que afectam o bem-estar tem vindo a ser complementada por outro tipo de indicadores de bem-estar. O PNUD, por exemplo, desenvolveu um Índice de Desenvolvimento Humano através da combinação de vários indicadores. Recorreu não só ao PIB per capita como também à esperança de vida e aos níveis de literacia.

Interessa destacar alguns tipos de indicadores sociais, designadamente: (1) indicadores objectivos/subjectivos; (2) indicadores directos/indirectos; (3) indicadores simples/compósitos. No primeiro tipo, os indicadores objectivos assentam em dados objectivos, os quais podem ser confirmados através de processos de contagem, não tendo por base quaisquer juízos de valor; os indicadores subjectivos assentam em opiniões individuais. No segundo tipo, os indicadores directos assentam em variáveis que se relacionam directamente com o fenómeno em causa, enquanto que os indicadores indirectos recorrem a variáveis proxy que traduzem indirectamente o fenómeno em causa. Por último, no terceiro tipo, os indicadores simples recorrem somente a uma única variável para medir o fenómeno em estudo, enquanto que os indicadores compósitos recorrem a duas ou mais variáveis.

A construção de indicadores sociais é necessariamente um compromisso entre a definição teórica e o que é possível empiricamente (Atkinson et al., 2002, p.37). Essa construção é um processo difícil, sobretudo no que se refere: à selecção das variáveis a incluir no indicador, dada a natureza multidimensional da maioria dos fenómenos não permitir facilmente a sua quantificação; à tradução quantitativa de certos fenómenos em estudo, na medida em que nem todos os fenómenos são quantificáveis; à avaliação da qualidade do indicador, no sentido em que a natureza dos fenómenos se altera, impedindo a estabilização de determinados indicadores (Bastos, 1999, p. 103). O interesse em utilizar indicadores não monetários na análise da pobreza tem vindo a aumentar, embora na prática, e por motivos de simplificação, têm sido poucos os estudos que recorrem a esses indicadores para medir directamente a pobreza.

### **5.1.2 Indicadores de privação**

À semelhança da pobreza em geral, a pobreza infantil pode ser entendida como um estado relativo de privação em termos de bem-estar. O conceito de pobreza infantil definido no ponto 3.4 associou o bem-estar da criança a um conjunto de direitos humanos fundamentais, reforçando a natureza multidimensional do fenómeno. A medição deste conceito não é fácil,

mas pode ser testada através de indicadores de privação resultantes da combinação de um conjunto diversificado de variáveis.

Um indicador de privação surge como um indicador social de referência. Esta ideia está bem presente nos esforços da Comissão Europeia, ao complementar os indicadores de pobreza monetária existentes com indicadores de privação. O Eurostat disponibiliza actualmente um conjunto de indicadores não monetários a partir dos quais determina uma medida de privação material (Eurostat, 2005a).

A maioria das medidas de privação são inspiradas na abordagem de Townsend (1979) e em estudos desenvolvidos posteriormente, como seja, Mack e Lansley (1985), Gordon e Pantazis (1997), Gordon et al. (2000).

O conceito de privação, em termos relativos, desenvolvido por Townsend (1979) resultou numa medida ampla capaz de responder à natureza multidimensional da pobreza. O autor desenvolveu um conjunto de indicadores objectivos de privação relacionados com as condições de vida vigentes na sociedade e, por sua vez, correlacionados negativamente com o rendimento. Sistematizou esses indicadores num grupo de dimensões de privação, designadamente: dieta alimentar, vestuário, aquecimento e iluminação, condições de habitação, condições de trabalho, saúde, educação, ambiente, actividades familiares, lazer e relações sociais, com vista à construção de um índice sintético de privação.

Foi estabelecida uma relação entre os valores assumidos pelo índice e os níveis de rendimento para verificar se à medida que os recursos diminuía, existiria algum ponto em que os indivíduos ou famílias deixavam de participar nas actividades e padrão de vida aceite pela sociedade. Contudo, os resultados obtidos, por tipo de família, colocam em causa a existência desse ponto. O autor reconhece que não é possível retirar conclusões a partir dos vários resultados obtidos (Ibid., p. 258, citado em Ferreira, 2000).

Piachaud (1981) e Mansfield (1986) (citados em Whelan e Nolan, 1996) criticam os procedimentos metodológicos utilizados pelo autor, sobretudo a escolha dos indicadores de privação. Afirmam que nem todos os indicadores seleccionados resultam de escolhas da maioria da população, colocando em dúvida se esses indicadores são os que melhor traduzem os domínios relevantes de privação. As críticas recaem também sobre o facto de não ter existido qualquer tipo de ponderação, interferindo com o carácter relativo do conceito de privação proposto pelo autor. Por último, as críticas centram-se na forma como foi estabelecida a relação entre limiar de pobreza e níveis de privação.



O trabalho desenvolvido por Townsend veio mais tarde a ser aperfeiçoado pelo próprio autor (Townsend e Gordon, 1989), tendo por base os mesmos dados. Os autores construíram índices de privação material e social, recorrendo a indicadores relacionados não só com a privação na alimentação, vestuário, habitação, bens de conforto, família, lazer, mas também com aspectos ambientais, condições de trabalho, emprego, participação nas instituições e educação. Distingue-se, neste trabalho, um aspecto metodológico inovador que é a análise discriminante<sup>35</sup> para identificar um nível de rendimento que permitisse distinguir a população que está privada da que não está privada.

Mack e Lansley (1985) procuraram ultrapassar algumas das críticas efectuadas ao trabalho de Townsend, definindo a pobreza de acordo com *enforced lack of socially-perceived necessities*, ou seja, a insatisfação pronunciada das necessidades sociais definidas de acordo com a percepção da sociedade, isto é, segundo uma visão consensual das necessidades sociais (Ferreira, 2000, p.81). A preocupação estava relacionada com a incapacidade das pessoas em atender a um mínimo aceitável de necessidades que constituíssem a forma de vida prevalecente na sociedade. Embora esses juízos reflectam normas prevalecentes na sociedade, centram-se nos direitos de cada um e não na distribuição dos recursos da sociedade (Mack e Lansley (1985, p. 40, citado em Ferreira, 2000, p. 81).

No trabalho dos autores, os indicadores de condições de vida com vista à construção de um índice de privação foram seleccionados a partir da observação das necessidades, cuja avaliação é efectuada em termos de consenso social (mais de metade dos indivíduos na amostra considerada). Metade dos indicadores seleccionados diziam respeito às necessidades dos indivíduos e famílias enquanto que, outra metade, se referia às necessidades das crianças. Foram considerados os domínios da habitação, alimentação, vestuário, lazer e transportes, deixando de lado aspectos, como seja, a saúde, a educação ou o trabalho, pelo facto dos autores acharem que o que se está a avaliar é a privação de necessidades resultante da falta de rendimento. O indivíduo adulto ou a criança estará em privação se não conseguir satisfazer três ou mais indicadores por razões de escassez ou falta de rendimento, colocando de lado razões que tenham a ver com gostos e preferências pessoais.

---

<sup>35</sup> O recurso a técnicas de estatística multivariada passou a ser utilizado por diversos autores no sentido de seleccionarem os indicadores de privação mais relevantes para a construção de um índice de privação. Muffels e Vrien (1991) e Hutton (1991) utilizaram a análise em componentes principais para seleccionar os indicadores de privação que mais contribuem para a situação de privação.

Esta abordagem veio a ser melhorada mais tarde por Halleröd (1994). O autor propõe um sistema de ponderação, através do qual se atribui um peso a cada indicador de privação consoante a proporção dos agregados semelhantes na amostra que considerasse necessário o aspecto dado por esse indicador. Os ponderadores de cada indicador, para um agregado em particular, assentaram nas respostas de acordo com a idade, sexo, tipologia familiar e região (Nolan e Whelan, 1996, p. 67). Assim, a agregação de um conjunto de indicadores de privação com vista à construção de um índice de privação teve em conta os ponderadores atribuídos.

No entanto, esta abordagem inclui todos os indicadores no índice de privação e não permite que haja forma de seleccionar um limiar sobre este índice. Segundo os autores, a inclusão no índice de privação de indicadores que reflectem necessidades de uma percentagem reduzida da população não parece uma forma adequada de medir a insatisfação pronunciada das necessidades sociais, ainda que os ponderados tenham sido atribuídos de acordo com essa realidade. Os autores afirmam que só é possível distinguir quem está privado de quem não está se se recorrer a um limiar de pobreza com base no rendimento.

Os autores salientaram algumas ideias chave que devem ser tidas em conta quando se pretende recorrer a indicadores de privação para medir a pobreza (Ibid., p. 71). A primeira ideia tem a ver com a selecção dos indicadores mais adequados para serem utilizados como indicadores de privação; a segunda diz respeito à forma como se deve considerar as preferências versus restrições de recursos como determinante dos padrões de vida; a terceira tem a ver com a forma como se deve agregar os indicadores de privação num índice sintético ou fazer uso da informação contida em cada um desses indicadores com vista à organização dos indicadores por dimensões; a quarta ideia refere-se à selecção de um limiar que permita distinguir os pobres dos não pobres; a quinta, e última ideia, tem a ver com a explicitação das formas através das quais a privação ocorre.

Na linha de análise dos trabalhos dos autores já apresentados, seguiram-se outros estudos, incluindo: Frayman et al. (1991), Mayer e Jencks (1988, 1993), Muffels e Vrien (1991), Pereirinha (1994), Gordon, Pantazis et al. (1995) e Hallerod (1995). Outros estudos têm procurado desenvolver medidas distintas para sintetizar cada uma das dimensões de privação. Por exemplo, a equipa de investigação irlandesa do Economic and Social Research Institute (ESRI) desenvolveu, com base na análise factorial, três dimensões de privação, designadamente: *basic life-style deprivation*, *secondary life-style deprivation* e *housing*

deprivation . Estas dimensões foram agregadas num único indicador com vista a determinar os indivíduos em situação de privação<sup>36</sup>.

### **5.1.3 Contributo da Teoria Fuzzy Set para a medição da privação**

Um aspecto comum às várias abordagens referidas tem a ver com o facto de permitirem a divisão da população entre os que estão privados e os que não estão privados, face a uma norma social. No entanto, a privação não se reduz a esta simples divisão, existindo a possibilidade de medir diferentes graus de privação. Neste sentido, no final da década de 80, surgiram contributos metodológicos relevantes que consideraram essa possibilidade consoante, por exemplo, uma maior ou menor aproximação à norma social ou a qualquer outro patamar adequado para cada um dos indicadores considerados relevantes na construção do índice de privação.

Desai e Shah (1988) propuseram a distância entre a resposta da família perante os diversos indicadores e a respectiva norma social. Os indicadores de privação traduzem a distância dos indivíduos ou famílias ao valor modal, observado numa dada amostra, os quais serão agregados num índice de privação com base em ponderadores específicos. De acordo com Nolan e Whelan (1996, p. 65), foram estes autores os primeiros a formalizar os indicadores de privação com vista à medição da pobreza.

Cerlioli e Zani (1990) propuseram, para cada indicador, a distância relativa entre a resposta da família e um valor mínimo, face a uma amplitude máxima definida (diferença entre um valor máximo e um valor mínimo). Estes valores correspondiam, respectivamente, ao ponto a partir do qual as famílias estavam em privação total e o ponto abaixo do qual as famílias não estavam em privação. Esta perspectiva assenta na Teoria Fuzzy Set (Teoria dos Conjuntos Difusos) que veio dar um contributo essencial para a metodologia de medição da privação.

Mais tarde, Cheli e Lemmi (1995) criticaram a arbitrariedade com que se estabelecia mais do que uma norma social. Para os autores, não era claro o ponto a partir do qual os indivíduos ou as famílias estavam privados ou, pelo contrário, não estavam privados, relativamente a cada um dos indicadores, sobretudo para aqueles com um carácter qualitativo. Desta forma, os autores propuseram que os níveis de privação fossem definidos a partir da função de distribuição dos indivíduos seleccionados, colocando de parte a necessidade de uma norma social. Desde então, através da frequência relativa inerente a cada um dos indicadores, foi

---

<sup>36</sup> Ver em Layte et al. (2001) e Whelan et al. (2001a).

possível traduzir o comportamento social da população em análise, observando-se a importância dos diferentes indicadores de condições de vida nas famílias ou indivíduos. Esta abordagem foi designada por Totally Fuzzy and Relative, assente na Teoria Fuzzy Set.

A maior valia da Teoria Fuzzy Set reside no facto de conseguir operacionalizar conceitos definidos de forma difusa. Isto é particularmente útil para os indicadores de condições de vida qualitativos ou para considerar situações em que nem sempre é clara a fronteira que divide a situação de privação da não privação (Bomba, Fernandes e Machado, 2006). Esta Teoria pode ajudar, de facto, a simplificar realidades complexas, as quais são muitas vezes difíceis de avaliar.

De acordo com esta Teoria, é possível definir uma função de pertença a um conjunto fuzzy (difuso), através da qual se obtém o grau de pertença de um indivíduo a um dado conjunto. Se esse grau de pertença for igual a 0, o indivíduo está fora desse conjunto; se for igual a 1, o indivíduo pertence a esse conjunto; se estiver entre 0 e 1, o indivíduo pertence parcialmente ao conjunto. Adaptando esta lógica ao conceito de privação, é possível definir a função de pertença do indivíduo ou família  $i$  ( $i=1, \dots, n$ ) a um conjunto fuzzy  $P$  ou seja um conjunto de privação. Assim, se a função de pertença for igual a 0, significa que o indivíduo ou família não está em privação; se for igual a 1 significa que o indivíduo ou família está em privação total e, por último, se estiver entre 0 e 1 representa a situação em que o indivíduo ou família está em privação parcial.

Desta forma, serão criadas tantas funções de pertença quanto o número de indicadores seleccionados - função de pertença ao indicador  $j$ . De acordo com estas funções, cada indivíduo ou família passa a situar-se no intervalo  $[0, 1]$  consoante o seu maior ou menor grau de pertença ao conjunto de privação do indicador  $j$ .

As metodologias em torno da construção de um índice de privação estão longe de estarem consolidadas, sendo necessário uma maior investigação neste campo. Neste início de século continuam a surgir abordagens inovadoras com vista à construção de indicadores compósitos. Destacam-se os trabalhos recentes de Perez-Mayo (2003), Moisio (2004), Dickes e Fusco (2006) que recorrem a modelos de variáveis latentes com vista a seleccionar os indicadores mais apropriados para a análise (variável observada) e a agregá-los num único indicador que integre todo o conhecimento sobre a privação. Estes modelos permitem captar a relação entre o conjunto de indicadores categorizados relevantes, traduzindo-a numa variável não observada (categorizada ou contínua, consoante as opções metodológicas dos autores)

conceptualmente significativa no contexto da privação<sup>37</sup>. A privação é definida como a variável não observada, enquanto que os indicadores de condições de vida nos seus múltiplos aspectos constituem as variáveis observadas.

## **5.2 Proposta metodológica de medição da privação infantil**

O conceito de pobreza infantil (elaborado no capítulo 3) é entendido como privação dos direitos humanos das crianças, resultante da ausência ou falta de recursos económicos, materiais e imateriais. As crianças estão em situação de privação quando o bem-estar realizado (realização de um conjunto de direitos) é inferior ao bem-estar mínimo (realização de um conjunto de direitos humanos considerados fundamentais).

A quantificação da pobreza infantil, tal como ela foi definida ao nível conceptual, não é fácil, dado o carácter multidimensional do fenómeno em causa. Tradicionalmente, a pobreza infantil tem sido avaliada considerando apenas os dados da pobreza em geral. A partir da identificação das famílias pobres, obtém-se o número de crianças que vivem nessas famílias, constituindo estas, as crianças em situação de pobreza. O conjunto de indicadores clássicos não corresponde, contudo, à quantificação desejada do conceito apresentado nesta dissertação<sup>38</sup>.

A análise multidimensional da pobreza infantil (designada por privação infantil), enquanto estado de privação, pressupõe a observação directa do bem-estar das crianças, no sentido de identificar as crianças que estão abaixo de um padrão de bem-estar mínimo socialmente aceite. Isto implica definir critérios e limiares para avaliar o bem-estar e, consequentemente, traduzir as situações de privação existentes. Neste sentido, na análise da pobreza infantil, é necessário recorrer a um conjunto de indicadores sobre o bem-estar das crianças (incluindo informação sobre o agregado familiar a que pertencem).

Pretende-se, assim, desenvolver um índice de privação infantil que integre todos os domínios de privação considerados relevantes na caracterização de situações de privação das crianças. Além disso, este índice deve permitir analisar situações de privação de acordo com a idade

---

<sup>37</sup> Em Portugal, esta metodologia está a ser estudada por Carla Machado no âmbito da sua dissertação de mestrado. A autora recorre aos modelos de classes latentes para captar a relação entre o conjunto de indicadores categorizados relevantes, traduzindo-a numa variável não observada (categorizada) que expressa teoricamente a situação de privação das famílias.

<sup>38</sup> Ainda que os indicadores clássicos constituam medidas objectivas de pobreza, constituem indicadores indirectos da pobreza infantil, assentes no rendimento ou despesa (recursos económicos).

das crianças. Interessa considerar três grupos de idades, de acordo com as etapas da vida escolar actualmente vigentes em Portugal: o grupo das crianças dos 0 aos 5 anos (até à educação pré-escolar), o grupo das crianças dos 6 aos 14 anos (ensino básico e obrigatório) e o grupo das crianças/jovens dos 15 aos 17 anos (ensino secundário).

Neste âmbito, coloca-se a questão de saber que metodologia utilizar para a medição da privação infantil. À semelhança do trabalho desenvolvido por Bomba, Fernandes e Machado (2006)<sup>39</sup>, a metodologia proposta procura responder à multidimensionalidade do fenómeno em estudo e à necessidade de obter a seguinte informação:

- ✦ um Índice Agregado de Privação Infantil (IAP<sub>I</sub>), para avaliar o nível de privação das crianças;
- ✦ um Índice Agregado de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  (IAP <sub>$i$</sub> ), para avaliar o nível de privação das crianças de acordo com a sua idade [ $i=1, 2, 3$ ; 1: 0 - 5 anos; 2: 6 - 14 anos; 3: 15 - 17 anos];
- ✦ um Índice de Privação Infantil para a dimensão de bem-estar  $x$  relativa ao grupo etário  $i$  (IPI <sub>$x,i$</sub> ), para conhecer as várias dimensões de bem-estar que mais contribuem para as situações de privação infantil em cada grupo etário;
- ✦ o Risco de Privação infantil (RPI), evidenciando o número de crianças em risco de privação.

Convém, no entanto, salientar que a opção nesta dissertação consiste somente em apresentar uma proposta metodológica de medição da privação infantil, não sendo preocupação imediata a quantificação do fenómeno em estudo.

A medição da privação infantil pressupõe duas principais etapas metodológicas. A primeira etapa consiste na construção de um Índice Agregado de Privação Infantil (IAP<sub>I</sub>) que resulta da agregação dos Índices Agregados de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  (IAP <sub>$i$</sub> ). Por sua vez, o cálculo destes índices agregados depende de um processo metodológico que envolve quatro passos essenciais: (i) a selecção dos indicadores de bem-estar; (ii) a avaliação da unidade de observação face aos indicadores seleccionados e adequados a cada grupo etário (de acordo com a Teoria Fuzzy Set); (iii) a determinação de ponderadores específicos; (iv) a agregação dos indicadores por dimensões de bem-estar e num indicador compósito. A

---

<sup>39</sup> O trabalho desenvolvido recentemente por Bomba, Fernandes e Machado (2006) propõe a construção de um Índice Agregado de Privação com vista a medir o nível de privação das famílias portuguesas, um Índice de Privação por dimensões de bem-estar para conhecer o impacto das diversas dimensões de bem-estar na privação identificada, bem como um indicador compósito de Risco de Privação com o objectivo de determinar a população em situação de privação. A proposta metodológica apresentada pelas autoras foi posteriormente testada através da sua aplicação a um estudo de caso à região do Algarve e à região da Grande Lisboa (Ibid., 2006a).

segunda etapa consiste na determinação do Risco de Privação Infantil (RPI), que resulta da agregação dos Riscos de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  ( $RPI_i$ ).

Descreve-se, de seguida, as etapas e opções metodológicas com vista à medição da privação infantil.

### 5.2.1 Construção de um Índice Agregado de Privação Infantil

A determinação de um **Índice Agregado de Privação Infantil (IAPI)** permitirá avaliar o nível de privação das crianças. Este IAPI resulta da média ponderada dos Índices Agregados de Privação Infantil por grupos de idade ( $IAP_i$ ), dado pela expressão seguinte:

$$IAPI = \sum_{i=1}^3 w_i IAP_i = w_1 IAP_1 + w_2 IAP_2 + w_3 IAP_3$$

sendo  $0 < w_i < 1$ ,  $\sum_{i=1}^3 w_i = 1$  com  $i=1, 2, 3$  e  $IAPI \in [0;1]$

em que:

$w_i$  representa a proporção de crianças do grupo etário  $i$  no total de crianças

$i = 1, 2, 3$  corresponde ao grupo etário das crianças, designadamente: 1 - grupo dos 0 aos 5 anos; 2 - grupo dos 6 aos 14 anos; 3 - grupo dos 15 aos 17 anos

A necessidade de obter um **Índice Agregado de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  ( $IAP_i$ )** pressupõe diversos passos e opções metodológicas, designadamente: (i) a selecção dos indicadores de bem-estar; (ii) a avaliação da unidade de observação face aos indicadores seleccionados (de acordo com a Teoria Fuzzy Set); (iii) a determinação de ponderadores específicos; (iv) a agregação dos indicadores (por dimensões de bem-estar e num indicador compósito).

#### (i) Selecção de indicadores

O primeiro passo no processo metodológico tem a ver com a selecção de indicadores que reflectam o bem-estar das crianças o mais aproximado possível da realidade. Esta escolha

deve ser o mais abrangente possível de forma a responder à multidimensionalidade do fenómeno da pobreza infantil.

Neste sentido, a escolha dos indicadores por dimensão de bem-estar é efectuada a partir das doze dimensões de privação das crianças, que integram a concepção de pobreza infantil, designadamente: (A) educação; (B) informação; (C) segurança social e económica; (D) saúde e nutrição; (E) habitação; (F) identidade e meio familiar; (G) liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião; (H) liberdade de associação e de reunião; (I) justiça; (J) protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração; (L) protecção contra práticas perigosas; (M) e tempos livres. Desta forma, a privação reflecte a natureza multidimensional das várias ameaças ao bem-estar das crianças.

É necessário escolher os indicadores que permitem avaliar cada uma das dimensões de privação consideradas. Saliencia-se, no entanto, que poderão existir indicadores mais relevantes para determinados grupos etários. A proposta de indicadores, apresentada no Anexo IV, está organizada em torno das várias dimensões de bem-estar, e por sua vez, está dividida pelos três grupos etários (0-5 anos, 6-14 anos e 15-17 anos).

Os indicadores seleccionados em cada uma das dimensões procuram estabelecer entre si uma certa complementaridade, traduzindo situações de privação das crianças aproximadas da realidade portuguesa. Esses indicadores são na sua maioria indicadores categorizados (variáveis politómicas), permitindo mais facilmente traduzir situações de privação diferenciadas. Embora as dimensões sejam iguais para todos os grupos etários, os indicadores que as integram variam ligeiramente.

Descreve-se de seguida, de forma sucinta, como é que cada dimensão está representada no que se refere aos indicadores seleccionados.

A dimensão A (Educação) é representada por um conjunto de indicadores relacionados com o acesso (por exemplo, frequência do ensino, tempo que leva a chegar à escola) e a qualidade da educação.

Na dimensão B (Informação), os indicadores pretendem dar conta do acesso à informação, por exemplo, acesso a computador e à internet, à televisão, a livros e, em particular, acesso a informação sobre os direitos fundamentais da criança.

A dimensão C (Saúde e nutrição) é representada por indicadores de acesso aos serviços de cuidados médicos, tempos de espera para aceder a esses serviços, indicadores que traduzem



o estado de saúde actual das crianças e dos seus pais, bem como indicadores que reflectem a segurança alimentar.

A dimensão D (Habitação) recorre a indicadores que traduzem as condições internas (por exemplo, se o alojamento deixa entrar água, tem luz suficiente, possui aquecimento adequado, etc.) e externas do alojamento (por exemplo, se o alojamento está situado numa zona pouco segura, num bairro degradado, etc.), bem como a existência de determinados bens de conforto.

A dimensão E (Segurança social e económica) permite avaliar a existência de meios que assegurem a segurança económica da criança (por exemplo, viver num agregado com indivíduos em idade activa em que nenhum está empregado, posição relativa do rendimento equivalente da criança, capacidade para fazer face à globalidade das despesas, etc.).

A dimensão F (Identidade e meio Familiar) é representada por indicadores que permitem avaliar se a identidade da criança está reconhecida (nome, nacionalidade, língua, cultura, religião) e, por outro lado, se a criança vive em meio familiar.

A dimensão G (Liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião) possibilita avaliar se a criança é livre de se expressar, de praticar a sua religião, cultura e de se manifestar sobre todos os assuntos que lhe digam respeito.

Na dimensão H (Liberdade de associação e de reunião), recorre-se a indicadores que permitem avaliar a liberdade de assistir e/ou participar em diversas actividades recreativas, associativas ou de voluntariado, bem como a liberdade de se reunir com amigos e familiares.

A dimensão I (Justiça) assenta em indicadores que traduzem a situação das crianças em caso de administração da justiça de menores, verificando, por um lado, se os princípios aplicáveis ao processo tutelar estão a ser ou não cumpridos de forma a realizar o direito das crianças à justiça e, por outro, se a criança tem algum tipo de apoio no âmbito de processos tutelares.

A dimensão J (Protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência e exploração) recorre a indicadores que conseguem averiguar se existem situações de violência, maus-tratos, negligência e exploração, em particular a exploração económica das crianças.

Na dimensão L (Protecção contra práticas perigosas), os indicadores procuram verificar se a criança está sujeita a algum tipo de prática tradicional perigosa, as quais resultam geralmente de escolhas forçadas, e se existe algum tipo de acto ilícito relacionado com estupefacientes e

substâncias psicotrópicas, bem como outro tipo de consumos prejudiciais ao bem-estar das crianças.

Por último, os indicadores da dimensão M (Tempos livres) pretendem analisar se as crianças estão efectivamente a realizar o seu direito ao lazer, à cultura e ao descanso, através, por exemplo, da possibilidade de terem férias, de receberem ou fazerem visitas a casa de amigos e familiares, bem como participarem em diversas actividades de lazer.

Convém, no entanto, chamar a atenção para dois principais aspectos. O primeiro tem a ver com a necessidade de submeter o conjunto alargado de indicadores a uma discussão e apreciação mais aprofundada, com o objectivo tanto de acrescentar indicadores para algumas das dimensões sub-representadas, como de efectuar uma selecção mais restrita em dimensões com um maior número de indicadores. O recurso a técnicas de estatística multivariada é fundamental na selecção dos indicadores mais relevantes para a medição da privação infantil. Nolan e Whelan (1996) recorreram à análise factorial e, mais recentemente Moisis (2005), recorreu aos modelos de classes latentes para proceder à selecção dos indicadores mais relevantes para a privação.

O segundo aspecto está relacionado com a necessidade de aprofundar o conhecimento de algumas dimensões de bem-estar de natureza mais sensível, a qual dificulta a construção de indicadores directos sobre determinadas realidades. É o caso da dimensão da Justiça e da dimensão de protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração.

## **(ii) Avaliação da unidade de observação**

Após a selecção dos indicadores, o passo seguinte consiste em definir, para cada um desses indicadores, o ponto a partir do qual se está ou não em situação de privação, ou seja, as dimensões que traduzem privação e a sua ausência. A proposta apresentada no anexo IV foi construída de forma a considerar diferentes graus de pertença ao conjunto de privação de cada indicador seleccionado. Note-se, contudo, que a definição de graus de privação não está totalmente isenta de juízos de valor por parte do investigador. Seria importante promover uma discussão mais aprofundada com investigadores de várias áreas científicas, no sentido de tomar decisões conjuntas nalgumas das áreas.

A maioria dos indicadores permite diferenciar as crianças nas situações de ausência de privação (grau de pertença 0 ao grupo de privação), de privação total (grau de pertença 1 ao

grupo de privação) e privação parcial (graus de pertença diferenciados ao grupo de privação situados entre 0 e 1). Os restantes indicadores dizem respeito a variáveis dicotómicas, ou seja, distinguem-se apenas em duas dimensões: ausência de privação e privação total.

De acordo com a abordagem de Cheli e Lemmi (1995) assente na Teoria Totally Fuzzy and Relative, é possível observar o comportamento social da população em estudo, evitando a definição, na maioria das vezes arbitrária, de padrões mínimos e máximos de privação para os indicadores.

Desta forma, especificam-se diferentes funções de pertença de acordo com o carácter qualitativo ou quantitativo (discretos ou contínuos) dos indicadores. A função de pertença mais simples diz respeito aos indicadores de carácter dicotómico, ocorrendo apenas duas situações: ausência de privação e privação total (ver anexo III). Por exemplo, o atributo Criança que frequenta o ensino básico obrigatório tem como opções de resposta sim e não, significando respectivamente, a ausência de privação (grau de pertença 0 a todos os indivíduos que tenham esta resposta) e privação total (grau de pertença 1 a todos os indivíduos que tenham esta resposta).

A função de pertença não se revela tão simples quando os indicadores são politómicos (ver anexo III). Isto significa que, para um dado indicador, existe mais do que uma possibilidade de resposta, que por sua vez, leva a diferentes graus de pertença ao conjunto de privação dos indivíduos. Os diversos graus podem ser ordenados de forma crescente de privação. Por exemplo, o atributo acesso a computador e à internet tem as seguintes opções de resposta: possui computador pessoal e ligação à internet em casa; possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa, mas consegue aceder gratuitamente à internet noutro local (escola, biblioteca pública, etc.); possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa e não consegue aceder gratuitamente à internet noutro local; não possui computador nem ligação à internet em casa, mas consegue aceder a ambos gratuitamente noutro espaço; não possui computador nem acesso à ligação internet em casa bem como não consegue aceder a ambos noutro espaço. A primeira opção traduz a situação de ausência de privação (grau de pertença 0), enquanto que a última opção evidencia uma situação de privação total. As restantes opções estão ordenadas, por ordem crescente, em situações de privação parcial (grau de pertença entre 0 e 1).

Por último, no caso em que os indicadores se referem a variáveis contínuas, a função de pertença é também dada por uma expressão específica, conforme se pode verificar no anexo III. É o caso, por exemplo, da variável rendimento por adulto equivalente.

### **(iii) Escolha do esquema de ponderação**

Outro dos passos essenciais consiste na ponderação a atribuir a cada indicador para que seja possível efectuar a agregação.

Muitos dos estudos sobre pobreza desenvolvidos na década de 70 e 80, por exemplo, os trabalhos de Townsend (1979), Mack e Lansley (1985) e Mayer e Jencks (1989), assentavam no pressuposto de que todos os indicadores tinham igual peso na privação. É na década de 90, a partir do estudo desenvolvido por Halleröd (1994), que surgem as primeiras propostas de utilização de um esquema de ponderação mais elaborado.

Os autores Cheli e Lemmi (1995), que desenvolveram a Teoria Fuzzy set e Totally Fuzzy and Relative, construíram ponderadores com base na transformação logarítmica da inversa da média das funções de pertença dos indicadores. Para os autores, essa constitui a melhor opção, uma vez que a transformação efectuada atenua a influência de valores extremos de privação. Esta opção pode estender-se à medição da privação infantil, à semelhança das opções tomadas no trabalho desenvolvido pelas autoras Bomba, Fernandes e Machado (2006). Apesar desta opção ser vista como a que mais se adequa ao estudo desta temática, existem outros tipos de transformações possíveis para se obter os ponderadores dos indicadores<sup>40</sup>.

O método escolhido implica que, na agregação, se atribui um maior peso ao indicador quando existe um número reduzido de crianças que estão privadas desse aspecto específico. Assim, assume-se que essas crianças em situação de privação, embora sejam poucas, elas estão numa posição muito mais desvantajosa face às crianças em geral.

### **(iv) Agregação dos indicadores**

A etapa seguinte consiste na agregação dos vários indicadores com vista a obter um Índice Agregado de Privação Infantil por grupo etário (IAPI).

Apesar de existirem diversas formas de proceder à agregação<sup>41</sup>, uma das opções possíveis seguida também em Bomba, Fernandes e Machado (2006), de acordo com Chiappero-Martinetti (1994), consiste na agregação através da média ponderada das funções de

---

<sup>40</sup> Ver maior detalhe em Martínez e Ruiz-Huerta (1999, 2000), Whelan et al. (2001a, 2001b), Muffels e Fouarge (2001), Nolan e Whelan (1996), Layte et al. (1999, 2000) e Hirschberg et al. (1991), citadas em Pérez-Mayo (2003, p.8).

<sup>41</sup> Ver em Miceli (1998).



pertença aos vários indicadores por dimensão de privação, resultando num Índice de Privação Infantil para a dimensão  $x$  relativa ao grupo etário  $i$  ( $IPI_{x,i}$ ). Este índice ajuda a entender quais são as dimensões que mais influenciam o bem-estar das crianças de acordo com o seu grupo etário. Esta análise é particularmente relevante no desenho de medidas de política dirigidas às crianças de diversas idades.

A soma dos Índices de Privação Infantil por dimensão relativa ao grupo etário permite obter o Índice Agregado de Privação Infantil por grupo etário ( $IAPi_i$ ):

$$\sum_{x=A}^Z IPI_{x,i} = IAPi_i$$

em que:

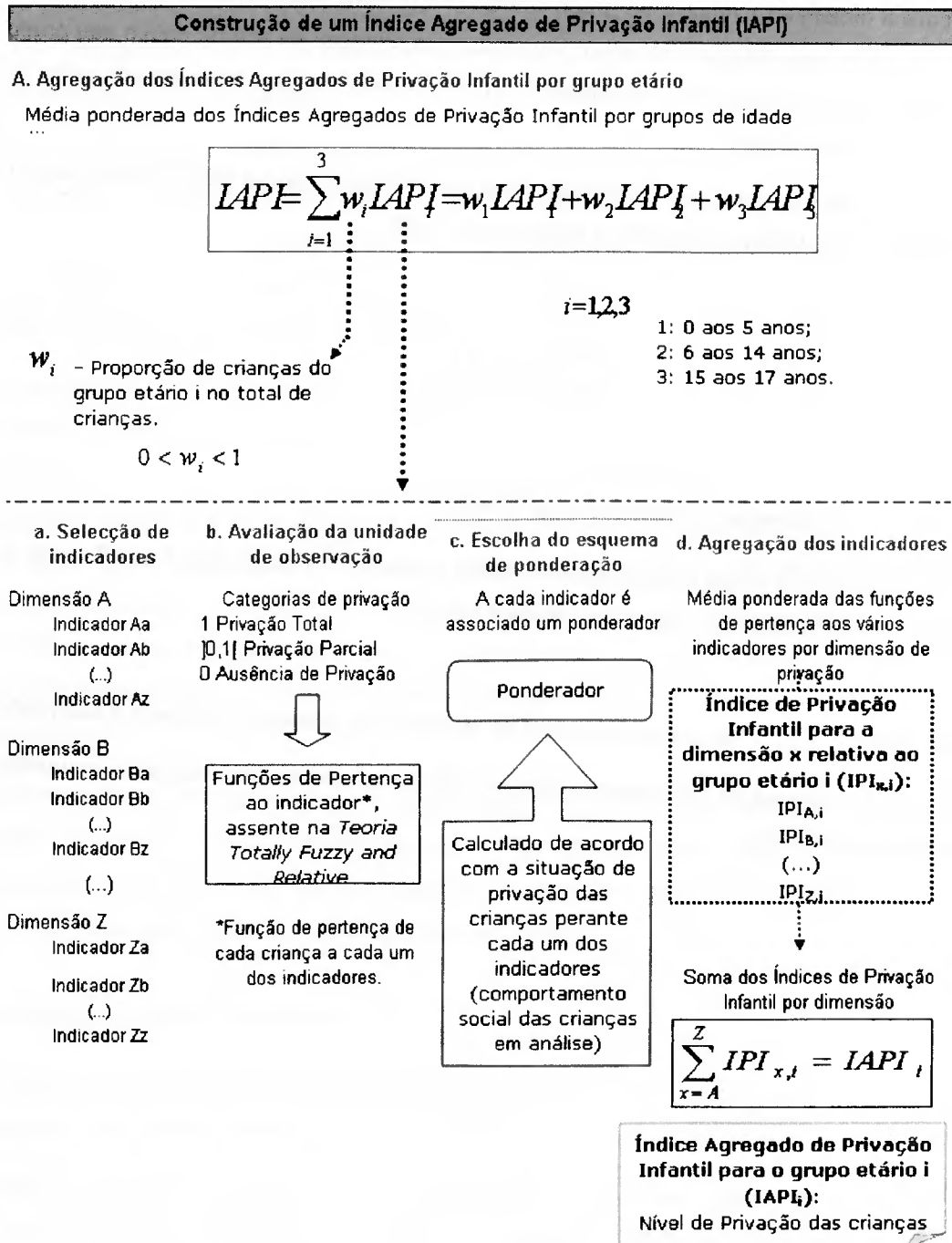
$x = A, B, C, D...Z$  representa a dimensão de bem-estar

$i = 1, 2, 3$  representa o grupo etário a que a criança pertence: 1 - grupo dos 0 aos 5 anos; 2 - grupo dos 6 aos 14 anos; 3 - grupo dos 15 aos 17 anos

Através do  $IAPi_i$ , é possível conhecer o nível de privação das crianças consoante a sua idade.

De seguida, apresenta-se um esquema síntese dos vários passos metodológicos inerentes à construção de um IAPI.

Figura nº 6 – Construção de um Índice Agregado de Privação Infantil



### 5.2.2 Determinação do Risco de Privação Infantil

Por último, interessa conhecer o **Risco de Privação Infantil (RPI)**, ou seja, a proporção de crianças em situação de privação. O RPI resulta da média ponderada dos Riscos de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  ( $RPI_i$ ), de acordo com a seguinte expressão:

$$RPI = \sum_{i=1}^3 w_i RPI_i = w_1 RPI_1 + w_2 RPI_2 + w_3 RPI_3$$

sendo  $0 < w_i < 1$ ,  $\sum_{i=1}^3 w_i = 1$  com  $i=1, 2, 3$  e  $RPI \in [0;1]$

em que:

$w_i$  representa a proporção de crianças do grupo etário  $i$  no total de crianças.

$i = 1, 2, 3$  corresponde ao grupo etário das crianças, designadamente: 1 - grupo dos 0 aos 5 anos; 2 - grupo dos 6 aos 14 anos; 3 - grupo dos 15 aos 17 anos.

Para determinar o Risco de Privação Infantil para o grupo etário  $i$  ( $RPI_i$ ), é necessário definir um limiar abaixo do qual as crianças estarão em risco de privação.

Uma das formas possíveis consiste em estabelecer limiares de forma semelhante ao que ocorre no estudo da pobreza monetária. Assim, seria possível calcular um Limiar de Privação através de uma proporção do Índice Agregado de Privação Infantil. Ainda que possa ser idêntico ao que se faz na medição da pobreza monetária, no caso do limiar de privação terá de existir um determinado ajustamento, na medida em que a função associada ao índice de privação das crianças é decrescente. Isto significa que as crianças estarão mais privadas quanto maior for o seu índice de privação (mais próximo de 1) e, pelo contrário, estarão menos privadas quanto menor for esse índice (mais próximo de 0).

No trabalho realizado por Bomba, Fernandes e Machado (2006) foram ensaiados quatro limiares de privação, designadamente, 130 por cento, 140 por cento, 150 por cento e 160 por cento do índice agregado de privação, tendo sido escolhido um limiar de 150 por cento do índice agregado de privação. A escolha teve por base a comparação com os limiares oficiais

no contexto da pobreza monetária, a percepção das famílias com maiores repercussões mediante as alterações nos limiares a considerar, a diferenciação do peso das dimensões de bem-estar para as famílias em risco de privação de acordo com os vários limiares e contextualização do fenómeno em Portugal (Ibid.).

No entanto, no contexto da medição da privação infantil, o cálculo de um limiar de privação constitui um dos aspectos que requer um maior aprofundamento. Constitui, de facto, um aspecto relevante na avaliação da situação de privação, mas que deve ser explorado convenientemente em análises posteriores que permitam ensaiar diversas hipóteses de limiares.

### **5.3 Fontes estatísticas disponíveis e principais limitações**

Em Portugal, a maioria dos estudos sobre pobreza, e em particular pobreza infantil, têm tido geralmente por base a informação existente no Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP), do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este inquérito está a ser substituído por outro designado por Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (ICOR<sup>42</sup>).

O ICOR inclui dados transversais e longitudinais, comparáveis entre os Estados membros da UE, que são produzidos anualmente (a partir de 2004), permitindo não só concretizar a análise unidimensional da pobreza, através do rendimento monetário, como também análises multidimensionais da pobreza, recorrendo ao conjunto diversificado de indicadores sobre as condições de vida dos indivíduos e das famílias.

Recorre-se também, por vezes, à informação proveniente do Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) do INE para complementar a análise unidimensional da pobreza, através de uma análise do rendimento total (monetário e não monetário) ou padrão de consumo (despesa). Além disso, o IOF permite análises regionais representativas (região NUTS II ou zona residencial).

No ICOR, a unidade estatística seleccionada é o alojamento<sup>43</sup> e a unidade de análise são os agregados domésticos privados<sup>44</sup> que residem em alojamentos familiares ocupados como

---

<sup>42</sup> Ou no acrónimo inglês designado por European Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC). A primeira vaga do SILC é de 2004, referente a rendimentos de 2003.

<sup>43</sup> O ICOR, bem como os restantes inquéritos mencionados, não contemplam os indivíduos que residem em alojamentos colectivos e a população sem abrigo.



residências principais. Os indivíduos (com idade igual ou superior a 15 anos) que fazem parte desse agregado são igualmente unidades de análise, na medida em que se pretende caracterizar a população em termos individuais e numa perspectiva longitudinal, recorrendo a informação sobre a sua situação no trabalho, rendimentos, educação, entre outra informação. A um terceiro nível, todos os indivíduos do agregado são caracterizados através de informação de base (idade, estado civil, etc.).

Numa análise multidimensional da pobreza, interessa sobretudo a informação que o ICOR disponibiliza sobre as condições de vida, apesar da componente de rendimentos constituir o principal peso deste inquérito. O ICOR disponibiliza informação básica, ao nível individual, sobre todos os indivíduos que compõem o agregado, independentemente da idade, designadamente dados demográficos. No entanto, a restante informação sobre as condições de vida (trabalho, educação e formação, saúde, relações sociais, grau de satisfação face a diversas componentes) é obtida somente através dos indivíduos de idade superior ou igual a 15 anos.

Neste contexto, a pobreza infantil é analisada geralmente através da observação dos agregados familiares onde se inserem as crianças. A análise detalhada sobre as crianças, enquanto unidade de análise, é fortemente restrita pelas próprias limitações do ICOR. O principal desafio na análise da pobreza infantil seria conseguir deslocar a unidade de análise para os indivíduos dos 0 aos 17 anos.

Por outro lado, ainda que o ICOR disponha de uma variedade de indicadores de condições de vida, não contempla determinadas realidades essenciais numa análise multidimensional da pobreza infantil, de acordo com o conceito desenvolvido nesta dissertação.

Um dos principais desafios seria o de desenvolver um inquérito em que a criança constituísse a unidade de análise principal e, através do qual, fosse possível recolher um conjunto alargado de informação sobre o bem-estar das crianças. A partir desta informação, seria possível conhecer as principais áreas de privação infantil<sup>44</sup>. Numa segunda via de análise, estariam os indivíduos do agregado ou equivalente<sup>45</sup>, aos quais a criança tem ligação.

---

<sup>44</sup> Agregado doméstico privado (ADP) consiste no conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou o indivíduo que ocupa integralmente um alojamento, ou que partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. Pertencem ao ADP os domésticos que coabitam no alojamento (CSE nº159, INE).

<sup>45</sup> O estudo de caso nas regiões da Grande Lisboa e do Algarve, designado por Inquérito à Privação das Famílias (IPF), desenvolvido em Bomba, Fernandes e Machado (2006a), é um bom exemplo de um trabalho que procurou colmatar algumas lacunas impostas pelo PEADP, nomeadamente a ausência de informação relativamente, por

Convém, no entanto, salientar que a concepção da amostra para este tipo de inquérito comporta alguma complexidade perante a necessidade de representatividade dos dados a nível nacional. Recorrer a dados administrativos (por exemplo, a base de dados sobre o abono de família) poderia ser uma opção que permitisse, mais facilmente, construir a amostra pretendida.

Importa referir que a construção de um inquérito com as características referidas seria extremamente útil para testar a operacionalidade do desenvolvimento dos índices apresentados nos pontos anteriores.

---

exemplo, ao acesso à saúde, ao acesso a transportes, certas vertentes das redes de sociabilidade ou mercado de trabalho. Os dados recolhidos através do IPF permitiram a mensuração da privação das famílias portuguesas nessas duas regiões.

<sup>46</sup> Quando se fala em indivíduos do agregado ou equivalente significa que as crianças podem estar inseridas noutro tipo de agregados que não os que residem em alojamentos privados. É o caso por exemplo das crianças que vivem em alojamentos colectivos, alojamentos móveis ou população sem abrigo.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como principal objectivo construir um conceito de pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos das crianças, a partir do qual se pretende contribuir para a reflexão teórica em termos de conceptualização e medição do fenómeno.

O ponto de partida desta dissertação consistiu na formulação de três questões fundamentais, às quais se procurou responder: (1) Quais são as especificidades da criança e da infância que justificam o estudo da pobreza infantil de forma autónoma ao da pobreza em geral?; (2) Qual o conceito de pobreza infantil?; (3) Quais os indicadores mais relevantes para medir situações de pobreza infantil segundo esse conceito?

Nesta dissertação, a criança é considerada como a unidade de observação, significando que a pobreza infantil é analisada de forma autónoma à da pobreza em geral. Isto pressupõe compreender as múltiplas facetas do problema que interfere com o bem-estar das crianças. A conceptualização da pobreza, nestes termos, colocou outro grande desafio: o de propor uma metodologia adequada para quantificar o fenómeno. A opção ao nível conceptual tem, de facto, repercussões na metodologia de medição do fenómeno, na medida em que é necessário recorrer a um conjunto de indicadores chave que traduzam as múltiplas dimensões de privação das crianças.

A análise efectuada no capítulo 1 consistiu na identificação das especificidades das crianças e da infância na sociedade actual no sentido de justificar o estudo da pobreza infantil de forma independente do estudo da pobreza em geral. Actualmente, as crianças têm um estatuto próprio, distinto dos adultos, afastando-se de épocas passadas em que a criança era vista à luz das necessidades das suas famílias e da sociedade. Para esta mudança tem contribuído o conhecimento produzido ao nível da psicologia, sociologia, biologia, educação, entre outras áreas científicas.

Todas as sociedades têm o seu entendimento do conceito de criança e de infância, embora possam existir diferenças no que se refere à duração da infância (quando termina), à sua natureza (características) e ao seu significado (importância). A opção sobre cada um dos aspectos determina a concepção de infância numa dada sociedade.

As sociedades contemporâneas vêem as crianças como cidadãos e, como tal, possuem direitos. A tónica colocada nos direitos alerta para o facto de que existem necessidades que

estão consagradas na lei através de direitos humanos fundamentais. Esta ideia tem vindo a ganhar importância nos discursos actuais sobre o bem-estar das crianças.

O apelo aos direitos tem como principal suporte a Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1989). A Convenção constituiu o primeiro tratado internacional de direitos humanos a apresentar um padrão universal de direitos, direccionado às crianças, num único instrumento legal. Traduziu, desta forma, o culminar de um processo de reconhecimento dos direitos da criança e do estatuto especial da infância.

De acordo com a Convenção, a criança é entendida, nesta dissertação, como o ser humano menor de 18 anos, coincidente em Portugal com a idade em que se atinge a maioridade. Contudo, importa salientar que esta fase da vida, designada por infância, diz respeito a um conjunto de períodos que se relacionam entre si. Inclui, por exemplo, a fase da adolescência enquanto transição fundamental para a vida adulta. Ao longo da dissertação recorreu-se à designação de criança e infância por motivos de simplificação e razões práticas, estando implícito que inclui os mais jovens na sua fase de transição para o mundo dos adultos.

Ao centrar a investigação na criança, enquanto unidade de análise, não significou menosprezar o contexto familiar em que as crianças vivem, na medida em que é reconhecido o seu valor no bem-estar das crianças.

O capítulo 2 colocou em evidência alguns dos estudos mais relevantes sobre pobreza infantil, realizados em Portugal, apresentando dados actuais sobre o fenómeno. No contexto da UE e dos países da OCDE, Portugal regista os níveis mais elevados de pobreza infantil.

No estado da arte da investigação sobre pobreza infantil, os estudos são escassos e os que existem não permitem um conhecimento aprofundado do problema. A maioria dos dados estatísticos actuais resulta de uma abordagem unidimensional, centrada nos recursos económicos (rendimento ou despesa) das famílias em que se inserem as crianças para medir o fenómeno (abordagem indirecta).

Importa reconhecer que existem outras dimensões, além da componente monetária, que são igualmente relevantes para o estudo da pobreza infantil. É o caso, por exemplo, do acesso à educação, à saúde, à habitação e à participação, dimensões que constituem direitos fundamentais das crianças. Neste sentido, é necessário um conceito amplo de pobreza infantil que integre as múltiplas dimensões de bem-estar das crianças.

A identificação da pobreza infantil como um estado de privação múltipla pode ter implicações determinantes nas decisões políticas, particularmente no contexto da política social. A

pluridimensionalidade do problema reflecte-se nos objectivos da política social, os quais terão de ser mais alargados, recorrendo a estratégias abrangentes e integradas para reduzir a pobreza infantil.

No capítulo 3, apresentou-se o conceito de pobreza infantil, na perspectiva dos direitos humanos, como uma abordagem científica distinta das que têm vindo a ser realizadas até ao momento.

Nesta dissertação, a pobreza é entendida como a negação dos direitos humanos fundamentais das crianças, resultante da escassez ou ausência de recursos económicos, materiais, espirituais e emocionais. De acordo com este conceito, a pobreza infantil pode ser encarada como um estado de privação em termos de bem-estar, sendo esse bem-estar definido em função de um conjunto de direitos humanos fundamentais. Como já foi referido, esses direitos formalizam as necessidades essenciais das crianças.

As crianças estão em situação de pobreza quando o seu bem-estar realizado, ou seja, a efectivação dos direitos, é inferior ao bem-estar mínimo identificado em função de um conjunto de direitos humanos fundamentais.

Colocar a tónica nos direitos, pressupôs, não só quebrar com a análise tradicional da pobreza, como também interligar novos conceitos, tais como, a relação entre os direitos e as necessidades e capacidades, a correspondência entre os direitos e o desenvolvimento, bem como a ligação destes conceitos com a pobreza infantil.

Importa referir que, além da atenção especial que as organizações internacionais (em particular a UNICEF) têm dedicado a estas questões, existem alguns investigadores que se têm debruçado sobre o assunto, produzindo os principais estudos sobre a pobreza infantil na perspectiva dos direitos. Embora estes estudos tenham sido aplicados aos países em vias de desenvolvimento (Gordon et al., 2003), há que reconhecer que constituíram fonte de inspiração teórica para esta investigação.

Além disso, outro dos principais contributos refere-se à abordagem de Amartya Sen que também serviu para justificar a construção do conceito de pobreza infantil na perspectiva em análise. De acordo com o autor, a pobreza é identificada como a privação das capacidades básicas das pessoas. Se a realização dessas capacidades está dependente das liberdades individuais que permitem às pessoas escolher o tipo de vida que valorizam, essas liberdades, enquanto liberdades instrumentais, contemplam diferentes tipos de direitos, oportunidades que

contribuem para o alargamento da liberdade humana e consequentemente, melhorar o bem-estar.

A correspondência efectuada entre as capacidades individuais e as liberdades substanciais foi associada à ideia de capacidade-direitos e obrigações, permitindo, assim, que a pobreza seja conceptualizada em função dos direitos. Neste sentido, não só as liberdades, mas também os direitos formalizam aquilo que as pessoas devem ter ou as condições que devem existir para que consigam, de facto, realizar o seu bem-estar.

Uma das mais valias do enfoque nos direitos reside no facto de gerar obrigações e exigir acções, bem como conferiu aos indivíduos o poder de reivindicar os seus direitos junto dos principais responsáveis. Ainda que as crianças, na maioria das situações, não possam por si próprias reclamar os seus direitos, exige-se garantias de protecção especial às crianças para que essa reivindicação ocorra. Veja-se o caso de Portugal, em que a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, embora tenha surgido com um desfasamento temporal face a outros instrumentos jurídicos internacionais, entrou em vigor em 1999 com o objectivo de regular a intervenção do Estado e outros agentes na promoção dos direitos e protecção da criança em perigo.

Ainda que a pobreza infantil na perspectiva dos direitos humanos seja uma abordagem abrangente, ela constitui uma das melhores formas para compreender as diversas causas e consequências da pobreza infantil (antítese dos direitos humanos fundamentais das crianças), sendo crucial na fundamentação de estratégias de combate à pobreza infantil.

Como já foi referido, a pobreza pode ser encarada como um estado de privação múltipla, na medida em que se refere a diversos tipos de direitos. Tendo por base a Convenção sobre os Direitos da Criança, consideraram-se os seguintes direitos humanos, organizados em três principais domínios, conforme se apresenta de seguida: a) no domínio da provisão, integrou-se a educação, a informação, a segurança social e económica, a saúde, a nutrição e a habitação; b) no domínio da protecção, contemplou-se a protecção contra maus-tratos, violência, negligência, protecção contra a exploração económica, protecção contra a venda, tráfico, exploração sexual e outras formas de exploração, protecção contra práticas perigosas, protecção contra conflitos armados e, por último, a justiça; c) no domínio da participação, incluiu-se a liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião, a liberdade de associação e de reunião pacífica e, finalmente, os tempos livres e descanso.

Os princípios da não discriminação, do interesse superior da criança e do direito à vida, à sobrevivência e ao desenvolvimento, são transversais a todos os direitos. Os direitos referidos foram integrados na conceptualização da pobreza infantil, através da reorganização em doze dimensões de privação das crianças, permitindo que a privação reflecta, desta forma, a natureza multidimensional das várias ameaças ao bem-estar das crianças. Concretamente, essas dimensões são as seguintes: (1) educação; (2) informação; (3) segurança social e económica; (4) saúde e nutrição; (5) habitação; (6) identidade e meio familiar; (7) protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração; (8) protecção contra práticas perigosas; (9) justiça; (10) liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião; (11) liberdade de associação e de reunião; (12) e tempos livres.

Os vários aspectos de privação estão inter-relacionados e são interdependentes, na medida em que a privação de um dos direitos pode impedir a realização de outros direitos e vice-versa, chamando a atenção para a indivisibilidade dos direitos humanos.

O capítulo 4, após uma breve contextualização histórica sobre os direitos das crianças, apresentou, em pormenor, o conteúdo e os objectivos fundamentais da Convenção sobre os Direitos da Criança, bem como procurou transpor esses direitos para a legislação portuguesa.

Embora a preocupação em torno dos direitos das crianças exista há já algum tempo, nomeadamente a partir da adopção da Declaração sobre os Direitos da Criança (1924), só mais tarde, através da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) foi possível conceder força jurídica aos direitos da criança e transformar obrigações de carácter moral, prevalecentes até esse momento, em obrigações de natureza legal. A Convenção destaca-se por ser um instrumento abrangente (refere-se a conjunto alargado de direitos), universal (aplica-se a todas as crianças do mundo), incondicional (exige dos países esforços máximos) e holístico (reconhece que todos os direitos são essenciais, indivisíveis, interdependentes e iguais).

Portugal tem acompanhado as tendências internacionais relativamente à evolução dos direitos humanos das crianças, ratificando os principais tratados, convenções e outros instrumentos jurídicos relevantes, integrando-os na legislação nacional. No entanto, receia-se que, nalguns casos, o desfasamento entre a legislação e a prática assumam ainda proporções elevadas.

Finalmente, o capítulo 5 teve como principal objectivo apresentar uma proposta de operacionalização do conceito de pobreza infantil com vista à medição do fenómeno. As abordagens desenvolvidas em torno da medição da pobreza infantil inserem-se em dois

principais tipos de medição: i) medição directa da pobreza infantil (em termos de bem-estar) e que nos leva ao conceito de privação infantil; ii) medição indirecta da pobreza infantil (assente no rendimento ou despesa), direccionando-nos para o conceito de pobreza infantil monetária.

Neste capítulo, procurou-se dar conta do processo metodológico que permite operacionalizar a medição directa da pobreza infantil com o objectivo de captar, para cada criança, a natureza multidimensional do fenómeno.

O processo para determinar as medidas específicas com vista à quantificação directa do fenómeno passa, por um lado, pela construção de índices agregados de privação infantil, os quais pressupõem várias etapas metodológicas, designadamente, a selecção de indicadores, a avaliação da unidade de observação, a determinação do esquema de ponderadores e a agregação dos indicadores. Salienta-se, em particular, a proposta de indicadores e a definição, para cada um deles, do ponto a partir do qual as crianças estão ou não em situação de privação. De forma a retirar vantagem da Teoria Fuzzy Set, a maioria dos indicadores seleccionados possibilitou a diferenciação das crianças em diferentes níveis de privação: ausência de privação, privação total e privação parcial. Por outro lado, a mensuração implica também a determinação de um limiar de privação abaixo do qual é possível identificar o número de crianças em risco de privação.

Esta proposta propõe a construção dos seguintes índices: um Índice Agregado de Privação Infantil, para medir o nível de privação das crianças; um Índice Agregado de Privação Infantil para cada grupo etário, para avaliar o nível de privação das crianças de acordo com a sua idade; um Índice de Privação Infantil por dimensão de bem-estar para cada grupo etário, com o objectivo de conhecer as dimensões de bem-estar que mais contribuem para as situações de privação infantil em cada grupo etário; o Risco de Privação infantil, para determinar o número de crianças em risco de privação.

A dificuldade de obter informação directa sobre as condições de vida das crianças não permitiu testar a metodologia apresentada. Contudo, o seu valor reside sobretudo na sistematização metodológica e na apresentação de indicadores de privação, bem como de índices agregados de privação, que poderão vir a ser úteis em trabalhos futuros sobre a medição da pobreza infantil.

Por último, importa salientar que, ao longo do trabalho desenvolvido, surgiram algumas questões que podem revelar-se de bastante interesse para uma investigação futura, permitindo dar continuidade ao trabalho iniciado.



Um primeiro aspecto, relacionado directamente com o último capítulo desta dissertação, tem a ver com a possibilidade de desenvolver, no futuro, um estudo empírico para conhecer as várias dimensões de privação que sustentam o conceito de pobreza infantil. Fica em agenda a construção de um inquérito à privação das crianças e das suas famílias em Portugal, por exemplo, em formato de estudo de caso, para testar a metodologia de medição, passível de vir a ser aplicada posteriormente a todas as crianças.

Este tipo de estudo permitirá mostrar as potencialidades e as próprias limitações das medidas directas de privação. Além disso, pode revelar-se extremamente útil na avaliação do bem-estar das crianças e na monitorização da evolução da pobreza infantil, servindo para recolocar a problemática no centro das agendas políticas nacionais e europeias. A medição da privação nas suas múltiplas dimensões permite identificar as áreas de bem-estar mais problemáticas das crianças. A identificação das situações de privação coloca em evidência a ausência ou inadequação das políticas sociais existentes em Portugal.

De acordo com Pereirinha (1995), embora o carácter multidimensional do fenómeno da pobreza não coloque em causa as formas de organização da política social vigentes (políticas sectoriais, de natureza universal, e políticas categoriais, dirigidas a grupos específicos), requer, contudo, novas formas organizativas: políticas globais, permitindo acções globais sobre o problema da pobreza com vista a ultrapassar certas rupturas que outro tipo de políticas coloca. Além do mais, a identificação das principais dimensões de privação das crianças ajuda na prevenção do agravamento dessas situações ou do aparecimento de novas situações de privação.

Um segundo, e último aspecto, refere-se ao interesse em desenvolver uma análise aprofundada das políticas sociais existentes em Portugal, procurando saber até que ponto essas políticas formam uma estratégia adequada ao combate da pobreza infantil em Portugal. Inclui-se nesta análise, a avaliação do impacto das políticas sociais no combate à pobreza infantil, através, por exemplo, de modelos de micro-simulação que podem contribuir tanto para a reformulação dos instrumentos de política, como para o desenvolvimento de novas políticas com vista à redução do problema.

É notável o papel que Portugal teve durante a sua Presidência da UE, em 2000, na área das políticas sociais. Destaca-se, em particular, o esforço nacional para realizar os objectivos da estratégia europeia para a inclusão social. O Plano Nacional de Acção para a Inclusão, enquanto parte dos resultados dessa estratégia, tem permitido a cada Estado membro apresentar a sua estratégia específica para fazer face à problemática da pobreza. No entanto,

em Portugal, desde o primeiro PNAI (2001-2003), que é visível a fragilidade, ou quase ausência, da estratégia nacional para fazer face à natureza multidimensional da pobreza infantil.

No início do século XXI, esta realidade contrasta fortemente com o compromisso europeu e internacional de erradicação da pobreza infantil, solicitando um novo esforço das ciências sociais para denunciar o problema em Portugal. De facto, esta pode ser uma das principais formas para incitar a vontade de intervir por parte dos principais responsáveis.

## BIBLIOGRAFIA

- Albuquerque, C. (2000), As Nações Unidas, A Convenção e o Comité, Documentação e Direito Comparado, nº83/84, pp. 23-54.
- Ahdar, R. (2002), The Child's Right to a Godly Future, The International Journal of Children's Rights, 10, pp. 89-107.
- Alderson, P. (2000), Young Children's Rights, London, Save the Children.
- Almeida, J., Capucha, L., Costa, A., Machado, F., Nicolau, I. e Reis, E. (1994), Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Lisboa, Celta Editora.
- Archard, D. (2004), Children: Rights and Childhood, London, Routledge.
- Ariès, P. (1962), Centuries of Childhood, London, Cape.
- Atkinson, A. B. (1987), Income Maintenance and Social Insurance, in: Auerbach, A. J. e Feldstein, M. (ed.), Handbook of Public Economics, Edition 1, Vol. 2, pp. 779-908.
- Atkinson, A. B., Cantillon, B., Marlier, E. e Nolan, B. (2002), Social Indicators □ The EU and Social Inclusion, Oxford, Oxford University Press.
- Atkinson, A. B., Cantillon, B., Marlier, E. e Nolan, B. (2005), Taking Forward the EU Social Inclusion Process, An Independent Report Commissioned by the Luxembourg Presidency of the Council of the EU, CEPS/INSTEAD.
- Banco Mundial (2000), Novo Relatório do Banco Mundial Urge Abordagem Mais Ampla para Reduzir a Pobreza: Oportunidades, Fortalecimento e Segurança são cruciais, Comunicado à Imprensa, nº 2001/042/S, Washington, Banco Mundial.
- Bastos, A. (1998), Pobreza e Desenvolvimento, Cadernos de Economia, 42, Lisboa, ISEG/UTL.
- Bastos, A. (1999), Pobreza Infantil: Ensaio de Conceptualização e Medição com Aplicação a uma Zona Urbana em Portugal, Tese de Doutoramento em Economia, Lisboa, ISEG/UTL.
- Bastos, A. (2004), New Methods for Researching Child Poverty: Cross-National Learning from a Portuguese Case Study, 4th Seminar □ Researching Family and Childhood from a European Welfare Perspective □ Economic & Social Research Council, Tallinn.
- Bastos, A., Fernandes, G. e Passos, J. (2004), Child Income Poverty and Child Deprivation: An Essay on Measurement, International Journal of Social Economics, Vol. 31, nº11/12, pp. 1050-

1060.

Bastos, A. e Nunes, F. (2006), Child Poverty in Portugal □ Dimensions and Persistence, Working Paper, Lisboa, CEMAPRE/CISEP.

Beeckman, K. (2004), Measuring the Implementation of the Right to Education: Educational versus Human Rights Indicators, *The International Journal of Children's Rights*, 12, pp. 71-84.

Bomba, T., Fernandes, R. e Machado, C. (2006), Medição da Privação - Abordagem Metodológica, in: Neves, A. (ed.), *Protecção Social*, Lisboa, DGEEP/MTSS.

Bomba, T., Fernandes, R. e Machado, C. (2006a), A Privação nas Regiões da Grande Lisboa e Algarve (estudos de caso em 2004), in: Neves, A. (ed.), *Protecção Social*, Lisboa, DGEEP/MTSS.

Bomba, T., Fernandes, R. e Machado, C. (2006b), Desigualdade e Pobreza Monetária em Portugal (1995 □ 2001), in: Neves, A. (ed.), *Protecção Social*, Lisboa, DGEEP/MTSS.

Bourdieu, P. e Champagne, P. (1993), *Les Exclús de L'interieur*, in: Bourdieu, P. (ed.), *La Misère du Monde*, Paris, Seuil.

Bourguignon, F. e Chakravarty, S. (2003), The Measurement of Multidimensional Poverty, *Journal of Economic Inequality*, Vol.1, pp. 25-49.

Black, M. (1998), Basic Education, A Vision for the 21<sup>st</sup> Century, Summary Report, Florence, UNICEF International Child Development Centre.

Bradbury, B. (2000), Child Poverty in Comparative Perspective, in: Gordon, D. e Townsend, P. (eds.), *Breadline Europe: The Measurement of Poverty*, Bristol, The Policy Press, pp. 223-250.

Bradbury, B. (2003), *Child Poverty: A Review*, Policy Research Paper, nº 20, Canberra, Social Policy Research Centre, University of New South Wales.

Bradshaw, J. (2005), Child Poverty and Deprivation, in: Bradshaw, J. e Mayhew, E. (eds.), *The Well-being of Children in the UK*, London, Save the Children, pp. 35-64.

Callan, T., Nolan, B., Whelan, B.J., Hannan, D.F. e Creighton, S. (1989), *Poverty, Income and Welfare in Ireland*, General Research Series, nº146, Dublin, The Economic and Social Research Institute.

Campbell, T. (2003), Poverty as a violation of human rights: Inhumanity or Injustice, Working Paper, 9, Centre for Applied Philosophy and Public Ethics.

Cappellari, L. e Jenkins, S. (2004), Summarising Multiple Deprivation, Paper Prepared for the 28<sup>th</sup> General Conference of the International association for Research in Income and Wealth, Cork.

Capucha, L. (2005), Desafios da Pobreza, Lisboa, Celta Editora.

Casas, F. (1997), Children s Rights and Chidren s Quality of Life: Conceptual and Practical Issues, Social Indicators Research, 42, pp. 283-298.

Ceroli, A. e Zani, S. (1990), A Fuzzy Approach to the Measurement of Poverty , in: Dagum, C. e Zenga, M. (eds), Studies in Contemporary Economics, Berlin, Springer Verlag, pp. 272-284.

Cheli, B. e Lemmi, A. (1995), A Totally Fuzzy and Relative Approach to the Multidimensional Analysis of Poverty, Economic Notes, Vol. 24, n°1, pp.115-133.

Chiappero-Martinetti, E. (1994), A New Approach to Evaluation of Well-being and Poverty by Fuzzy Set Theory, Giornale Degli Economisti e Annali Di Economia, 7-9, pp. 367-388.

Chinkin, C. (2002), The United Nations Decade for the Elimination of Poverty: What s Role for International Law? Current Legal Problems 2001, Oxford, Oxford University Press.

Coleman, J. (1990), Foundations of Social Theory, Cambridge, Harvard University Press.

COM (2005), Objectivos Estratégicos 2005-2009: Europa 2010: Uma Parceria para a Renovação Europeia, Prosperidade, Solidariedade e Segurança, Comunicação da Comissão das Comunidades Europeias, 12 final, Bruxelas.

COM (2006), Towards an EU Strategy on the Rights of the Child, Communication from the Commission of the European Communities, 367 final, Brussels.

Comissão Europeia (2005), Agenda Social 2005-2010: Uma Europa Social na Economia Global, Empregos e Oportunidades Para Todos, Direcção-Geral de Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, CE.

Comité dos Direitos da Criança (1996), Report of Portugal on Follow-up to the World Summit for Children, Relatório Inicial apresentado ao Comité dos Direitos das Crianças, CDC/UN. (<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/portugal-relatorios.html#f>)

Comité dos Direitos da Criança (2001), Report of Portugal on Follow-up to the World Summit for Children, Segundo Relatório Periódico apresentado ao Comité dos Direitos das Crianças, CDC/UN. (<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/portugal-dh/portugal-relatorios.html#f>)

- Corak, M. (2005), Principles and Practicalities in Measuring Child Poverty For The Rich Countries, Innocenti Working Paper, 01, UNICEF Innocenti Research Centre.
- Costa, A. (1984), Conceito de Pobreza, Estudos de Economia, Vol IV, nº 3, pp. 275-294.
- Costa, A. (1993), The Paradox of Poverty, Portugal 1980-1989, Phd. Thesis, University of Bath.
- Costa, A. et al. (1985), A Pobreza em Portugal, Lisboa, Cáritas Portuguesa.
- CRC (2001), Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention□ Portugal, Periodic Reports CRC/C/65/Add.11, CRC/UN.
- Council of the EU (1990), Explanatory Report to the European Convention on the Exercise of Children's Rights, Brussels.
- Council of the EU (2006), Presidency Conclusions of the Brussels European Council (23/24 March), Cover Note from Presidency to Delegations 7775/06, Brussels.
- Council of Europe (2006a), Changes in Parenting: Children Today, Parents Tomorrow, Final Communique and Political Declaration at the Conference of European Ministers Responsible For Family Affairs, Lisboa, 16-17 May.
- Council of Europe (2006b), Droits Des Enfants En Situation De Risque Et Enfants Places, Conference of European Ministers Responsible For Family Affairs, Lisboa, 16-17 May.
- Davis, J. e Ridge, T. (1997), Same Scenery, Different Lifestyle: Rural Children on Allow Income, London, The children's Society.
- David, P. (2002), Implementing the Rights of the Child Six Reasons Why the Human Rights of Children Remain a Constant Challenge, International Review of Education, 48, pp. 259-263.
- Desai, M. e Shah, A. (1988), An Econometric Approach to the Measurement of Poverty , Oxford Economic Papers, 40, pp. 505-522.
- Detrick, S. (2000), A Children's Rights Bibliography Based on the Convention on the Rights of the Child, Florence, Innocenti Publications.
- Dewilde, C. (2003), The Multidimensional Measurement of Poverty in Belgium and Britain: A Categorical Approach, Social Indicators Research, 68, pp. 331-369.
- Dewilde, C. e Vranken, J. (2005), Mesure Multidimensionnelle de la Pauvreté Au Sein De L'Union Européenne: Une Approche Categorielle, Revue Belge de Securite Sociale, 1 trimestre, pp. 21-58.

Dickes, P. e Fusco, A. (2006), Rasch Model and Multidimensional Poverty Measurement, IRISS Working Paper Series, nº02, Luxembourg, CEPS/IRISS.

Duncan, G. (1994), The Economic Environment of Childhood, in Huston, A. C. (ed.), Children in poverty, Cambridge University Press.

Duncan, G., Yeung, W-J., Brooks-Gunn, J. e Smith, J. (1998), How Much Does Childhood Poverty Affect the Life Chances of Children, American Sociological Review, Vol. 63, nº3, p 406-423.

ECOSOC/CESCR, (2001), Poverty and the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, E/C.12/2001, 10 May.

Ennew, J. e Miljeteig, P. (1996), Indicators for Children's Rights: Progress Report on a Project, International Journal of Children's Rights, 4, pp. 213-236.

Esping-Andersen, G. (2001), Households, Families and Children, Paper prepared for the Research Committee 19 on Poverty, Social Welfare and Social Policy, Universidad de Oviedo, Espanha.

Euronet (2002), Developing a Coherent Approach to Child Poverty and Social Exclusion Across Europe, Report, Euronet.

Eurostat (2005), Income Poverty and Social Exclusion in the EU25, Statistics in focus, 13.

Eurostat (2005a), Material Deprivation in the EU, Statistics in focus, 21.

Fahey, T., Whelan, C., e Maître, B. (2005), First European Quality of Life Survey: Income Inequalities and Deprivation, Ireland, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Fajth, G. (2000), Regional Monitoring of Child and Family Well-Being: UNICEF's MONEE Project in CEE and the CIS in a Comparative Perspective, Economic and Social Policy Series, nº72, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

Feldman, R., Olds, S. e Papalia, D. (2001), O Mundo da Criança, 8ª edição, Lisboa, Mc Graw Hill.

Ferreira, J. et al. (1992), Exclusão Social - Factores e Tipos de Pobreza em Portugal, Oeiras, Celta Editora.

Ferreira, L. (1993), Pobreza em Portugal □ Variação e Decomposição de Medidas de Pobreza a Partir dos Orçamentos Familiares de 1980/81 e 1989/90, Estudos de Economia, XII, nº 4, pp

377-393.

Ferreira, L. (1994), Pobreza Infantil em Portugal na Década de Oitenta, Estudos de Economia, XIV, nº4, pp 451-464.

Ferreira, L. (1997), Teoria e Metodologia da Medição da Pobreza - Aplicação à Sociedade Portuguesa na Década de Oitenta, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISEG/UTL.

Ferreira, L. (2000), A Pobreza em Portugal na Década de Oitenta, Lisboa, Conselho Económico e Social.

Ferrera, M. (1996), The Southern Model of Welfare in Social Europe, Journal of European Social Policy, 6(1), pp. 17-37.

Franklin, B. (ed.) (2002), A Handbook of Children's Rights, London, Routledge.

Frayman, H., Mack, J., Lansley, S., Gordon, D. e Hills, J. (1991), Breadline Britain 1990s: The Findings of the Television Series, London, London Weekend Television.

Fundação Maria Guilhermina de Deus Ramos Soares Lopes (2003), Guia dos Direitos e Protecção da Criança, Lisboa, Fundação Maria Guilhermina de Deus Ramos Soares Lopes.

Gittins, D. (2004), The Historical Construction of Childhood, in: Kehily, M. (ed.), An Introduction to Childhood Studies, London, Mc Graw-Hill, pp. 25-38.

Gordon, D., Adelman, L., Ashwoth, K., Bradshaw, J., Levitas, R., Middleton, S., Pantazis, C., Patsios, D., Payne, S., Townsend, P. e Williams, J. (2000), Poverty and Social Exclusion in Britain, York, Joseph Rowntree Foundation.

Gordon, D., Nandy, S., Pantazis, C., Pemberton, S. e Townsend, P. (with Minujin, A., Vandemoortele, J. e Namazie, C.) (2001), Child Rights and Child Poverty in Developing Countries, Bristol, University of Bristol.

Gordon, D.; Nandy, S., Pantazis, C., Pemberton, S. e Townsend, P. (2003), The Distribution of Child Poverty in the Developing World, Report to UNICEF: Final Draft, New York, UNICEF.

Gordon, D., Nandy, S., Pantazis, C., Pemberton, S. e Townsend, P. (2003a), Child Poverty in the Developing World, Bristol, The Policy Press.

Gordon, D. e Pantazis, C. (eds.), (1997), Breadline Britain in the 1990s, Aldershot, Ashgate Publishing Ltd.



- Gordon, D., Pantazis, C., Townsend, P., Bramley, G., Bradshaw, J., Holmes, H. e Hallerod, B. (1995), *Breadline Britain in the 1990s: A Report to the Joseph Rowntree Foundation*, Bristol, Department of Social Policy and Planning, University of Bristol.
- Gordon, D. e Townsend, P. (eds.) (2000), *Breadline Europe: The measurement of Poverty*, Bristol, The Policy Press.
- Gordon, D. e Townsend, P. (2005), *Rights Based International Indicators: Poverty and the Rights of the Child*, Fórum Metagora, 24-25 Maio, OECD, Paris.
- Gough, I. (2000), *Global Capital, Human Needs and Social Policies. Selected Essays 1994-99*, Macmillan Pub Ltd.
- Goulart, P. (2002), *An Overview on Child Labour Determinants □ The Portuguese Case*, CISEP's Research Scholarship Programme, Lisboa, CISEP/ISEG.
- Granovetter, M. (1985), *Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddness*, *American Journal of Sociology*, Vol 91, nº 3, November.
- Halleröd, B. (1994), *Poverty in Sweden: A New Approach to the Direct Measurement of Consensual Poverty*, Umeå Studies in Sociology, Umeå University.
- Halleröd, B. (1995), *A New Approach to the Direct Consensual Measurement of Poverty*, SPRC Discussion Paper, nº50, SPRC.
- Hammarberg, T. (1997), *A School for Children With Rights*, Innocenti Lectures, Florence, UNICEF.
- Hanafin, S e Brooks, A.M. (2005), *Report on the Development of a National Set of Child Well-Being Indicators in Ireland*, The National Children's office.
- Hart, S. (2002), *Making Sure the Child's Voice is Heard*, *International Review of Education*, 48, pp. 251-258.
- Hirschberg, J., Maasoumi, E. e Slottje, J. (1991), *Cluster Analysis for Measuring Welfare and Quality of Life Across Countries*, *Journal of Econometrics*, 50, pp.131-150.
- Hussain, M. (2002), *Child Deprivation in the European Union*, EPAG Working Papers, nº38, Colchester, University of Essex.
- Hutton, S. (1991), *Measuring Living Standards Using Existing National Data Sets*, *Journal of Social Policy*, 20, pp. 237-257.
- ISSAS (1990), *La pauvreté en chiffres: L'Europe au Debut des Années 80*, Eurostat.

- James, A., Jenks, C. e Prout, A. (1998), *Theorising Childhood*, Cambridge, Polity Press.
- James, A. e Prout, A. (eds.) (1990), *Constructing and Reconstructing Childhood*, Basingstoke, Falmer Press.
- James, A. e Prout, A. (2004), *Constructing Childhood*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Jarvis, S. e Jenkins, S. (1998), How Much Income Mobility Is There in Britain?, *Economic Journal*, Vol. 108, pp. 428-43.
- Jenks, C. (1996), *Childhood (Key Ideas)*, London, Routledge.
- Jenks, C. (2004), *Constructing Childhood Sociologically*, in: Kehily, M. (ed.), *An Introduction to Childhood Studies*, London, Mc Graw-Hill, pp 77-95.
- Jonsson, U. (1993), *Nutrition and the United Nations Convention on the Rights of the Child*, Innocenti Occasional Papers Child Rights Series, 5, New York, UNICEF.
- Kehily, M. (ed.) (2004), *An Introduction to Childhood Studies*, London, Mc Graw-Hill.
- Kikelly, U. (1999), *The Child and the European Convention on Human Rights*, *The International Journal of Children's Rights*, 8, pp. 299-301.
- Klasen, S. (2001), *Social Exclusion, Children and Education* □ *Implications of a Right Based Approach*, *European Societies*, 3, pp.413-445.
- Laderchi, C., Saith, R. e Stewart, F. (2003), *Does It Matter That We Don't Agree on the Definition of Poverty? A Comparison of Four Approaches*, Working Paper, nº 107, Queen Elizabeth House, University of Oxford.
- Lansdown, G. (2001), *Promoting Children's Participation in Democratic Decision-Making*, Florence, UNICEF Innocenti Insight
- Lansdown, G. (2005), *The Evolving Capacities of the Child*, Florence, UNICEF Innocenti Research.
- Lavinas, L. (2003), *Pobreza e Exclusão: Traduções Regionais de Duas Categorias da Prática, Econômica*, Vol 4, nº1, pp. 25-59.
- Layte, R., Maître, B., Nolan, B. e Whelan, C.T. (1999), *Income Deprivation and Economic Strain*, EPAG Working Paper, nº5, Colchester, University of Essex.
- Layte, R., Maître, B., Nolan, B. e Whelan, C.T. (2000), *Explaining Levels of Deprivation in the European Union*, EPAG Working Paper, nº12, Colchester, University of Essex.

- Layte, R., Maître, B., Nolan, B. e Whelan, C.T. (2001), *Income Deprivation and Economic Strain: An Analysis of the European Community Household Panel*, EPAG Working Paper, nº5, Colchester, University of Essex.
- Layte, R., Nolan, B. e Whelan, C.T. (2001a), *Reassessing Income and Deprivation Approaches to the Measurement of Poverty in the Republic of Ireland*, *The Economic and Social Review*, Vol. 32, pp. 239-261.
- Leibfried, S. (1993), *Towards a European Welfare State?*, in: C. Jones (ed.), *New Perspectives on the Welfare State in Europe*, London, Routledge, pp. 133-156.
- Lenhart, V. e Savolainen, K. (2002), *Human Rights Education as a Field of Practice and of Theoretical Reflection*, *International Review of Education*, 48, pp. 145-158.
- Levy, D., Duncan, G. (2000), *Using Sibling Samples to Assess the Effect of Childhood Family Income on Completed Schooling*, JCPR WP, 168, Northwestern University/University of Chicago.
- Lopes, M. e Coelho, E. (2002), *Diferenças e Semelhanças entre o Uso do Tempo das Crianças e dos Adultos em Portugal*, *International Association of Time Use of Time Use Researchers Conference*, Lisboa.
- Mack, J e Lansley, S. (1985), *Poor Britain*, London, Allen & Unwin.
- Mansfield, M. (1986), *The Political Arithmetic of Poverty*, *Social Policy and Administration*, Vol. 20, nº1, pp.47-57.
- Marshall, T. (1950), *Citizenship and Social Class*, London, Pluto Press.
- Martínez, R. e Ruíz-Huerta, J. (1999), *Algunas Reflexiones sobre la Medición de la Pobreza. Una aplicación al Caso Español*, in Maravall, J. (ed.), *Dimensiones de la Desigualdad*, III Simposio sobre Igualdad y Distribución de la Renta y la Riqueza, Vol1, pp. 367-428, Madrid, Fundación Argentaria e Visor Editorial.
- Martínez, R. e Ruíz-Huerta, J. (2000), *Income, Multiple Deprivation and Poverty: An Empirical Analysis Using Spanish Data*, 26ª IARIW General Conference, Krakow.
- Max-Neef, M., Elizalde, A. e Hopenhayan, M. (1986), *Desarrollo a Escala Humana: Una Opción para el Futuro*, Upsala, CEP/AUR/Dag Hammars Foundation.
- Mayer, S. (1997), *What Money Can't Buy, Family Income and Children's Life Chances*, Cambridge, Massachusetts Harvard University Press.

- Mayer, S. e Jencks, C. (1989), Poverty and Distribution of Material Hardship, *The Journal of Human Resources*, Vol. 24, nº 1, pp. 88-114.
- Mayer, S. e Jencks, C. (1993), Recent Trends in Economic Inequality in the United States: Income vs. Expenditures vs. Material Well-being, in: Wolff, E. e Popademitrious, D. (eds.) *Poverty and Prosperity in America at the Close of the Twentieth Century*, New York, St. Martin's Press.
- McGregor, P. e Borooah (1992), Is Low Income or Low Expenditure a Better Indicator of Whether or Not a Household is Poor? Some Results From the 1985 Family Expenditure Survey, *Journal of Social Policy*, Vol. 21, nº 1, pp. 53-70.
- Mendes, J.P. (1994), *Introdução ao Estudo do Direito*, Lisboa, Pedro Ferreira.
- Miceli, D. (1998), Measuring Poverty Using Fuzzy Sets, Discussion Paper, nº 38, National Centre for Social and Economic Modelling, University of Canberra.
- Mickewright, J. e Stewart, K. (1999), Is the Well-Being of Children Converging in the European Union?, Working Paper, Florence, UNICEF International Child Development Centre.
- Minujin, A., Delamonica, E., Gonzalez, E. e Davidziuk, A. (2005), Children Living in Poverty: A Review of Child Poverty Definitions, Measurements and Policies, Desk Review Paper for UNICEF's Conference on *Children and Poverty: Global Context, Local Solutions*, New York.
- Miranda, J. e Silva, J. (2000), *Constituição da República Portuguesa*, Lisboa, Principia.
- Mizen, P., Pole, C. e Bolton, A. (2001), Why Be a School Age Worker?, in Mizen, P, Pole, C. e Bolton, A. (eds.), *Hidden Hands: International Perspectives on Children's Work and Labour*, London, Routledge Farmer, pp. 37-54.
- Moisio, P. (2004), Poverty Dynamics According to Direct, Indirect and Subjective Measures, Modelling Markovian Processes in a Discrete Time and Space With Error, Research Report, 145, Stakes, National Research and Development Centre for Welfare and Health.
- Moisio, P. (2005), A Latent Class Application to the Measurement of Poverty, IRISS-C/I Working paper, Florence, European University Institute.
- Mozzicafredo, J. (1997), *Estado Providência e Cidadania em Portugal*, Lisboa, Celta.
- MSST (2003), *Trabalho Infantil em Portugal 2001* □ *Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar*, Lisboa, SIETI/MSST.

Muffels, R. e Fouarge, D. (2001), Do European Welfare Regimes Matter in Explaining Social Exclusion? Dynamic Analysis of the Relationship Between Income Poverty and Deprivation: A Comparative Perspective, ESPE Conference, Athens.

Muffels, R. and Vrien, M. (1991) The Comparison of Definitions of Consumption Deprivation and Income Deprivation, Mimeo, Tilburg, Tilburg University.

Nações Unidas (2001), A Carta Internacional dos Direitos Humanos, Ficha Informativa sobre Direitos Humanos, nº2.

Nações Unidas (2002), Os Direitos da Criança, Ficha Informativa sobre Direitos Humanos, nº10.

NEF (2004), The Power and Potential of Well-Being Indicators: Measuring Young People's Well-Being in Nottingham, NEF Working Paper, NEF/Nottingham City Council.

Nolan, B. e Whelan, C. (1996), Resources, Deprivation and Poverty, Oxford, Clarendon Press.

North, D. (1990), Institutions, Institutional Change and Economic Performance, Cambridge, Cambridge University Press.

Nussbaum, M. (2000), Women and Human Development: A Study in Human Capabilities, Cambridge, Cambridge University Press.

Ochaíta, E. e Espinosa, A. (1997), Children's Participation in Family and School Life: A Psychological and Development Approach, The International Journal of Children's Rights, 5, pp. 279-297.

OECD (2005), Children's Environmental Health Indicators: A Survey, WPNEP(2004)16/Final, ENV/EPOC.

OHCHR (2002), Draft Guidelines: A Human Rights Approach to Poverty Reduction Strategies, New York, UN.

OHCHR (2004), Human Rights and Poverty Reduction □ A Conceptual Framework, New York, UN.

O Higgins e Jenkins, S. (1989), Poverty in Europe □ Estimates for 1975, 1980 and 1985, Paper Presented at the Seminar on Poverty Statistics in the European Community, 4-26 October, Noordwijk

OMS (2003), Investir na Saúde: Resumo das Conclusões da Comissão sobre Macroeconomia e Saúde, Genebra, OMS.

- Pahl, J. e Spencer, L. (1997), *Friends and Neighbours*, *New Statesman*, Vol 10, nº 472, pp. 36-37.
- Pais, M. (1999), *A Human Rights Conceptual Framework for UNICEF*, *Innocenti Essays*, nº9, Florence, UNICEF.
- Pereirinha, J. (1988), *Inequalities, Household Income Distribution and Development in Portugal*, Phd. Dissertation, Institute of Social Studies, The Hague, Netherlands.
- Pereirinha, J. (1993), *Observatory on National Policies to Combat Social Exclusion*, Portuguese Report, Lisboa, CISEP.
- Pereirinha, J. (1994), *Social Exclusion in Portugal: Situations, Processes and Policies*, CISEP.
- Pereirinha, J. (1995), *Pobreza e Exclusão Social: Fronteiras Conceptuais, Relevância para a Política Social e Implicações na sua Medida*, in Ferreira, J.M. et al. (eds.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Lisboa, Celta, capítulo 11, pp. 208-232.
- Pereirinha, J. (1999), *Exclusão Social em Portugal: Estudo de Situações e Processos e Avaliação de Políticas Sociais, Relatório de Investigação*, Lisboa, CISEP e CESIS.
- Pereirinha, J. (2002), *Fundamentos Sociais da Política Social: Necessidades, Problemas Sociais e Bem-Estar Social*, Aula 05 de Fundamentos da Política Social, ISEG, 24 de Outubro.
- Pérez, J. (1998), *El Niño Como Sujeito de Derechos: Una Visión del Niño para Leer la Convención*, *Actas del Seminario 7-8 Diciembre*, Bogotá.
- Pérez-Mayo, J. (2003), *Measuring Deprivation in Spain*, IRISS Working Paper nº 09, Luxemburgo, CEPS/INSTEAD.
- Perry, B. (2002), *The Mismatch Between Income Measures and Direct Outcome Measures of Poverty*, *Social Policy Journal of New Zealand*, 19.
- Phipps, S. (1999), *The Well-Being of Young Canadian Children in International Perspective*, LIS Working Paper, nº 197, New York, Maxwell School of Citizenship and Public affairs/ Syracuse University.
- Piachaud, D. (1981), *Peter Townsend and the Holy Grail*, *New Society*, 10 Sept, pp. 419-421.
- PNUD (2001), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 - Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova.
- Qvortrup, J. (1999), *Childhood and Societal Macrostructures*, Working Paper, 9, Denmark, The Departamento of Contemporary Cultural Studies, The University of Southern.

- Rensburg, L. (2005), A Rights-Based Approach to Poverty: The South African Experience, International Conference The Many Dimensions of Poverty, 29-31 August, Brasília.
- Ridge, T. (2002), *Childhood Poverty and Social Exclusion From a Child's Perspective*, Bristol, The Policy Press.
- Ringen, S. (1985), Toward a Third Stage in the Measurement of Poverty, *Acta Sociológica*, 28, pp. 99-113.
- Ringen, S. (1988), Direct and Indirect Measures of Poverty, *Journal of Social Policy*, Vol. 17.
- Robinson, M. (1997), *Realizing Human Rights: the Romanes Lecture*, Oxford, Clarendon.
- Robinson, M. (2002), *From Rhetoric to Reality: Making Human Rights Work*, Lecture at London School of Economics, 23<sup>rd</sup> October 2002.
- Rogers, C. M. e Wrigthsman, L. S. (1968) Attitudes Towards Children's Rights: Nurturance or Self Determination, *Journal of Social Issues*, Vol 34, nº 2, pp. 215-253.
- Rogers, W. (2004), Promoting Better Childhoods: Constructions of Child Concern, in: Kehily, M. (ed.), *An introduction to Childhood Studies*, London, Mc Graw-Hill, pp 125-144.
- Rosner, P. G. (2003), *The Economics of Social Policy*, Massachusetts, Edward Elgar Publishing.
- Rownntree, S. (1901), *Poverty: A Study of Town Life*, London, Macmillan.
- Ruxton, S. (2005), *What About Us? Children's Rights in the European Union - Next Steps*, Brussels, EURONET.
- Santos, B. (ed.) (1993), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Edições Afrontamento.
- Santos, B. (1997), Por Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 48, pp. 11-32.
- Saraceno, C. (2005), Path Dependency and Change in Welfare State Reforms in the Southern European countries, Documento de Trabalho apresentado no Colóquio "Les réformes de la protection sociale dans les pays d'Europe continentale et du Sud", Paris, DREES.
- Sarmiento, M. (2002), Infância, Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável, *Educação e Sociedade*, Abril, Vol. 23, nº 78, pp.265-283.
- Save the Children (2005), *What Kind of Indicators Can Best Monitor the Delivery of the Children's Strategy?*, Briefing paper prepared for OFMDFM, Children's Law Centre and Save

the Children.

Schaffer, H. (2004), *Introdução à Psicologia da Criança*, Lisboa, Instituto Piaget.

Sen, A. (1983), *Poor, Relatively Speaking*, Oxford Economic Papers, 35, pp. 153-169.

Sen, A. (1984), *Resources, Values and Development*, Oxford, Basil Blackwell.

Sen, A. (1992), *Inequality Reexamined*, Oxford, Oxford University Press.

Sen, A. (1999), *Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa, Gradiva.

Sen, A. (1999a), *Pobreza e Fomes: Um Ensaio Sobre Direitos e Privações*, Lisboa, Terramar.

Silva, E. e Smart, C. (1999), *The New Practices and Politics of Family Life*, in: Silva, E. e Smart, C. (eds.), *The New Family?*, London, Sage Publications, pp. 1-12.

Silva, M. (1982), *Crescimento Económico e Pobreza em Portugal (1950-74)*, *Análise Social*, vol XVIII, nº3/4/5.

Silva, M. (1984), *Uma Estimativa de Pobreza em Portugal, em Abril de 1974*, *Revista de Ciências Sociais*, nº 1, pp.117-128.

Silva, M. (1991), *A Pobreza Infantil em Portugal*, UNICEF.

Silva, M. e Rasgado, S. (1999), *Pobreza e Exclusão Social - A Investigação em Portugal (1975-1999)*, *Inventário Bibliográfico*, Lisboa, CESIS.

Soares, N. (2002), *Os Direitos das Crianças nas Encruzilhadas da Protecção e da Participação*, Documento apresentado no I Encontro Nacional sobre Maus-Tratos, Negligência e Risco na Infância e na Adolescência, Maia, ASAS.

Spicker, P. (2002), *Poverty and the Welfare State: Dispelling the Myths*, A Catalyst Working Paper, London, Catalyst.

Townsend, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom*, Middlesex, Penguin Books.

Townsend, P. (1993), *The International Analysis of Poverty*, London, Harvester Wheatsheaf.

Townsend, P. (2005), *Poverty and Human Rights*, International Conference The Many Dimensions of Poverty, 29-31 May, Brasília.

Townsend, P. e Gordon, D. (1989), *Memorandum Submitted to Social Services Committee of the House of Commons, Minimum Income Memoranda Laid Before the Committee, Session 1988-89*, London, HMSO.



UN (1995), Report of the World Summit for Social Development, Copenhagen, 6-12 March 1995, UN.

UN (1999), Human Rights and Extreme Poverty, Report Submitted by an Independent Expert to Commission on Human rights E/CN.4/1999/48, ESC/UN.

UN (2001), Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Portugal, CRC/C/15/Add.162.

UN (2001a), We, the Children: End-decade Review of the Follow-up to the World Summit for Children, Report to Secretary-General for the Special Session of the General Assembly on Children, New York.

UN (2001b), We, the Children, Meeting the Promises of the World Summit for children, New York.

UN (2002), Draft Guidelines: A Human Rights Approach to Poverty Reduction Strategies, OHCHR/UN.

UN (2004), Human Rights and Poverty Reduction: A Conceptual Framework, OHCHR/UN.

UN (2005), The Millennium Development Goals Report 2005, New York, UN.

UN (2005b), World Programme for Human Rights Education for the First Phase (2005-2007), Revised Draft Plan of Action A/59/525, New York.

UN (2005c), World Programme for Human Rights Education, Resolution Adopted by the General Assembly, 59/113, New York.

UN (2006), Review of The First United Nations Decade For The Eradication of Poverty (1997-2006): Report of the Secretary-General, Follow-up to the World Summit for Social Development and The Twenty-Fourth Special Session of The General Assembly, 8-17 February.

UNESCO (1996), Learning: The Treasure Within, Report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twenty-First Century, UNESCO.

UNDP (1997), Human Development Report 1997, New York, UNDP.

UNDP (2000), Human Development Report 2000, New York, UNDP.

UNDP (2003), Poverty Reduction and Human Rights, A Practice Note, New York, UNDP.

UNDP (2004), Children and Poverty, In Focus, March, New York, International Poverty Centre, UNDP.

UNICEF (1999), Human Rights for Children and Women: How UNICEF Helps Make Them a Reality, A UNICEF Programme Policy Document, New York, UNICEF.

UNICEF (2000), A League Table of Child Poverty in Rich Nations, Innocenti Report Card, nº1, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

UNICEF (2000a), Poverty Reduction Begins With Children, New York, UNICEF.

UNICEF (2001), Independent Institutions Protecting Children's Rights, Innocenti Digest, 8, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

UNICEF (2003), The Millennium Development Goals □ They Are About Children, New York, UNICEF.

UNICEF (2004), Study on the Impact of the Implementation of the Convention on the Rights of the Child, Summary Report, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

UNICEF (2004a), Child Protection: A Handbook for Parliamentarians, UNICEF.

UNICEF (2005), Child Poverty in Rich Countries 2005, Innocenti Report Card nº6, UNICEF Innocenti Research Centre.

UNICEF (2005a), The State of the World's Children 2005, Report, Florence, UNICEF Innocenti Research Centre.

UNICEF (2005b), Situação Mundial da Infância 2005 □ Infância Ameaçada, New York, UNICEF.

UNICEF (2006), The State of the World's Children 2005 - Excluded and Invisible, Report, New York, UNICEF.

Vandemoortele, J. (2000), Absorbing Social Shocks □ Protecting Children and Reducing Poverty, New York, UNICEF.

Velminckx, K. e Smeeding, T. (eds.) (2003), Child Well-Being, Child Poverty and Child Policy in Modern Nations, Revised Edition, Bristol, The Policy Press.

Vizard, P. (2003), Freedom From Poverty as a Basic Human Right: Preliminary Classifications Using Deontic Logic, Paper prepared for the Third Conference on the Capability Approach: From Sustainable Development to Sustainable Freedom, 7-9 September, Pavia.

Vizard, P. (2005), *The Contributions of Professor Amartya Sen in the Field of Human Rights*, CASE Paper, 91, London, CASE/LSE.

Walkerdine, V. (2004), *Development Psychology and the Study of Childhood*, in: Kehily, M. (ed.), *An Introduction to Childhood Studies*, London, Mc Graw-Hill, pp. 96-107.

Whelan, C.T., Layte, R. e Maître, B. (2001), *Child Income Poverty and Deprivation Dynamics in Ireland*, in: Bradbury, B., Jenkins, S.P. e Micklewright, J. (eds.), *The Dynamics of Child Poverty in Industrialised Countries*, London, Cambridge University Press.

Whelan, C.T., Layte, R. e Maître, B. (2001a), *Persistent Income Poverty and Deprivation in the European Union: An Analysis of the First Three Waves of the European Union*, EPAG Working Paper, nº 17, Colchester, University of Essex.

Whelan, C.T., Layte, R. e Maître, B. (2001b), *What is the Scale of Multiple Deprivation in the European Union?*, European Panel Analysis Group Working Paper, nº 19, Colchester, University of Essex.

Whelan, C.T. e Maître, B. (2004), *Vulnerability and Multiple Deprivation Perspectives on Social Exclusion in Europe: A Latent Class Analysis*, EPAG Working Papers, nº52, Colchester, University of Essex.

White, S. (2002), *Being, Becoming and Relationship – Conceptual Challenges of a Child Rights Approach in Development*, *Journal of International Development*, 14, nº 8.

White, H., Leavy, J. e Masters, A. (2003), *Comparative Perspectives on Child Poverty: A Review of Poverty Measures*, *Journal of Human Development*, Vol. 4, nº3.

WHO (2003), *The Solid Facts: The Social Determinants of Health*, Second Edition, Denmark, WHO.

Woodhead, M. (1996), *In Search of the Rainbow: Pathways to Quality in Large-scale Programmes for Young Disadvantaged Children*, The Hague, Bernard Leer Foundation.

Woll, L. (2000), *Reporting to the UN Committee on the Rights of the Child: A Catalyst for Domestic Debate and Policy Change?*, *The International Journal of Children's Rights*, 8, pp. 71-81.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- **Carta Social Europeia Revista** - [http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A\\_2001.html](http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhregionais/rar64A_2001.html)
- **Constituição da República Portuguesa** - <http://www.verbojuridico.net/>
- **Código Civil** - Actualizado pelo Decreto-Lei n.º 38/2003 de 8 de Março <http://www.verbojuridico.net/>
- **Código do Processo Penal** - Actualizado pelo Decreto-Lei n.º 324/2003 de 27 de Dezembro <http://www.verbojuridico.net/>
- **Convenção Europeia sobre o Exercício dos Direitos da Criança** - <http://conventions.coe.int/treaty/en/Treaties/Html/160.htm>
- **Convenção nº 138 da OIT do Trabalho sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-138.html>
- **Convenção nº 182 da OIT relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com vista à sua Eliminação** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/emp-conv-oit-182.html>
- **Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem** - <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/onu/rar-31-1991.html>
- **Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças** - <http://www.gddc.pt/siii/im.asp?id=1144>
- **Convenção sobre os Direitos da Criança** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-conv-sobre-dc.html>
- **Convenção relativa à Protecção das Crianças e à Cooperação em matéria de Adopção Internacional** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-conv-haia-dc.html>
- **Declaração dos Direitos da Criança** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-declaracao-dc.html>

- **Declaração Universal dos Direitos do Homem** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>
- **Lei de Bases da Segurança Social** - Lei nº 32/2002 de 20 de Dezembro  
[http://www.mtss.gov.pt/tpl\\_intro\\_destaque.asp?286](http://www.mtss.gov.pt/tpl_intro_destaque.asp?286)
- **Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo** - Lei nº147/99 de 1 de Setembro (com alterações da Lei nº31/2003 de 22 de Agosto) <http://www.verbojuridico.net/>
- **Organização Tutelar de Menores** - <http://www.verbojuridico.net/legisl/outros/otm.html>
- **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>
- **Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-psocial.html>
- **Princípios Orientadores das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios Orientadores de Riade)** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-pcjp-27.html>
- **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/protocolo-crian%E7as1.html>
- **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Participação Infantil e Pornografia Infantil** - <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/protocolo-crian%E7as2.html>

**ANEXO I - Linhas gerais de orientação relativas à forma e conteúdo dos relatórios  
iniciais a submeter pelos Estados Partes da Convenção**

**Linhas gerais de orientação relativas à forma e conteúdo dos relatórios iniciais a submeter pelos Estados (artigo 44, nº 1, alínea b da Convenção)**

<b>I. Medidas de Aplicação Geral</b>	a) Medidas tomadas para conformar a sua legislação e política com as disposições da Convenção b) Mecanismos existentes ou cuja criação esteja prevista a nível nacional
<b>II. Definição de Criança</b>	
<b>III. Princípios Gerais</b>	a) Não discriminação (art. 2º) b) Interesse superior da criança (art. 3º) c) Direito à vida, sobrevivência e desenvolvimento (art. 6º) d) Respeito pelas opiniões da criança (art. 12º)
<b>IV. Liberdades e Direitos Cíveis</b>	a) Nome e nacionalidade (art. 7º) b) Preservação da identidade (art. 8º) c) Liberdade de expressão (art. 13º) d) Acesso a informação pertinente (art. 17º) e) Liberdade de pensamento, consciência e religião (art. 14º) f) Liberdade de associação e de reunião pacífica (art. 15º) g) Protecção da vida privada (art. 16º) h) Direito a não ser sujeito a tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes (art. 37º alínea a )
<b>V. Meio Familiar e Outros Tipos de Protecção</b>	a) Orientação parental (art. 5º) b) Responsabilidades parentais (nº1 e 2 do art. 18º) c) Separação dos pais (art. 9º) d) Reunião Familiar (art. 10º) e) Cobrança da pensão alimentar devida à criança (art. 20º) f) Crianças privadas de um meio familiar (art. 20º) g) Adopção (art. 21º) h) Deslocações e a retenções ilícitas de crianças (art. 11º) i) Abusos e negligência (art. 19º), incluindo a recuperação física e psicológica, bem como a reinserção social (art. 39º) j) Exame periódico das condições de colocação (art. 25º)
<b>VI. Saúde e Bem-Estar</b>	a) Sobrevivência e desenvolvimento (art. 6º, nº 2) b) Crianças com deficiência (art. 23º) c) Saúde e serviços médicos (art. 24º) d) Segurança social e serviços e estabelecimentos para a guarda de crianças (arts. 26º e 28º, nº 3) e) Nível de vida (art. 27º, nº 1 a 3)
<b>VII. Educação, Tempos Livres e Actividades Culturais</b>	a) Educação, incluindo a formação e orientação profissionais (art. 28º) b) Objectivos da educação (art. 29º) c) Descanso, tempos livres e actividades culturais (art. 31º)

**(Cont.) Linhas gerais de orientação relativas à forma e conteúdo dos relatórios iniciais a submeter pelos Estados**

<b>VIII. Medidas de Protecção Especial</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>a) Crianças em situação de emergência<ul style="list-style-type: none"><li>i) crianças refugiadas (art. 22º)</li><li>ii) crianças afectadas por um conflito armado (art. 38º), incluindo a sua recuperação física e psicológica e a sua reinserção social (art. 39º)</li></ul></li><li>b) Crianças em conflito com a justiça<ul style="list-style-type: none"><li>i) administração da justiça de menores (art. 40º)</li><li>ii) crianças privadas da liberdade, incluindo todas as formas de detenção, prisão e colocação sob custódia (art. 37º, alíneas b), c) e d))</li><li>iii) imposição de penas a crianças, e especialmente a proibição das penas de morte e de prisão perpétua (art. 37º, alínea a))</li><li>iv) recuperação física e psicológica e a sua reinserção social (art. 39º)</li></ul></li><li>c) Crianças sujeitas a exploração, incluindo a sua recuperação física e psicológica e a sua reinserção (art. 39º)<ul style="list-style-type: none"><li>i) exploração económica, incluindo o trabalho infantil (art. 32º)</li><li>ii) consumo indevido de estupefacientes (art. 33º)</li><li>iii) exploração e abusos sexuais (art. 34º)</li><li>iv) Outras formas de exploração (art. 36º)</li><li>v) venda, tráfico e rapto de crianças (art. 35º)</li></ul></li><li>d) Crianças pertencentes a minorias ou a grupos indígenas (art. 30º)</li></ul>
--	---



## **ANEXO II - Convenção sobre os Direitos da Criança**

### **Convenção sobre os Direitos da Criança**

Adoptada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 44/25 da Assembleia-geral das Nações Unidas, de 20 de Novembro de 1989.

Entrada em vigor na ordem internacional: 2 de Setembro de 1990, em conformidade com o artigo 49.º.

Portugal:

- Assinatura: 26 de Janeiro de 1990;
- Aprovação para ratificação: Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de Setembro, publicada no Diário da República, I Série A, n.º 211/90;
- Ratificação: Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de Setembro, publicado no Diário da República, I Série A, n.º 211/90;
- Depósito do instrumento de ratificação junto do Secretário-Geral das Nações Unidas: 21 de Setembro de 1990;
- Aviso do depósito do instrumento de ratificação: Aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros publicado no Diário da República, I Série, n.º 248/90, de 26 de Outubro;
- Entrada em vigor na ordem jurídica portuguesa: 21 de Outubro de 1990;
- Portugal aceitou a emenda ao artigo 43.º, n.º 2 da Convenção (adoptada pela Conferência dos Estados Partes a 12 de Dezembro de 1995), disso tendo dado conta o aviso do Ministério dos Negócios Estrangeiros n.º 267/98, de 20 de Novembro, publicado no Diário da República I Série-A, n.º 269/98.

Estados partes: (informação disponível no website do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas)

### **A Assembleia-geral**

Lembrando as suas resoluções anteriores, em especial as resoluções 33/166 de 20 de Dezembro de 1978 e 43/112 de 8 de Dezembro de 1988, e as resoluções da Comissão dos Direitos do Homem e do Conselho Económico e Social relativas à questão da elaboração de uma convenção sobre os direitos da criança,

Tomando nota, em particular, da resolução 1989/57 de 8 de Março de 1989 (1) da Comissão dos Direitos do Homem pela qual a Comissão decidiu transmitir o projecto da Convenção sobre os Direitos da Criança, através do Conselho Económico e Social, à Assembleia Geral, bem como a resolução 1989/79 de 24 de Maio de 1989 do Conselho Económico e Social.

Reafirmando que os Direitos da Criança exigem uma especial protecção e melhorias contínuas na situação das crianças em todo o mundo, bem como o seu desenvolvimento e a sua evolução em condições de paz e segurança.

Profundamente preocupada pelo facto de a situação das crianças permanecer crítica em muitas partes do mundo, como resultado de condições sociais inadequadas, calamidades naturais, conflitos armados, exploração, analfabetismo, fome e deficiências, e convicta de que é necessária uma acção nacional e internacional urgente e efectiva,

Consciente do importante papel do Fundo das Nações Unidas para as crianças e do papel das Nações

Unidas na promoção do bem-estar das crianças e do seu desenvolvimento,

Convicta de que uma convenção internacional sobre os direitos da criança, como uma realização das Nações Unidas no domínio dos direitos do homem, traria uma contribuição positiva à protecção dos direitos das crianças e à garantia do seu bem estar,

Consciente de que 1989 é o ano do trigésimo aniversário da Declaração sobre os Direitos da Criança (2) e o décimo aniversário do Ano Internacional da Criança,

1. Exprime o seu apreço pela conclusão da elaboração do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança pela Comissão dos Direitos do Homem
2. Adopta e abre à assinatura, ratificação e adesão a Convenção sobre os Direitos da criança contida no anexo à presente Resolução,
3. Convida os Estados membros a considerarem a possibilidade de assinatura e ratificação ou adesão à Convenção como prioridade e exprime o desejo de que ela entre em vigor no mais breve trecho,
4. Solicita ao Secretário-geral que forneça os meios e o auxílio necessários à difusão de informações sobre a Convenção,
5. Convida os serviços e organismos das Nações Unidas, bem como organizações intergovernamentais e não governamentais, a intensificarem os seus esforços com vista à difusão de informações sobre a Convenção e à promoção da sua compreensão,
6. Solicita ao Secretário-Geral que apresente um relatório sobre a situação da Convenção sobre os Direitos da Criança, à Assembleia-geral na sua quadragésima quinta sessão.
7. Decide considerar o relatório do Secretário-Geral na sua quadragésima quinta sessão sob o tema "Aplicação da Convenção sobre os Direitos da Criança"

61.ª Reunião Plenária  
20 de Novembro de 1989

### **Preâmbulo**

Os Estados Partes na presente Convenção:

Considerando que, em conformidade com os princípios proclamados pela Carta das Nações Unidas, o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e dos seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Tendo presente que, na Carta, os povos das Nações Unidas proclamaram, de novo, a sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e que resolveram favorecer o progresso social e instaurar melhores condições de vida numa liberdade mais ampla;

Reconhecendo que as Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (3) e nos pactos internacionais relativos aos direitos do homem (4), proclamaram e acordaram em que toda a pessoa humana pode invocar os direitos e liberdades aqui enunciados, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, nascimento ou de qualquer outra situação;

Recordando que, na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Organização das Nações Unidas

proclamou que a infância tem direito a uma ajuda e assistência especiais;

Convictos de que a família, elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a protecção e a assistência necessárias para desempenhar plenamente o seu papel na comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, deve crescer num ambiente familiar, em clima de felicidade, amor e compreensão;

Considerando que importa preparar plenamente a criança para viver uma vida individual na sociedade e ser educada no espírito dos ideais proclamados na Carta das Nações Unidas e, em particular, num espírito de paz, dignidade, tolerância, liberdade e solidariedade;

Tendo presente que a necessidade de garantir uma protecção especial à criança foi enunciada pela Declaração de Genebra de 1924 sobre os Direitos da Criança (5) e pela Declaração dos Direitos da Criança adoptada pelas Nações Unidas em 1959 (2), e foi reconhecida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (nomeadamente nos artigos 23.º e 24.º) 4, pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (nomeadamente o artigo 10.º) e pelos estatutos e instrumentos pertinentes das agências especializadas e organizações internacionais que se dedicam ao bem-estar da criança;

Tendo presente que, como indicado na Declaração dos Direitos da Criança, adoptada em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, «a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma protecção e cuidados especiais, nomeadamente de protecção jurídica adequada, tanto antes como depois do nascimento» (6) ;

Recordando as disposições da Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Aplicáveis à Protecção e Bem-Estar das Crianças, com Especial Referência à Adopção e Colocação Familiar nos Planos Nacional e Internacional (7) (Resolução n.º 41/85 da Assembleia Geral, de 3 de Dezembro de 1986), o Conjunto de Regras Mínimas das Nações Unidas relativas à Administração da Justiça para Menores («Regras de Beijing») (8) (Resolução n.º 40/33 da Assembleia Geral, de 29 de Novembro de 1985) e a Declaração sobre Protecção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência ou de Conflito Armado (Resolução n.º 3318 (XXIX) da Assembleia Geral, de 14 de Dezembro de 1974) (9);

Reconhecendo que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis e que importa assegurar uma atenção especial a essas crianças;

Tendo devidamente em conta a importância das tradições e valores culturais de cada povo para a protecção e o desenvolvimento harmonioso da criança;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento;

Acordam no seguinte:

## **PARTE I**

### **Artigo 1.º**

Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.



## **Artigo 2.º**

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

2. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de actividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família.

## **Artigo 3.º**

1. Todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança.

2. Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

3. Os Estados Partes garantem que o funcionamento de instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo e asseguram que a sua protecção seja conforme às normas fixadas pelas autoridades competentes, nomeadamente nos domínios da segurança e saúde, relativamente ao número e qualificação do seu pessoal, bem como quanto à existência de uma adequada fiscalização.

## **Artigo 4.º**

Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela presente Convenção. No caso de direitos económicos, sociais e culturais, tomam essas medidas no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional.

## **Artigo 5.º**

Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade nos termos dos costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente Convenção.

## **Artigo 6.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito inerente à vida.

2. Os Estados Partes asseguram na máxima medida possível a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

## **Artigo 7.º**

1. A criança é registada imediatamente após o nascimento e tem desde o nascimento o direito a um nome, o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de ser educada por eles.

2. Os Estados Partes garantem a realização destes direitos de harmonia com a legislação nacional e as obrigações decorrentes dos instrumentos jurídicos internacionais relevantes neste domínio, nomeadamente nos casos em que, de outro modo, a criança ficasse apátrida.

#### **Artigo 8.º**

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e relações familiares, nos termos da lei, sem ingerência ilegal.

2. No caso de uma criança ser ilegalmente privada de todos os elementos constitutivos da sua identidade ou de alguns deles, os Estados Partes devem assegurar-lhe assistência e protecção adequadas, de forma que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível.

#### **Artigo 9.º**

1. Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada.

2. Em todos os casos previstos no n.º 1 todas as partes interessadas devem ter a possibilidade de participar nas deliberações e de dar a conhecer os seus pontos de vista.

3. Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou de ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança.

4. Quando a separação resultar de medidas tomadas por um Estado Parte, tais como a detenção, prisão, exílio, expulsão ou morte (incluindo a morte ocorrida no decurso de detenção, independentemente da sua causa) de ambos os pais ou de um deles, ou da criança, o Estado Parte, se tal lhe for solicitado, dará aos pais, à criança ou, sendo esse o caso, a um outro membro da família informações essenciais sobre o local onde se encontram o membro ou membros da família, a menos que a divulgação de tais informações se mostre prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes comprometem-se, além disso, a que a apresentação de um pedido de tal natureza não determine em si mesmo consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

#### **Artigo 10.º**

1. Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º, todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte ou para o deixar, com o fim de reunificação familiar, são considerados pelos Estados Partes de forma positiva, com humanidade e diligência. Os Estados Partes garantem, além disso, que a apresentação de um tal pedido não determinará consequências adversas para os seus autores ou para os membros das suas famílias.

2. Uma criança cujos pais residem em diferentes Estados Partes tem o direito de manter, salvo circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contactos directos regulares com ambos. Para esse efeito, e nos termos da obrigação que decorre para os Estados Partes ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º, os Estados Partes respeitam o direito da criança e de seus pais de deixar qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu próprio país. O direito de deixar um país só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e se mostrem compatíveis com os outros direitos reconhecidos na presente Convenção.

#### **Artigo 11.º**

1. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para combater a deslocação e a retenção ilícitas de crianças no estrangeiro.
2. Para esse efeito, os Estados Partes promovem a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos existentes.

#### **Artigo 12.º**

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.
2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

#### **Artigo 13.º**

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.
2. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias:
  - a) Ao respeito dos direitos e da reputação de outrem;
  - b) À salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas.

#### **Artigo 14.º**

1. Os Estados Partes respeitam o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.
2. Os Estados Partes respeitam os direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício deste direito, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.
3. A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que se mostrem necessárias à protecção da segurança, da ordem e da saúde públicas, ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem.

#### **Artigo 15.º**

1. Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.
2. O exercício destes direitos só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem.

### **Artigo 16.º**

1. Nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação.

2. A criança tem direito à protecção da lei contra tais intromissões ou ofensas.

### **Artigo 17.º**

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental. Para esse efeito, os Estados Partes devem:

a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança e se enquadrem no espírito do artigo 29.º;

b) Encorajar a cooperação internacional tendente a produzir, trocar e difundir informação e documentos dessa natureza, provenientes de diferentes fontes culturais, nacionais e internacionais;

c) Encorajar a produção e a difusão de livros para crianças;

d) Encorajar os órgãos de comunicação social a ter particularmente em conta as necessidades linguísticas das crianças indígenas ou que pertençam a um grupo minoritário;

e) Favorecer a elaboração de princípios orientadores adequados à protecção da criança contra a informação e documentos prejudiciais ao seu bem-estar, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 18.º

### **Artigo 18.º**

1. Os Estados Partes diligenciam de forma a assegurar o reconhecimento do princípio segundo o qual ambos os pais têm uma responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primordialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental.

2. Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes asseguram uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança e garantem o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à infância.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para garantir às crianças cujos pais trabalham o direito de beneficiar de serviços e instalações de assistência às crianças para os quais reúnam as condições requeridas.

### **Artigo 19.º**

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus-tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.

2. Tais medidas de protecção devem incluir, consoante o caso, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e àqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de



relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial.

#### **Artigo 20.º**

1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à protecção e assistência especiais do Estado.

2. Os Estados Partes asseguram a tais crianças uma protecção alternativa, nos termos da sua legislação nacional.

3. A protecção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a kafala do direito islâmico, a adopção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

#### **Artigo 21.º**

Os Estados Partes que reconhecem e ou permitem a adopção asseguram que o interesse superior da criança será a consideração primordial neste domínio e:

a) Garantem que a adopção de uma criança é autorizada unicamente pelas autoridades competentes, que, nos termos da lei e do processo aplicáveis e baseando-se em todas as informações credíveis relativas ao caso concreto, verificam que a adopção pode ter lugar face à situação da criança relativamente a seus pais, parentes e representantes legais e que, se necessário, as pessoas interessadas deram em consciência o seu consentimento à adopção, após se terem socorrido de todos os pareceres julgados necessários;

b) Reconhecem que a adopção internacional pode ser considerada como uma forma alternativa de protecção da criança se esta não puder ser objecto de uma medida de colocação numa família de acolhimento ou adoptiva, ou se não puder ser convenientemente educada no seu país de origem;

c) Garantem à criança sujeito de adopção internacional o gozo das garantias e normas equivalentes às aplicáveis em caso de adopção nacional;

d) Tomam todas as medidas adequadas para garantir que, em caso de adopção internacional, a colocação da criança se não traduza num benefício material indevido para os que nela estejam envolvidos;

e) Promovem os objectivos deste artigo pela conclusão de acordos ou tratados bilaterais ou multilaterais, consoante o caso, e neste domínio procuram assegurar que as colocações de crianças no estrangeiro sejam efectuadas por autoridades ou organismos competentes.

#### **Artigo 22.º**

1. Os Estados Partes tomam as medidas necessárias para que a criança que requeira o estatuto de refugiado ou que seja considerada refugiado, de harmonia com as normas e processos de direito internacional ou nacional aplicáveis, quer se encontre só, quer acompanhada de seus pais ou de qualquer outra pessoa, beneficie de adequada protecção e assistência humanitária, de forma a permitir o gozo dos direitos reconhecidos pela presente Convenção e outros instrumentos internacionais relativos aos direitos do homem ou de carácter humanitário, de que os referidos Estados sejam Partes.

2. Para esse efeito, os Estados Partes cooperam, nos termos considerados adequados, nos esforços

desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas e por outras organizações intergovernamentais ou não governamentais competentes que colaborem com a Organização das Nações Unidas na protecção e assistência de crianças que se encontrem em tal situação, e na procura dos pais ou de outros membros da família da criança refugiada, de forma a obter as informações necessárias à reunificação familiar. No caso de não terem sido encontrados os pais ou outros membros da família, a criança deve beneficiar, à luz dos princípios enunciados na presente Convenção, da protecção assegurada a toda a criança que, por qualquer motivo, se encontre privada temporária ou definitivamente do seu ambiente familiar.

#### **Artigo 23.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na vida da comunidade.

2. Os Estados Partes reconhecem à criança deficiente o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajam e asseguram, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança que reúna as condições requeridas e àqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.

3. Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n.º 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança deficiente tenha efectivo acesso à educação, à formação, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a actividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios cultural e espiritual.

4. Num espírito de cooperação internacional, os Estados Partes promovem a troca de informações pertinentes no domínio dos cuidados preventivos de saúde e do tratamento médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, incluindo a difusão de informações respeitantes aos métodos de reabilitação e aos serviços de formação profissional, bem como o acesso a esses dados, com vista a permitir que os Estados Partes melhorem as suas capacidades e qualificações e alarguem a sua experiência nesses domínios. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

#### **Artigo 24.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação. Os Estados Partes velam pela garantia de que nenhuma criança seja privada do direito de acesso a tais serviços de saúde.

2. Os Estados Partes prosseguem a realização integral deste direito e, nomeadamente, tomam medidas adequadas para:

a) Fazer baixar a mortalidade entre as crianças de tenra idade e a mortalidade infantil;

b) Assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, enfatizando o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários;

c) Combater a doença e a má nutrição, no quadro dos cuidados de saúde primários, graças nomeadamente à utilização de técnicas facilmente disponíveis e ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em consideração os perigos e riscos da poluição do ambiente;

d) Assegurar às mães os cuidados de saúde, antes e depois do nascimento;

e) Assegurar que todos os grupos da população, nomeadamente os pais e as crianças, sejam informados, tenham acesso e sejam apoiados na utilização de conhecimentos básicos sobre a saúde e a nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, a higiene e a salubridade do ambiente, bem como a prevenção de acidentes;

f) Desenvolver os cuidados preventivos de saúde, os conselhos aos pais e a educação sobre planeamento familiar e os serviços respectivos.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças.

4. Os Estados Partes comprometem-se a promover e a encorajar a cooperação internacional, de forma a garantir progressivamente a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

#### **Artigo 25.º**

Os Estados Partes reconhecem à criança que foi objecto de uma medida de colocação num estabelecimento pelas autoridades competentes, para fins de assistência, protecção ou tratamento físico ou mental, o direito à revisão periódica do tratamento a que foi submetida e de quaisquer outras circunstâncias ligadas à sua colocação.

#### **Artigo 26.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de beneficiar da segurança social e tomam todas as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da sua legislação nacional.

2. As prestações, se a elas houver lugar, devem ser atribuídas tendo em conta os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pela sua manutenção, assim como qualquer outra consideração relativa ao pedido de prestação feito pela criança ou em seu nome.

#### **Artigo 27.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2. Cabe primordialmente aos pais e às pessoas que têm a criança a seu cargo a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

3. Os Estados Partes, tendo em conta as condições nacionais e na medida dos seus meios, tomam as medidas adequadas para ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento.

4. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas tendentes a assegurar a cobrança da pensão alimentar devida à criança, de seus pais ou de outras pessoas que tenham a criança economicamente a seu cargo, tanto no seu território quanto no estrangeiro. Nomeadamente, quando a pessoa que tem a criança economicamente a seu cargo vive num Estado diferente do da criança, os Estados Partes devem promover a adesão a acordos internacionais ou a conclusão de tais acordos, assim como a adopção de quaisquer outras medidas julgadas adequadas.

### **Artigo 28.º**

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

- a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- e) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar.

2. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança e nos termos da presente Convenção.

3. Os Estados Partes promovem e encorajam a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente de forma a contribuir para a eliminação da ignorância e do analfabetismo no mundo e a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

### **Artigo 29.º**

1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve destinar-se a :

- a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
- b) Inculcar na criança o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;
- d) Preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;
- e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente.

2. Nenhuma disposição deste artigo ou do artigo 28.º pode ser interpretada de forma a ofender a liberdade dos indivíduos ou das pessoas colectivas de criar e dirigir estabelecimentos de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no n.º 1 do presente artigo e que a educação ministrada nesses estabelecimentos seja conforme às regras mínimas prescritas pelo Estado.

### **Artigo 30.º**

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança indígena ou que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do

direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua.

#### **Artigo 31.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.

2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade.

#### **Artigo 32.º**

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados Partes tomam medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para assegurar a aplicação deste artigo. Para esse efeito, e tendo em conta as disposições relevantes de outros instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes devem, nomeadamente:

- a) Fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego;
- b) Adoptar regulamentos próprios relativos à duração e às condições de trabalho; e
- c) Prever penas ou outras sanções adequadas para assegurar uma efectiva aplicação deste artigo.

#### **Artigo 33.º**

Os Estados Partes adoptam todas as medidas adequadas, incluindo medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para proteger as crianças contra o consumo ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tais como definidos nas convenções internacionais aplicáveis, e para prevenir a utilização de crianças na produção e no tráfico ilícitos de tais substâncias.

#### **Artigo 34.º**

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito, os Estados Partes devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir:

- a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma actividade sexual ilícita;
- b) Que a criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas;
- c) Que a criança seja explorada na produção de espectáculos ou de material de natureza pornográfica.

#### **Artigo 35.º**

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma.

### **Artigo 36.º**

Os Estados Partes protegem a criança contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspecto do seu bem-estar.

### **Artigo 37.º**

Os Estados Partes garantem que:

a) Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A pena de morte e a prisão perpétua sem possibilidade de libertação não serão impostas por infracções cometidas por pessoas com menos de 18 anos;

b) Nenhuma criança será privada de liberdade de forma ilegal ou arbitrária: a captura, detenção ou prisão de uma criança devem ser conformes à lei, serão utilizadas unicamente como medida de último recurso e terão a duração mais breve possível;

c) A criança privada de liberdade deve ser tratada com a humanidade e o respeito devidos à dignidade da pessoa humana e de forma consentânea com as necessidades das pessoas da sua idade. Nomeadamente, a criança privada de liberdade deve ser separada dos adultos, a menos que, no superior interesse da criança, tal não pareça aconselhável, e tem o direito de manter contacto com a sua família através de correspondência e visitas, salvo em circunstâncias excepcionais;

d) A criança privada de liberdade tem o direito de aceder rapidamente à assistência jurídica ou a outra assistência adequada e o direito de impugnar a legalidade da sua privação de liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial, bem como o direito a uma rápida decisão sobre tal matéria.

### **Artigo 38.º**

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar as normas de direito humanitário internacional que lhes sejam aplicáveis em caso de conflito armado e que se mostrem relevantes para a criança.

2. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe directamente nas hostilidades.

3. Os Estados Partes devem abster-se de incorporar nas forças armadas as pessoas que não tenham a idade de 15 anos. No caso de incorporação de pessoas de idade superior a 15 anos e inferior a 18 anos, os Estados Partes devem incorporar prioritariamente os mais velhos.

4. Nos termos das obrigações contraídas à luz do direito internacional humanitário para a protecção da população civil em caso de conflito armado, os Estados Partes na presente Convenção devem tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar protecção e assistência às crianças afectadas por um conflito armado.

### **Artigo 39.º**

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si próprio e a dignidade da criança.

#### Artigo 40.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança suspeita, acusada ou que se reconheceu ter infringido a lei penal o direito a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor, reforçar o seu respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais de terceiros e que tenha em conta a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade.

2. Para esse feito, e atendendo às disposições pertinentes dos instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes garantem, nomeadamente, que:

a) Nenhuma criança seja suspeita, acusada ou reconhecida como tendo infringido a lei penal por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não eram proibidas pelo direito nacional ou internacional;

b) A criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal tenha, no mínimo, direito às garantias seguintes:

i) Presumir-se inocente até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida;

ii) A ser informada pronta e directamente das acusações formuladas contra si ou, se necessário, através de seus pais ou representantes legais, e beneficiar de assistência jurídica ou de outra assistência adequada para a preparação e apresentação da sua defesa;

iii) A sua causa ser examinada sem demora por uma autoridade competente, independente e imparcial ou por um tribunal, de forma equitativa nos termos da lei, na presença do seu defensor ou de outrem assegurando assistência adequada e, a menos que tal se mostre contrário ao interesse superior da criança, nomeadamente atendendo à sua idade ou situação, na presença de seus pais ou representantes legais;

iv) A não ser obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada; a interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e a obter a comparência e o interrogatório das testemunhas de defesa em condições de igualdade;

v) No caso de se considerar que infringiu a lei penal, a recorrer dessa decisão e das medidas impostas em sequência desta para uma autoridade superior, competente, independente e imparcial, ou uma autoridade judicial, nos termos da lei;

vi) A fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou falar a língua utilizada;

vii) A ver plenamente respeitada a sua vida privada em todos os momentos do processo.

3. Os Estados Partes procuram promover o estabelecimento de leis, processos, autoridades e instituições especificamente adequadas a crianças suspeitas, acusadas ou reconhecidas como tendo infringido a lei penal, e, nomeadamente:

a) O estabelecimento de uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal;

b) Quando tal se mostre possível e desejável, a adopção de medidas relativas a essas crianças sem recurso ao processo judicial, assegurando-se o pleno respeito dos direitos do homem e das garantias previstas pela lei.

4. Um conjunto de disposições relativas, nomeadamente, à assistência, orientação e controlo, conselhos, regime de prova, colocação familiar, programas de educação geral e profissional, bem como outras soluções alternativas às institucionais, serão previstas de forma a assegurar às crianças um

tratamento adequado ao seu bem-estar e proporcionado à sua situação e à infracção.

#### **Artigo 41.º**

Nenhuma disposição da presente Convenção afecta as disposições mais favoráveis à realização dos direitos da criança que possam figurar:

- a) Na legislação de um Estado Parte;
- b) No direito internacional em vigor para esse Estado.

### **PARTE II**

#### **Artigo 42.º**

Os Estados Partes comprometem-se a tornar amplamente conhecidos, por meios activos e adequados, os princípios e as disposições da presente Convenção, tanto pelos adultos como pelas crianças.

#### **Artigo 43.º**

1. Com o fim de examinar os progressos realizados pelos Estados Partes no cumprimento das obrigações que lhes cabem nos termos da presente Convenção, é instituído um Comité dos Direitos da Criança, que desempenha as funções seguidamente definidas.

2. O Comité é composto de 10 peritos de alta autoridade moral e de reconhecida competência no domínio abrangido pela presente Convenção. Os membros do Comité são eleitos pelos Estados Partes de entre os seus nacionais e exercem as suas funções a título pessoal, tendo em consideração a necessidade de assegurar uma repartição geográfica equitativa e atendendo aos principais sistemas jurídicos.

3. Os membros do Comité são eleitos por escrutínio secreto de entre uma lista de candidatos designados pelos Estados Partes. Cada Estado Parte pode designar um perito de entre os seus nacionais.

4. A primeira eleição tem lugar nos seis meses seguintes à data da entrada em vigor da presente Convenção e, depois disso, todos os dois anos. Pelo menos quatro meses antes da data de cada eleição, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas convida, por escrito, os Estados Partes a proporem os seus candidatos num prazo de dois meses. O Secretário-Geral elabora, em seguida, a lista alfabética dos candidatos assim apresentados, indicando por que Estado foram designados, e comunica-a aos Estados Partes na presente Convenção.

5. As eleições realizam-se aquando das reuniões dos Estados Partes convocadas pelo Secretário-Geral para a sede da Organização das Nações Unidas. Nestas reuniões, em que o quórum é constituído por dois terços dos Estados Partes, são eleitos para o Comité os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. Os membros do Comité são eleitos por um período de quatro anos. São reelegíveis no caso de recandidatura. O mandato de cinco dos membros eleitos na primeira eleição termina ao fim de dois anos. O presidente da reunião tira à sorte, imediatamente após a primeira eleição, os nomes destes cinco elementos.

7. Em caso de morte ou de demissão de um membro do Comité ou se, por qualquer outra razão, um membro declarar que não pode continuar a exercer funções no seio do Comité, o Estado Parte que



havia proposto a sua candidatura designa um outro perito, de entre os seus nacionais, para preencher a vaga até ao termo do mandato, sujeito a aprovação do Comité.

8. O Comité adopta o seu regulamento interno.

9. O Comité elege o seu secretariado por um período de dois anos.

10. As reuniões do Comité têm habitualmente lugar na sede da Organização das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar julgado conveniente e determinado pelo Comité. O Comité reúne em regra anualmente. A duração das sessões do Comité é determinada, e se necessário revista, por uma reunião dos Estados Partes na presente Convenção, sujeita à aprovação da Assembleia-geral.

11. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas põe à disposição do Comité o pessoal e as instalações necessárias para o desempenho eficaz das funções que lhe são confiadas ao abrigo da presente Convenção.

12. Os membros do Comité instituído pela presente Convenção recebem, com a aprovação da Assembleia-geral, emolumentos provenientes dos recursos financeiros das Nações Unidas, segundo as condições e modalidades fixadas pela Assembleia-geral.

#### **Artigo 44.º**

1. Os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Comité, através do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adoptado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos:

a) Nos dois anos subsequentes à data da entrada em vigor da presente Convenção para os Estados Partes;

b) Em seguida, de cinco em cinco anos.

2. Os relatórios apresentados em aplicação do presente artigo devem indicar os factores e as dificuldades, se a elas houver lugar, que impeçam o cumprimento, pelos Estados Partes, das obrigações decorrentes da presente Convenção. Devem igualmente conter informações suficientes para dar ao Comité uma ideia precisa da aplicação da Convenção no referido país.

3. Os Estados Partes que tenham apresentado ao Comité um relatório inicial completo não necessitam de repetir, nos relatórios subsequentes, submetidos nos termos do n.º 1, alínea b), as informações de base anteriormente comunicadas.

4. O Comité pode solicitar aos Estados Partes informações complementares relevantes para a aplicação da Convenção.

5. O Comité submete de dois em dois anos à Assembleia-geral, através do Conselho Económico e Social, um relatório das suas actividades.

6. Os Estados Partes asseguram aos seus relatórios uma larga difusão nos seus próprios países.

#### **Artigo 45.º**

De forma a promover a aplicação efectiva da Convenção e a encorajar a cooperação internacional no domínio coberto pela Convenção:

a) As agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas podem fazer-se representar quando for apreciada a aplicação de disposições da presente Convenção que se inscrevam no seu mandato. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros organismos

competentes considerados relevantes a fornecer o seu parecer técnico sobre a aplicação da convenção no âmbito dos seus respectivos mandatos. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a aplicação da Convenção nas áreas relativas aos seus domínios de actividade;

b) O Comité transmite, se o julgar necessário, às agências especializadas, à UNICEF e a outros organismos competentes os relatórios dos Estados Partes que contenham pedidos ou indiquem necessidades de conselho ou de assistência técnicos, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comité relativos àqueles pedidos ou indicações;

c) O Comité pode recomendar à Assembleia-geral que solicite ao Secretário-Geral a realização, para o Comité, de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança;

d) O Comité pode fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas em aplicação dos artigos 44.º e 45.º da presente Convenção. Essas sugestões e recomendações de ordem geral são transmitidas aos Estados interessados e levadas ao conhecimento da Assembleia-geral, acompanhadas, se necessário, dos comentários dos Estados Partes.

### **PARTE III**

#### **Artigo 46.º**

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados.

#### **Artigo 47.º**

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

#### **Artigo 48.º**

A presente Convenção está aberta a adesão de todos os Estados. A adesão far-se-á pelo depósito de um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

#### **Artigo 49.º**

1. A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratificarem a presente Convenção ou a ela aderirem após o depósito do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito, por parte desse Estado, do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

#### **Artigo 50.º**

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda e depositar o seu texto junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmite, em seguida, a proposta de emenda aos Estados Partes na presente Convenção, solicitando que lhe seja comunicado se são favoráveis à convocação de uma conferência de Estados Partes para apreciação e votação da proposta. Se, nos quatro meses subsequentes a essa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se declarar a favor da realização da referida conferência, o Secretário-Geral convocá-la-á sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. As emendas adoptadas pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência são submetidas à Assembleia-geral das Nações Unidas para aprovação.

2. As emendas adoptadas nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo entram em vigor quando aprovadas pela Assembleia-geral das Nações Unidas e aceites por uma maioria de dois terços dos

Estados Partes.

3. Quando uma emenda entrar em vigor, terá força vinculativa para os Estados que a hajam aceite, ficando os outros Estados Partes ligados pelas disposições da presente Convenção e por todas as emendas anteriores que tenham aceite.

#### **Artigo 51.º**

1. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas recebe e comunica a todos os Estados o texto das reservas que forem feitas pelos Estados no momento da ratificação ou da adesão.

2. Não é autorizada nenhuma reserva incompatível com o objecto e com o fim da presente Convenção.

3. As reservas podem ser retiradas em qualquer momento por via de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, o qual informará todos os Estados Partes na Convenção. A notificação produz efeitos na data da sua recepção pelo Secretário-Geral.

#### **Artigo 52.º**

Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção por notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. A denúncia produz efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

#### **Artigo 53.º**

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas é designado como depositário da presente Convenção.

#### **Artigo 54.º**

A presente Convenção, cujos textos em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo fazem igualmente fé, será depositada junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

Em fé do que os plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados pelos seus governos respectivos, assinaram a Convenção.

(1) *Documentos Oficiais do Conselho Económico e Social*, 1989 suplemento n.º 2 (E/1989/20), cap. II, sec. A.

(2) Resolução 1386 (XIV).

(3) Resolução 217 A (III).

(4) Ver Resolução 2200 A (XXI), anexo.

(5) Ver Sociedade das Nações, *Journal officiel. Supplément spécial* N.º 21, octobre 1924, p. 43.

(6) Resolução 1386 (XIV), terceira alínea do preâmbulo.

(7) Resolução 41/85, anexo.

(8) Resolução 40/33, anexo. (9) Resolução 3318 (XXXIX).

\* Fonte: Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas, publicação GE.94-15440.

### **ANEXO III - O contributo da Teoria Fuzzy Set para a medição da privação infantil**

## O contributo da Teoria Fuzzy Set para a medição da privação infantil

Considere-se  $\varepsilon = [\varepsilon_1, \dots, \varepsilon_k]$  o conjunto de  $k$  indicadores de privação seleccionados e  $E_j$  o subconjunto formado pelas crianças em privação face ao indicador  $\varepsilon_j$ , com  $j=1, \dots, k$ .

A função de pertença mais simples diz respeito aos **indicadores que são discretos e que resultam de indicadores dicotómicos**. Neste caso, o subconjunto  $E_j$  não é fuzzy, pelo que a função de pertença relativa ao indicador  $j$  ( $\mu_{E_j}$ ) é dada por (criança  $i=1, \dots, n$ ):

$$(1) \quad \mu_{E_j}(i) = \begin{cases} 1, & \text{se } \varepsilon_{ij} = 0 \longrightarrow \text{Situação de privação} \\ 0, & \text{se } \varepsilon_{ij} = 1 \longrightarrow \text{Ausência de privação} \end{cases}$$

A função de pertença é definida de forma diferente quando os **indicadores são politómicos**. É possível estabelecer diferentes graus de privação e ordenar os vários tipos de respostas por ordem crescente de privação:

$$(2) \quad \mu_{E_j}(i) = \begin{cases} 0, & \text{se } \varepsilon_{ij} = \varepsilon_j^{(1)} \\ \mu_{E_j}(\varepsilon_j^{(z-1)}) + \frac{F_j(\varepsilon_j^{(z)}) - F_j(\varepsilon_j^{(z-1)})}{1 - F_j(\varepsilon_j^{(1)})}, & \text{se } \varepsilon_{ij} = \varepsilon_j^{(z)}, z=2, \dots, m \end{cases}$$

Em que:

$F_j(\varepsilon_j^{(z)})$  é a frequência relativa acumulada do indicador  $j$  (ordenada de forma crescente pelo tipo de respostas) para o tipo de resposta  $z$ ;

$\mu_{E_j}(\varepsilon_j^{(z-1)})$  é o valor da função de pertença ao indicador  $j$  relativo às crianças que optaram pelo tipo de resposta  $z-1$ , a função de pertença ao indicador  $j$ .

No caso dos indicadores serem expressos por **variáveis contínuas**, a função de pertença ao indicador  $j$  é dada por:

$$(3) \mu_{Ej}(i) = \begin{cases} F_j(\varepsilon_{ij}) & \longrightarrow \text{A privação no indicador } j \text{ aumenta à medida que } \varepsilon_j \text{ aumenta} \\ 1 - F_j(\varepsilon_{ij}) & \longrightarrow \text{A privação no indicador } j \text{ aumenta à medida que } \varepsilon_j \text{ diminui} \end{cases}$$

Em que:

$F_j(\varepsilon_{ij})$  é a frequência relativa acumulada do indicador  $j$  para a criança  $i$

Fonte: Bomba, Fernandes e Machado (2006)

**ANEXO IV - Dimensões e indicadores para a construção de um Índice Agregado de  
Privação**

## Dimensões e indicadores para a construção de um Índice Agregado de Privação

Crianças 0-5 [Até à educação pré-escolar]		Nível de Privação
<b>A Educação</b>		
A1	Para onde se desloca habitualmente a criança quando os pais estão a trabalhar Própria casa com vigilância/Casa dos avós/Casa de amigos ou vizinhos/Um dos pais fica com a criança Creche/infantário ou similar e os pais vão buscá-la após o horário normal de trabalho (7h/diárias) Creche/infantário ou similar por um período mais longo, porque os pais trabalham além do horário normal de trabalho (>7h/diárias) Própria casa sem vigilância/Outra situação sem vigilância	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
A2	Tempo que a criança leva a chegar à escola (a pé, de carro ou autocarro) No máximo 15 minutos De 16 a 30 minutos Mais de 30 minutos	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A3	Maior nível de habilitações literárias dos pais da criança Tem o 9º ano completo ou superior Não tem o 9º ano completo Não tem a 4ª classe completa (sem nível de escolaridade)	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
A4	Qualidade dos cuidados ou da educação pré-escolar ? A desenvolver	
<b>B Informação</b>		
B1	Pais da criança têm acesso a computador e à internet (na sua própria casa, casa de vizinhos, escola, biblioteca pública, etc.) Possuem computador pessoal e ligação à internet em casa Possuem computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa, mas consegue aceder gratuitamente à internet noutro local Possuem computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa e não consegue aceder gratuitamente à internet noutro local Não possuem computador nem ligação à internet em casa, mas consegue aceder a ambos gratuitamente noutro espaço Não possuem computador nem acesso à ligação internet em casa bem como não consegue aceder a ambos noutro espaço	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
B2	Criança vive num alojamento com televisão ou rádio Sim Não	Ausência de privação Privação total
B3	Criança tem acesso a livros (por exemplo: livros de histórias, livros didáticos), pelo menos, uma vez por semana Sim Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Não, porque não existe nem biblioteca nem outro lugar que disponibilize gratuitamente livros/Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação parcial Privação total
B4	Pais da criança conhecem os direitos humanos fundamentais da criança Sim Mais ou menos Não	Ausência de privação Privação parcial Privação total
<b>C Saúde e nutrição</b>		
C1	Saúde da criança à nascença Saudável à nascença Pouco saudável à nascença, com problemas de saúde que tendem a prolongar-se	Ausência de privação Privação total
C2	Crescimento e cuidados maternos ? A desenvolver	



C3	Criança tomou todas as vacinas obrigatórias e gratuitas incluídas no plano nacional de vacinação 2005 (tuberculose, poliomielite, difteria/tétano/pertussis, haemophilus influenzae B, hepatite B, sarampo/parotidite/rubéola, meningite de tipo C) Tomou todas as vacinas Tomou só algumas vacinas Não tomou nenhuma vacina	Ausência de privação Privação parcial Privação total
C4	Criança que consegue fazer 2 refeições completas, pequeno-almoço e lanche por dia (ou crianças que são amamentadas, pelo menos, até aos 6 meses, podendo a partir dos 4/5/6 meses iniciar diversificação alimentar para complementar o leite materno) Sim Não	Ausência de privação Privação total
C5	Criança não possui vestuário e/ou calçado adequado e suficiente para cada estação do ano Sim, possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano Não, não possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano	Ausência de privação Privação total
C6	Principal razão para que a criança que sentiu necessidade de efectuar consulta, exame ou tratamento médico não o ter efectuado Não sentiu necessidade, ou se sentiu, foi atendida A necessidade não foi atendida por falta de tempo dos pais (inclui outros responsáveis pela criança) A necessidade não foi atendida por receio de médicos/hospitais/exames/tratamentos por parte dos pais A necessidade não foi atendida porque os pais quiseram esperar para ver se melhorava o problema A necessidade não foi atendida por outros motivos não mencionados A necessidade não foi atendida por falta de disponibilidade financeira ou pelas longas listas de espera ou pela distância a que se encontra dos serviços médicos ou mesmo pela ausência de transportes	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
C7	Criança foi ao dentista no último ano Sim, foi ao dentista no último ano/Não, porque ainda não tem idade para efectuar a 1ª consulta Não, porque não houve necessidade Não, embora tenha havido necessidade	Ausência de privação Privação parcial Privação total
C8	Tempo que a criança leva a chegar aos serviços médicos públicos ou particulares (centro de saúde e/ou hospital) No máximo 15 minutos De 16 a 30 minutos De 31 a 45 minutos De 46 a 60 minutos Mais de uma hora	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
C9	Tempo que medeia entre a marcação e a consulta médica, no local onde habitualmente são marcadas as consultas do SNS Menos de uma semana/Não necessitou de marcar consulta De uma semana a menos de duas semanas De duas semanas a menos de um mês um mês ou mais	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
C10	Criança e pais com problemas de saúde (doença mental, deficiência mental, dependente, alcoolismo, toxicodependência, HIV/Sida ou outro tipo de problema de saúde) Nem a criança nem os seus pais têm problemas de saúde Um dos pais da criança tem problemas de saúde Apenas a criança tem problemas de saúde A criança e um dos seus pais tem problemas de saúde Quer a criança quer os seus pais têm problemas de saúde	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total

D. Habitação		
D1	Criança vive num alojamento que deixa entrar água (via fundações, paredes, chão ou telhado) Não Sim	Ausência de privação Privação total
D2	Nº máximo de indivíduos a dormir por quarto/sala no alojamento Menos de 3 indivíduos 3 ou 4 indivíduos 5 ou mais indivíduos	Ausência de privação Privação parcial Privação total

D3	<p>Proporção de divisões no alojamento sem luz natural (Nº de divisões sem luz natural/Nº de divisões no alojamento/)</p> <p>Proporção=0</p> <p>Proporção ]0,1[</p> <p>Proporção=1</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>
D4	<p>Criança que vive num alojamento que possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão</p> <p>Possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão</p> <p>Possui apenas aquecimento adequado para o Inverno ou apenas arrefecimento adequado para o Verão</p> <p>Não possui aquecimento adequado para o Inverno nem arrefecimento adequado para o Verão</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>
D5	<p>Criança que vive num alojamento com água canalizada (inclui água quente)</p> <p>Sim</p> <p>Não</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
D6	<p>Criança que vive num alojamento com casa de banho</p> <p>Casa de banho no interior do alojamento com banho ou duche</p> <p>Casa de banho no interior do alojamento sem banho ou duche</p> <p>Casa de banho apenas no exterior do alojamento com banho ou duche</p> <p>Casa de banho apenas no exterior do alojamento sem banho ou duche</p> <p>Não tem casa de banho</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Ausência de privação</p> <p>Ausência de privação</p> <p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
D7	<p>Criança que vive num alojamento situado numa zona pouco segura por razões de criminalidade, violência, vandalismo</p> <p>Não</p> <p>Sim</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
D8	<p>Criança que vive num alojamento situado num bairro degradado ou numa barraca</p> <p>Não</p> <p>Sim</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
D9	<p>Criança que vive num alojamento que possui máquina de lavar roupa</p> <p>Sim/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante)</p> <p>Não, porque não consegue comprar</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
D10	<p>Criança que vive num alojamento que possui frigorífico e/ou arca congeladora</p> <p>Sim, tem frigorífico com congelador e/ou arca congeladora à parte/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante)</p> <p>Sim, tem apenas frigorífico sem congelador ou apenas arca congeladora</p> <p>Não, porque não consegue comprar</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>

E Segurança social e económica		
E1	<p>Criança que beneficia de cuidados (sem ser da família)</p> <p>Sim</p> <p>Não</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
E2	<p>Criança que vive num agregado com indivíduos em idade activa em que nenhum está empregado</p> <p>Não</p> <p>Sim</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação total</p>
E3	<p>Posição relativa do rendimento equivalente da criança</p> <p>Rendimento equivalente superior ou igual a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente</p> <p>Rendimento equivalente entre o SMN e 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente</p> <p>Rendimento equivalente inferior ao SMN</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>
E4	<p>Criança que vive num agregado com capacidade para fazer face à globalidade das despesas (alimentação, saúde, educação, cuidados, habitação, transportes)</p> <p>Com facilidade/Com muita facilidade</p> <p>Com relativa facilidade</p> <p>Com alguma dificuldade</p> <p>Com dificuldade</p> <p>Com muita dificuldade</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>
E5	<p>Capacidade máxima financeira do agregado em que vive a criança para enfrentar despesas inesperadas</p> <p>Mais de 1000</p> <p>Mais de 500 a 1000</p> <p>Mais de 100 a 500</p> <p>Até 100 /Não tem capacidade</p>	<p>Ausência de privação</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação parcial</p> <p>Privação total</p>


F. Identidade e meio familiar		
F1	Criança registada nos 30 dias a seguir ao nascimento (nome, identidade dos pais, nacionalidade) Sim Não	Ausência de privação Privação total
F2	Criança vive em meio familiar Sim, vive com ambos os pais biológicos/pais adoptivos Sim, vive com um dos pais biológicos/pais adoptivos Não, embora conheça os pais biológicos Não, nem sequer conhece os pais biológicos	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
G. Liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião		
G1	Criança participa e dá as suas opiniões em todos os assuntos familiares que o envolvem, de acordo com a sua idade e maturidade Sempre/Ainda não é capaz de dar as suas opiniões Nem sempre, dependendo dos assuntos Nunca	Ausência de privação Privação parcial Privação total
G2	Criança é ouvida e compreendida pelos seus pais/familiares/outras responsáveis Com facilidade/Com muita facilidade Com relativa facilidade Com alguma dificuldade Com dificuldade Com muita dificuldade	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
H. Liberdade de associação e de reunião		
H1	Criança brinca, ou já alguma vez brincou, com outras crianças Sim Não	Ausência de privação Privação total
H2	Criança assiste e/ou participa em actividades recreativas com os seus pais/familiares/outras responsáveis/amigos Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades recreativas Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades recreativas Nunca assiste e/ou participa em actividades recreativas	Ausência de privação Privação parcial Privação total
I. ? Justiça		
	A desenvolver	
J. Protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração		
J1	Crianças a desempenhar tarefas em casa, no seio da família, instituídas no âmbito das relações familiares ou que se encontrem economicamente dependentes de uma empresa (formalizado ou não) Não Sim	Ausência de privação Privação total
J2	Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) dentro da família/instituição	
J3	? A desenvolver	
J4	Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) na escola	
J5	? A desenvolver	
J6	Criança vive/viveu situações de abandono e negligência	
J7	? A desenvolver	
J8	Venda e tráfico de crianças	
J9	? A desenvolver	
L. Protecção contra práticas perigosas		
L1	Criança sujeita a algum tipo de prática tradicional (cuidados preferenciais, casamento forçado ou outro tipo de práticas que resultam de escolhas forçadas) Não/Nunca foi sujeita a algum tipo de prática tradicional Sim/já foi sujeita a algum tipo de prática tradicional	Ausência de privação Privação total

L2	Alguns dos pais da criança consomem ou vendem algum tipo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (por exemplo: cannabis, ecstasy, LSD, cocaína, anfetaminas) Não/Nunca consumiu ou vendeu Já consumiu ou vendeu no passado, embora actualmente já não o faz Diariamente/ Ocasionalmente	Ausência de privação Privação parcial Privação total
L3	Alguns dos pais da criança fumam ou já alguma vez fumaram Não/Nunca fumaram Diariamente/ Ocasionalmente	Ausência de privação Privação total
L4	Criança consome ou já alguma vez consumiu bebidas alcoólicas Não Sim	Ausência de privação Privação total

M	Tempos livres	
M1	Criança consegue ter uma semana de férias por ano fora de casa Sim, em casa de familiares ou outros locais Sim, mas apenas as crianças Não, por razões financeiras ou outras razões	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M2	Criança recebeu ou fez visitas com os seus pais a amigos, vizinhos ou familiares Recebeu e/ou fez visitas, em média, pelo menos uma vez por mês Recebeu e/ou fez visitas, em média, menos de uma vez por mês Não recebeu nem fez visitas no último ano	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M3	Criança assiste e/ou participa em actividades de lazer e/ou brinca com os pais/familiares/outras responsáveis/amigos Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades de lazer e/ou brinca Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades de lazer e/ou brinca Nunca assiste e/ou participa em actividades de lazer e/ou brinca	Ausência de privação Privação parcial Privação total

Crianças 6-14 [Ensino básico e obrigatório]	Nível de Privação
---	-------------------

A	Educação	
A1	Criança que frequenta o ensino básico obrigatório Sim Não	Ausência de privação Privação total
A2	Tempo que as crianças levam a chegar à escola (a pé, de carro ou autocarro) No máximo 15 minutos De 16 a 30 minutos Mais de 30 minutos	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A3	Para onde se desloca habitualmente a criança em horário extra-escolar Própria casa com vigilância/casa dos avós/Casa de amigos ou vizinhos/Actividades de tempos livres Ficam no estabelecimento de ensino à espera que os pais ou outros responsáveis a venham buscar Própria casa sem vigilância/na rua/outra situação sem vigilância	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A4	Maior nível de habilitações literárias dos pais da criança Tem o 9º ano completo ou superior Não tem o 9º ano completo Não tem a 4ª classe completa (sem nível de escolaridade)	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A5	Qualidade da educação A desenvolver	

B		Informação
B1	Criança tem acesso a computador e à internet (na sua própria casa, casa de vizinhos, escola, biblioteca pública, etc.)	
	Possui computador pessoal e ligação à internet em casa	Ausência de privação
	Possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa, mas consegue aceder gratuitamente à internet noutro local	Privação parcial
	Possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa e não consegue aceder gratuitamente à internet noutro local	Privação parcial
	Não possui computador nem ligação à internet em casa, mas consegue aceder a ambos gratuitamente noutro espaço	Privação parcial
	Não possui computador nem acesso à ligação internet em casa bem como não consegue aceder a ambos noutro espaço	Privação total
B2	Criança vive num alojamento com televisão ou rádio	
	Sim	Ausência de privação
B3	Não	Privação total
	Criança tem acesso a livros (por exemplo: livros de histórias, livros didácticos), pelo menos, uma vez por semana	
	Sim	Ausência de privação
	Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante)	Privação parcial
B4	Não, porque não existe nem biblioteca nem outro lugar que disponibilize gratuitamente livros/Não, porque não consegue comprar	Privação total
	Criança conhece os seus direitos humanos fundamentais	
	Sim	Ausência de privação
	Não	Privação total
C		Saúde e nutrição
C1	Criança tomou todas as vacinas obrigatórias e gratuitas incluídas no plano nacional de vacinação 2005 (tuberculose, poliomielite, difteria/tétano/pertussis, haemophilus influenzae B, hepatite B, sarampo/parotidite/rubéola, meningite de tipo C)	
	Tomou todas as vacinas	Ausência de privação
	Tomou só algumas vacinas	Privação parcial
	Não tomou nenhuma vacina	Privação total
C2	Índice de massa corporal	
	 A desenvolver	
C3	Criança que consegue fazer duas refeições por dia, sendo pelo menos uma delas completa (à base de carne, peixe e derivados ou equivalente vegetariano)	
	Sim	Ausência de privação
	Não	Privação total
C4	Criança não possui vestuário e/ou calçado adequado e suficiente para cada estação do ano	
	Sim, possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano	Ausência de privação
	Não, não possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano	Privação total
C5	Principal razão para que a criança/jovem que sentiu necessidade de efectuar consulta, exame ou tratamento médico, não o ter efectuado	
	Não sentiu necessidade, ou se sentiu, foi atendida	
	A necessidade não foi atendida por falta de tempo dos pais (inclui outros responsáveis pela criança)	Ausência de privação
	A necessidade não foi atendida por receio de médicos/hospitais/exames/tratamentos por parte dos pais	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida porque os pais quiseram esperar para ver se melhorava o problema	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida por outros motivos não mencionados	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida por falta de disponibilidade financeira ou pelas longas listas de espera ou pela distância a que se encontra dos serviços médicos ou mesmo pela ausência de transportes	Privação total
C6	Criança foi ao dentista no último ano	
	Sim, foi ao dentista no último ano	Ausência de privação
	Não, porque não houve necessidade	Privação parcial
	Não, embora tenha havido necessidade	Privação total

C7	Tempo que a criança leva a chegar aos serviços médicos públicos ou particulares (centro de saúde e/ou hospital) No máximo 15 minutos De 16 a 30 minutos De 31 a 45 minutos De 46 a 60 minutos Mais de uma hora	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
C8	Tempo que medeia entre a marcação e a consulta médica, no local onde habitualmente são marcadas as consultas do SNS Menos de uma semana/Não necessitou de marcar consulta De uma semana a menos de duas semanas De duas semanas a menos de um mês um mês ou mais	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
C9	Criança e pais com problemas de saúde Nem a criança nem os seus pais têm problemas de saúde (doença mental, deficiência mental, dependente, alcoolismo, toxicodependência, HIV/Sida ou outro tipo de problema de saúde) Um dos pais da criança tem problemas de saúde Apenas a criança tem problemas de saúde A criança e um dos seus pais tem problemas de saúde Quer a criança quer os seus pais têm problemas de saúde	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total

D. Habitação		
D1	Criança vive num alojamento que deixa entrar água (via fundações, paredes, chão ou telhado) Não Sim	Ausência de privação Privação total
D2	Nº máximo de indivíduos a dormir por quarto/sala no alojamento Menos de 3 indivíduos 3 ou 4 indivíduos 5 ou mais indivíduos	Ausência de privação Privação parcial Privação total
D3	Proporção de divisões no alojamento sem luz natural (Nº de divisões sem luz natural/Nº de divisões no alojamento) Proporção=0 Proporção ]0,1[ Proporção=1	Ausência de privação Privação parcial Privação total
D4	Criança que vive num alojamento que possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão Possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão Possui apenas aquecimento adequado para o Inverno ou apenas arrefecimento adequado para o Verão Não possui aquecimento adequado para o Inverno nem arrefecimento adequado para o Verão	Ausência de privação Privação parcial Privação total
D5	Criança que vive num alojamento com água canalizada (inclui água quente) Sim Não	Ausência de privação Privação total
D6	Criança que vive num alojamento com casa de banho Casa de banho no interior do alojamento com banho ou duche Casa de banho no interior do alojamento sem banho ou duche Casa de banho apenas no exterior do alojamento com banho ou duche Casa de banho apenas no exterior do alojamento sem banho ou duche Não tem casa de banho	Ausência de privação Ausência de privação Ausência de privação Ausência de privação Privação total
D7	Criança que vive num alojamento situado numa zona pouco segura por razões de criminalidade, violência, vandalismo Não Sim	Ausência de privação Privação total
D8	Criança que vive num alojamento situado num bairro degradado ou numa barraca Não Sim	Ausência de privação Privação total
D9	Criança que vive num alojamento que possui máquina de lavar roupa Sim/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação total

D10	Criança que vive num alojamento que possui frigorífico e/ou arca congeladora Sim, tem frigorífico com congelador e/ou arca congeladora à parte/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Sim, tem apenas frigorífico sem congelador ou apenas arca congeladora Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação parcial Privação total
-----	--	--

E. Segurança social e económica		
E1	Criança que vive num agregado com indivíduos em idade activa em que nenhum está empregado Não Sim	Ausência de privação Privação total
E2	Posição relativa do rendimento equivalente da criança Rendimento equivalente superior ou igual a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente Rendimento equivalente entre o SMN e 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente Rendimento equivalente inferior ao SMN	Ausência de privação Privação parcial Privação total
E3	Criança dispõe de mesada ou dinheiro de bolso para fazer face às suas pequenas despesas Sim, recebe uma mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares suficiente para fazer face às suas despesas Não, não recebe mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares, mas os pais disponibilizam um montante suficiente para cobrir todas as despesas Sim, recebe sem carácter regular uma mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares, mas não é suficiente para cobrir todas as despesas Sim, consegue juntar algum dinheiro de bolso através de pequenos trabalhos que efectua para familiares, amigos ou outras pessoas Não, não consegue dispor de qualquer mesada ou dinheiro de bolso suficiente para cobrir todas as despesas	Ausência de privação Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
E4	Criança que vive num agregado com capacidade para fazer face à globalidade das despesas (alimentação, saúde, educação, cuidados, habitação, transportes) Com facilidade/Com muita facilidade Com relativa facilidade Com alguma dificuldade Com dificuldade Com muita dificuldade Capacidade máxima financeira do agregado em que vive a criança para enfrentar despesas inesperadas	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
E5	Mais de 1000 Mais de 500 a 1000 Mais de 100 a 500 Até 100 /Não tem capacidade	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total

F. Identidade e meio familiar		
F1	Criança tem a sua identidade reconhecida no que se refere ao nome, nacionalidade, língua, cultura, religião Sim Não	Ausência de privação Privação total
F2	Criança vive em meio familiar Sim, vive com ambos os pais biológicos/pais adoptivos Sim, vive com um dos pais biológicos/pais adoptivos Não, embora os conheça os pais biológicos Não nem sequer conhece os pais biológicos	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total

G. Liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião		
G1	Criança assiste e/ou participa em actividades religiosas Assiste e/ou participa em actividades religiosas sempre que lhe apetece/Não tem interesse em participar Assiste e/ou participa em actividades religiosas sempre que tem autorização de outras pessoas Nunca assiste nem participa em actividades religiosas porque está proibido pelos familiares ou outras pessoas	Ausência de privação Privação parcial Privação total

G2	Criança participa e dá as suas opiniões em todos os assuntos familiares que o envolvem Sempre Nem sempre, dependendo dos assuntos Nunca	Ausência de privação Privação parcial Privação total
G3	Criança faz parte de alguma associação de estudantes ou outro tipo de associação ou grupo escolar, através do qual possa manifestar as suas opiniões Sim Não faz parte porque não quer, mas faz chegar as suas opiniões a quem representa os alunos Não faz parte, mas gostaria de participar e dar as suas opiniões Não faz parte nem tem interesse em manifestar as suas opiniões	Ausência de privação Ausência de privação Privação parcial Privação total
G4	Criança participa no Parlamento dos Jovens que ocorre anualmente na Assembleia da República Participa todos os anos Participou, pelo menos, duas ou três vezes, e gostaria de continuar a participar Só participou uma vez, mas gostaria de continuar a participar Participou, pelo menos, duas ou três vezes, mas não tem interesse em voltar a participar Só participou uma vez, mas não tem interesse em voltar a participar Nunca participou	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
G5	Criança participa em processos de democracia participativa (por exemplo: discussões públicas, recolha de opiniões realizadas por juntas de freguesias, câmaras, associações, paróquias ou outro tipo de instituições) que ocorrem no lugar de residência Sempre Muitas vezes Algumas vezes Nunca	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total

#### **H. Liberdade de associação e de reunião**

H1	Criança assiste e/ou participa em actividades recreativas, associativas ou de voluntariado Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado Nunca assiste e/ou participa em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado	Ausência de privação Privação parcial Privação total
H2	Criança reúne-se com grupo de amigos/familiares/colegas Reúne-se, pelo menos uma vez por mês, com amigos e/ou familiares e/ou colegas Reúne-se, menos de uma vez por mês, com amigos e/ou familiares e/ou colegas Nunca se reúne com amigos e/ou familiares e/ou colegas	Ausência de privação Privação parcial Privação total

#### **I. ? Justiça**

A desenvolver

#### **J. Protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração**

J1	Criança em ambiente normal de trabalho (por exemplo: fábrica, café ou outro tipo de empresas) Não Algumas vezes, exercendo um tipo de trabalho leve Sim	Ausência de privação Privação parcial Privação total
J2	Criança a desempenhar tarefas em casa, no seio da família, instituídas no âmbito das relações familiares (formalizado ou não) Não/Não tem idade para desempenhar quaisquer tipo de tarefas Sim, ajuda os pais nalgumas tarefas domésticas muito simples (por exemplo: preparação de refeições, lavar a louça e aninhar a casa) Sim, ajuda os pais em todas as tarefas domésticas simples e complexas (por exemplo: cuidar dos irmãos mais novos, ir às compras, cuidar do quintal/jardim)	Ausência de privação Privação parcial Privação total
J3	Crianças a desempenhar tarefas em casa, no seio da família e que se encontrem economicamente dependentes de uma empresa (formalizado ou não) Não Sim	Ausência de privação Privação total
J4	Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) dentro da família/instituição	
<b>?</b>	A desenvolver	





- J5 Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) na escola  
? A desenvolver
- J6 Criança vive/viveu situações de abandono e negligência  
? A desenvolver
- J7 Venda e tráfico de crianças  
? A desenvolver

L Protecção contra práticas perigosas		
L1	Criança sujeita a algum tipo de prática tradicional (cuidados preferenciais, casamento forçado ou outro tipo de práticas que resultam de escolhas forçadas) Não/Nunca foi sujeita a algum tipo de prática tradicional Sim/já foi sujeita a algum tipo de prática tradicional	Ausência de privação Privação total
L2	Criança consome ou vende algum tipo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (por exemplo: cannabis, ecstasy, LSD, cocaína, anfetaminas) Não/Nunca consumiu ou vendeu Sim	Ausência de privação Privação total
L3	Criança fuma ou já alguma vez fumou Não/Nunca fumou Diariamente/ Ocasionalmente	Ausência de privação Privação total
L4	Criança consome ou já alguma vez consumiu bebidas alcoólicas Não/Nunca consumiu Só ocasionalmente em festas, convívios Regularmente	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M Tempos livres		
M1	Criança consegue ter uma semana de férias por ano fora de casa Sim, em casa de familiares ou outros locais Sim, mas apenas as crianças Não, por razões financeiras ou outras razões	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M2	Criança recebeu ou fez visitas a amigos, vizinhos ou familiares Recebeu e/ou fez visitas, em média, pelo menos uma vez por mês Recebeu e/ou fez visitas, em média, menos de uma vez por mês Não recebeu nem fez visitas no último ano	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M3	Criança assiste e/ou participa em actividades de lazer ou reúne-se com grupo de amigos/familiares que se divertem regularmente Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades de lazer Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades de lazer Nunca assiste e/ou participa em actividades de lazer	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M4	Criança participa em actividades desportivas Participa em actividades desportivas, pelo menos uma vez por semana Participa em actividades desportivas menos de uma vez por semana Nunca participa em actividades desportivas	Ausência de privação Privação parcial Privação total

Jovens 15-17 (Ensino secundário)		Nível de Privação
<b>A. Educação</b>		
A1	Criança/Jovem a frequentar o ensino secundário A frequentar ou completou o 12º ano de escolaridade Não está a frequentar mas completou o 9º ano de escolaridade Não está a frequentar nem completou o 9º ano de escolaridade	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A2	Criança/Jovem que participa em educação e/ou formação Sim Não	Ausência de privação Privação total
A3	Tempo que a criança/Jovem leva a chegar à escola (a pé, de carro ou autocarro) No máximo 15 minutos De 16 a 30 minutos Mais de 30 minutos	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A4	Para onde se desloca habitualmente a criança/jovem em horário extra-escolar Própria casa/casa dos avós/casa de amigos ou vizinhos/atividades de tempos livres Fica na rua	Ausência de privação Privação total
A5	Maior nível de habilitações literárias dos pais da criança/jovem Tem o 9º ano completo ou superior Não tem o 9º ano completo Não tem a 4ª classe completa (sem nível de escolaridade)	Ausência de privação Privação parcial Privação total
A6	Qualidade da educação A desenvolver	
<b>B. Informação</b>		
B1	Criança/jovem tem acesso a computador e à internet Possui computador pessoal e ligação à internet em casa Possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa, mas consegue aceder gratuitamente à internet noutro local (escola, biblioteca pública, etc) Possui computador pessoal sem acesso à ligação internet em casa e não consegue aceder gratuitamente à internet noutro local Não possui computador nem ligação à internet em casa, mas consegue aceder a ambos gratuitamente noutro espaço Não possui computador nem acesso à ligação internet em casa bem como não consegue aceder a ambos noutro espaço	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total
B2	Criança vive num alojamento com televisão ou rádio Sim Não	Ausência de privação Privação total
B3	Criança/jovem tem acesso a livros ou jornais, pelo menos, uma vez por semana Sim Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Não, porque não existe nem biblioteca nem outro lugar que disponibilize gratuitamente jornais ou livros/Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação parcial Privação total
B4	Criança/jovem conhece os seus direitos humanos fundamentais Sim Não	Ausência de privação Privação total
<b>C. Saúde e nutrição</b>		
C1	Criança/Jovem tomou todas as vacinas obrigatórias e gratuitas incluídas no plano nacional de vacinação 2005 (difteria/tétano/pertussis) Tomou todas as vacinas obrigatórias e gratuitas Tomou só algumas vacinas obrigatórias e gratuitas Tomou todas as vacinas obrigatórias e gratuitas	Ausência de privação Privação parcial Privação total

C2	Índice de massa corporal	
	<input type="checkbox"/> A desenvolver	
C3	Criança/Jovem que consegue fazer duas refeições por dia, sendo pelo menos uma delas completa (à base de carne, peixe e derivados ou equivalente vegetariano)	
	Sim	Ausência de privação
	Não	Privação total
C4	Criança/Jovem não possui vestuário e/ou calçado adequado e suficiente para cada estação do ano	
	Sim, possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano	Ausência de privação
	Não, não possui vestuário adequado e suficiente para cada estação do ano	Privação total
C5	Principal razão para que a criança/jovem que sentiu necessidade de efectuar consulta, exame ou tratamento médico, não o ter efectuado	
	Não sentiu necessidade, ou se sentiu, foi atendida	
	A necessidade não foi atendida por falta de tempo dos pais (inclui outros responsáveis pela criança)	Ausência de privação
	A necessidade não foi atendida por receio de médicos/hospitais/exames/tratamentos por parte dos pais	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida porque os pais quiseram esperar para ver se melhorava o problema	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida por outros motivos não mencionados	Privação parcial
	A necessidade não foi atendida por falta de disponibilidade financeira ou pelas longas listas de espera ou pela distância a que se encontra dos serviços médicos ou mesmo pela ausência de transportes	Privação total
C6	Criança foi ao dentista no último ano	
	Sim, foi ao dentista no último ano	Ausência de privação
	Não, porque não houve necessidade	Privação parcial
	Não, embora tenha havido necessidade	Privação total
C7	Tempo que a criança/jovem leva a chegar aos serviços médicos públicos ou particulares (centro de saúde e/ou hospital)	
	No máximo 15 minutos	Ausência de privação
	De 16 a 30 minutos	Privação parcial
	De 31 a 45 minutos	Privação parcial
	De 46 a 60 minutos	Privação parcial
	Mais de uma hora	Privação total
C8	Tempo que medeia entre a marcação e a consulta médica, no local onde habitualmente são marcadas as consultas do SNS	
	Menos de uma semana/Não necessitou de marcar consulta	Ausência de privação
	De uma semana a menos de duas semanas	Privação parcial
	De duas semanas a menos de um mês	Privação parcial
	um mês ou mais	Privação total
C9	Criança/jovem e pais com problemas de saúde	
	Nem a criança/jovem nem os seus pais têm problemas de saúde (doença mental, deficiência mental, dependente, alcoolismo, toxicodependência, HIV/Sida ou outro tipo de problema de saúde)	Ausência de privação
	Um dos pais da criança/jovem tem problemas de saúde	Privação parcial
	Apenas a criança/jovem tem problemas de saúde	Privação parcial
	A criança/jovem e um dos seus pais tem problemas de saúde	Privação parcial
	Quer a criança/jovem quer os seus pais têm problemas de saúde	Privação total

D. Habitação		
D1	Criança/jovem vive num alojamento que deixa entrar água (via fundações, paredes, chão ou telhado)	
	Não	Ausência de privação
	Sim	Privação total
D2	Nº máximo de indivíduos a dormir por quarto/sala no alojamento	
	Menos de 3 indivíduos	Ausência de privação
	3 ou 4 indivíduos	Privação parcial
	5 ou mais indivíduos	Privação total
D3	Proporção de divisões no alojamento sem luz natural (Nº de divisões sem luz natural/Nº de divisões no alojamento/)	
	Proporção=0	Ausência de privação
	Proporção ]0,1[	Privação parcial
	Proporção=1	Privação total

D4	Criança/jovem que vive num alojamento que possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão Possui aquecimento adequado para o Inverno e arrefecimento adequado para o Verão Possui apenas aquecimento adequado para o Inverno ou apenas arrefecimento adequado para o Verão Não possui aquecimento adequado para o Inverno nem arrefecimento adequado para o Verão	Ausência de privação Privação parcial Privação total
D5	Criança/jovem que vive num alojamento com água canalizada (inclui água quente) Sim Não	Ausência de privação Privação total
D6	Criança/jovem que vive num alojamento com casa de banho Casa de banho no interior do alojamento com banho ou duche Casa de banho no interior do alojamento sem banho ou duche Casa de banho apenas no exterior do alojamento com banho ou duche Casa de banho apenas no exterior do alojamento sem banho ou duche Não tem casa de banho	Ausência de privação Ausência de privação Ausência de privação Ausência de privação Privação total
D7	Criança/jovem que vive num alojamento situado numa zona pouco segura por razões de criminalidade, violência, vandalismo Não Sim	Ausência de privação Privação total
D8	Criança/jovem que vive num alojamento situado num bairro degradado ou numa barraca Não Sim	Ausência de privação Privação total
D9	Criança/jovem que vive num alojamento que possui máquina de lavar roupa Sim/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação total
D10	Criança/jovem que vive num alojamento que possui frigorífico e/ou arca congeladora Sim, tem frigorífico com congelador e/ou arca congeladora à parte/Não, por razões pessoais (por exemplo, não considera relevante) Sim, tem apenas frigorífico sem congelador ou apenas arca congeladora Não, porque não consegue comprar	Ausência de privação Privação parcial Privação total

E Segurança social e económica		
E1	Criança que vive num agregado com indivíduos em idade activa em que nenhum está empregado Não Sim	Ausência de privação Privação total
E2	Posição relativa do rendimento equivalente da criança/jovem Rendimento equivalente superior ou igual a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente Rendimento equivalente entre o SMN e 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário equivalente Rendimento equivalente inferior ao SMN	Ausência de privação Privação parcial Privação total
E3	Criança/jovem dispõe de mesada ou dinheiro de bolso para fazer face às suas pequenas despesas Sim, recebe uma mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares suficiente para fazer face às suas despesas Não, não recebe mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares, mas os pais disponibilizam um montante suficiente para cobrir todas as despesas Sim, recebe sem carácter regular uma mesada ou dinheiro de bolso dos pais e/ou outros familiares, mas não é suficiente para cobrir todas as despesas Sim, consegue juntar algum dinheiro de bolso através de pequenos trabalhos que efectua para familiares, amigos ou outras pessoas Não, não consegue dispor de qualquer mesada ou dinheiro de bolso suficiente para cobrir todas as despesas	Ausência de privação Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação total
E4	Criança/jovem que vive num agregado com capacidade para fazer face à globalidade das despesas (alimentação, saúde, educação, cuidados, habitação, transportes) Com facilidade/Com muita facilidade Com relativa facilidade Com alguma dificuldade Com dificuldade Com muita dificuldade	Ausência de privação Privação parcial Privação parcial Privação parcial Privação total

E5	Capacidade máxima financeira do agregado em que vive a criança/jovem para enfrentar despesas inesperadas	
	Mais de 1000	Ausência de privação
	Mais de 500 a 1000	Privação parcial
	Mais de 100 a 500	Privação parcial
	Até 100 /Não tem capacidade	Privação total

#### F. Identidade e meio familiar

F1	Criança/jovem tem a sua identidade reconhecida no que se refere ao nome, nacionalidade, língua, cultura, religião	
	Sim	Ausência de privação
	Não	Privação total
F2	Criança/jovem vive em meio familiar	
	Sim, vive com ambos os pais biológicos/pais adotivos	Ausência de privação
	Sim, vive com um dos pais biológicos/pais adotivos	Privação parcial
	Não, embora os conheça os pais biológicos	Privação parcial
	Não nem sequer conhece os pais biológicos	Privação total

#### G. Liberdade de expressão, pensamento, consciência e religião

G1	Criança/jovem assiste e/ou participa em actividades religiosas	
	Assiste e/ou participa em actividades religiosas sempre que lhe apetece/Não tem interesse em participar	Ausência de privação
	Assiste e/ou participa em actividades religiosas sempre que tem autorização de outras pessoas	Privação parcial
	Nunca assiste nem participa em actividades religiosas porque está proibido pelos familiares ou outras pessoas	Privação total
G2	Criança/jovem participa e dá as suas opiniões em todos os assuntos familiares que o envolvem	
	Sempre	Ausência de privação
	Nem sempre, dependendo dos assuntos	Privação parcial
	Nunca	Privação total
G3	Criança/jovem faz parte de alguma associação de estudantes ou outro tipo de associação ou grupo escolar, através do qual possa manifestar as suas opiniões	
	Sim	Ausência de privação
	Não faz parte porque não quer, mas faz chegar as suas opiniões a quem representa os alunos	Ausência de privação
	Não faz parte, mas gostaria de participar e dar as suas opiniões	Privação parcial
	Não faz parte nem tem interesse em manifestar as suas opiniões	Privação total
G4	Criança/jovem participa no Parlamento dos Jovens que ocorre anualmente na Assembleia da República	
	Participou todos os anos	Ausência de privação
	Participou, pelo menos, duas ou três vezes, e gostaria de continuar a participar	Privação parcial
	Só participou uma vez, mas gostaria de continuar a participar	Privação parcial
	Participou, pelo menos, duas ou três vezes, mas não tem interesse em voltar a participar	Privação parcial
	Só participou uma vez, mas não tem interesse em voltar a participar	Privação parcial
	Nunca participou	Privação total
G5	Criança/jovem participa em processos de democracia participativa (por exemplo: discussões públicas, recolha de opiniões realizadas por juntas de freguesias, câmaras, associações, paróquias ou outro tipo de instituições) que ocorrem no lugar de residência	
	Sempre	Ausência de privação
	Muitas vezes	Privação parcial
	Algumas vezes	Privação parcial
	Nunca	Privação total

#### H. Liberdade de associação e de reunião

H1	Criança/jovem assiste e/ou participa em actividades recreativas, associativas ou de voluntariado	
	Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado	Ausência de privação
	Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado	Privação parcial
	Nunca assiste e/ou participa em actividades recreativas, culturais, associativas ou de voluntariado	Privação total

H2	Criança/jovem reúne-se com grupo de amigos/familiares/colegas	
	Reúne-se, pelo menos uma vez por mês, com amigos e/ou familiares e/ou colegas	Ausência de privação
	Reúne-se, menos de uma vez por mês, com amigos e/ou familiares e/ou colegas	Privação parcial
	Nunca se reúne com amigos e/ou familiares e/ou colegas	Privação total

### **J. Justiça**

I1	Criança/jovem sofreu algum tipo de tratamento desumano ou degradante do seu respeito e dignidade, em situações de suspeita, acusação ou infração da lei, em que esteve envolvido, a	
	Nunca/Nunca esteve envolvido nesse tipo de situações	Ausência de privação
	Algumas vezes	Privação parcial
	Muitas vezes	Privação parcial
	Sempre	Privação total
I2	No âmbito de processos tutelares envolvendo a criança/jovem, foi sempre informada do seu processo e pode participar nesse processo,	
	Sempre/Nunca esteve envolvido nesse tipo de processos	Ausência de privação
	Muitas vezes	Privação parcial
	Algumas vezes	Privação parcial
	Nunca	Privação total
I3	No âmbito de processos tutelares envolvendo a criança/jovem, teve o apoio dos pais, familiares ou outras pessoas da sua confiança	
	Sempre/Nunca esteve envolvido nesse tipo de processos	Ausência de privação
	Muitas vezes	Privação parcial
	Algumas vezes	Privação parcial
	Nunca	Privação total

### **J. Protecção contra todas as formas de violência, maus-tratos, negligência ou exploração**

J1	Criança/jovem em ambiente normal de trabalho (por exemplo: fábrica, café ou outro tipo de empresas)	
	Tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho leve	Ausência de privação
	Não tenha a idade mínima legal (16 anos), mas exerce um tipo de trabalho leve	Privação parcial
	Tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho pesado	Privação parcial
	Não tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho pesado	Privação total
	Criança/jovem a desempenhar tarefas em casa, no seio da família e que se encontrem economicamente dependentes de uma empresa ou que foi instituído no âmbito das relações familiares (formalizado ou não)	
J2	Tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho leve	Ausência de privação
	Não tenha a idade mínima legal (16 anos), mas exerce um tipo de trabalho leve	Privação parcial
	Tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho pesado	Privação parcial
	Não tem a idade mínima legal (16 anos) e exerce um tipo de trabalho pesado	Privação total
J3	Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) dentro da família/instituição	
	<input type="checkbox"/> A desenvolver	
J4	Criança sofre/sofreu violência (física, sexual, psicológica) na escola	
	<input type="checkbox"/> A desenvolver	
J5	Criança vive/viveu situações de abandono e negligência	
	<input type="checkbox"/> A desenvolver	
J6	Venda e tráfico de crianças	
	<input type="checkbox"/> A desenvolver	

### **L Protecção contra práticas perigosas**

L1	Criança/jovem sujeita a algum tipo de prática tradicional (cuidados preferenciais, casamento forçado ou outro tipo de práticas que resultam de escolhas forçadas)	
	Não/Nunca foi sujeita a algum tipo de prática tradicional	Ausência de privação
	Sim/já foi sujeita a algum tipo de prática tradicional	Privação total
L2	Criança/jovem consome ou vende algum tipo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (por exemplo: cannabis, ecstasy, LSD, cocaína, anfetaminas)	
	Não/Nunca consumiu ou vendeu	Ausência de privação
	Sim	Privação total

L3	Criança/jovem fuma ou já alguma vez fumou Não/Nunca fumou Diariamente/ Ocasionalmente	Ausência de privação Privação total
L4	Criança/jovem consome ou já alguma vez consumiu bebidas alcoólicas Não/Nunca consumiu Só ocasionalmente em festas, convívios Regularmente	Ausência de privação Privação parcial Privação total

M	Tempos livres	
M1	Criança consegue ter uma semana de férias por ano fora de casa Sim, em casa de familiares ou outros locais Sim, mas apenas as crianças Não, por razões financeiras ou outras razões	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M2	Criança/jovem recebeu e/ou fez visitas a amigos, vizinhos ou familiares Recebeu e/ou fez visitas, em média, pelo menos uma vez por mês Recebeu e/ou fez visitas, em média, menos de uma vez por mês Não recebeu nem fez visitas no último ano	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M3	Criança/jovem assiste e/ou participa em actividades de lazer ou reúne-se com grupo de amigos/familiares que se divertem regularmente Assiste e/ou participa, pelo menos uma vez por mês, em actividades de lazer Assiste e/ou participa, menos de uma vez por mês, em actividades de lazer Nunca assiste e/ou participa em actividades de lazer	Ausência de privação Privação parcial Privação total
M4	Criança/jovem participa em actividades desportivas Participa em actividades desportivas, pelo menos uma vez por semana Participa em actividades desportivas menos de uma vez por semana Nunca participa em actividades desportivas	Ausência de privação Privação parcial Privação total

#### Observações:

- 1) Alguns dos indicadores propostos foram construídos, tendo por base as seguintes fontes de informação estatística: PEADP do INE; ICOR do INE; e IPF do MTSS.

2)



- Indicadores a desenvolver.

